

SEGUNDA PARTE - A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

SEGUNDA SEÇÃO - OS SETE SACRAMENTOS DA IGREJA

1210 Os sacramentos da nova lei foram instituídos por Cristo e são sete, a saber: o Batismo, a Confirmação, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem e o Matrimônio. Os sete sacramentos atingem todas as etapas e todos os momentos importantes da vida do cristão: dão à vida de fé do cristão origem e crescimento, cura e missão. Nisto existe certa semelhança entre as etapas da vida natural e as da vida espiritual.

1211 Seguindo esta analogia, exporemos primeiramente os três sacramentos da iniciação cristã (Capítulo 1), em seguida os sacramentos de cura (Capítulo II.) e, finalmente os sacramentos que estão a serviço da comunhão e da missão dos fiéis (Capítulo III.). Sem dúvida, esta disposição não é a única possível, mas permite ver que os sacramentos formam um organismo no qual cada um especificamente tem seu lugar vital. Neste organismo, a eucaristia ocupa um lugar único por ser “sacramento dos sacramentos”: “todos os demais sacramentos estão ordenados a este como a seu fim”.

CAPÍTULO I - OS SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ

1212 Pelos sacramentos da iniciação cristã; Batismo, Confirmação e Eucaristia são lançados os fundamentos de toda vida cristã. “A participação na natureza divina, que os homens recebem como dom

mediante a graça de Cristo, apresenta certa analogia com a origem, o desenvolvimento e a sustentação da vida natural. Os fiéis, de fato, renascidos no Batismo, são fortalecidos pelo sacramento da Confirmação e, depois, nutridos com o alimento da vida eterna na Eucaristia. Assim, por efeito destes sacramentos da iniciação cristã, estão em condições de saborear cada vez mais os tesouros da vida divina e de progredir até alcançar a perfeição da caridade.”

ARTIGO 1

O SACRAMENTO DO BATISMO

1213 O santo Batismo é o fundamento de toda a vida cristã, a porta da vida no Espírito (“vitae spiritualis janua”) e a porta que abre o acesso aos demais sacramentos. Pelo Batismo somos libertados do pecado e regenerados como filhos de Deus, tornamo-nos membros de Cristo, somos incorporados à Igreja e feitos participantes de sua missão: “Baptismus est sacramentum regenerationis per aquam in verbo O Batismo é o sacramento da regeneração pela água na Palavra”

I. COMO É CHAMADO ESTE SACRAMENTO?

1214 Ele é denominado Batismo com base no rito central pelo qual é realizado: batizar (“baptizem”, em grego) significa “mergulhar”, “imersão”; o “mergulho” na água simboliza o sepultamento do catecúmeno na morte de Cristo, da qual com Ele ressuscita como “nova criatura” (2Cor 5,17; Gl 6,15).

1215 Este sacramento é também chamado “o banho da regeneração e da renovação no Espírito Santo” (Tt 3,5), pois ele significa e realiza este nascimento a partir da água e do Espírito, sem o qual “ninguém pode entrar no Reino de Deus” (Jo 3,5).

1216 “Este banho é chamado iluminação, porque aqueles que recebem este ensinamento [catequético] têm o espírito iluminado...” Depois de receber no Batismo o Verbo, “a luz verdadeira que ilumina todo homem” (Jo 1,9), o batizado, “após ter sido iluminado”, se converte em “filho da luz” e em “luz” ele mesmo (Ef 5,8):

O Batismo é o mais belo e o mais magnífico dom de Deus. (...) chamamo-lo de dom, graça, unção, iluminação, veste de incorruptibilidade, banho de regeneração, selo, e tudo o que existe de mais precioso. Dom, porque é conferido àqueles que nada trazem; graça, porque é dado até a culpados; Batismo, porque o pecado é sepultado na água; unção, porque é sagrado e régio (tais são os que são ungidos); iluminação, porque é luz resplandecente; veste, porque cobre nossa vergonha; banho, porque lava; selo, porque nos guarda e é o sinal do senhorio de Deus.

II. O BATISMO NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

AS PREFIGURAÇÕES DO BATISMO NA ANTIGA ALIANÇA

1217 Na liturgia da noite pascal, quando da bênção da água batismal, a Igreja faz solenemente memória dos grandes acontecimentos da história da salvação que já prefiguravam o mistério do Batismo: Ó Deus, pelos sinais visíveis dos sacramentos realiza maravilhas invisíveis. Ao longo da história da salvação, vós vos servistes da água para fazer-nos conhecer a graça do Batismo.

1218 Desde a origem do mundo, a água, esta criatura humilde e admirável, é a fonte da vida e da fecundidade. A Sagrada Escritura a vê como “incubada” pelo Espírito de Deus: Já na origem do mundo, vosso Espírito pairava sobre as águas para que elas recebessem a força de santificar.

1219 A Igreja viu na arca de Noé uma prefiguração da salvação pelo Batismo. Por ela, com efeito, “poucas pessoas, isto é, oito foram salvas da água” (1Pd 3,20): Nas próprias águas do dilúvio prefigurastes o nascimento da nova humanidade de modo que a mesma água sepultasse os vícios e fizesse nascer a santidade.

1220 Se a água de fonte simboliza a vida, a água do mar é um símbolo da morte, razão pela qual o mar podia prefigurar o mistério da cruz. Por este simbolismo, o Batismo significa a comunhão com a morte de Cristo.

1221 É sobretudo a travessia do Mar Vermelho, verdadeira libertação de Israel da escravidão do Egito, que anuncia a libertação operada pelo Batismo: Concedestes aos filhos de Abraão atravessar o Mar Vermelho a pé enxuto, para que, livres da escravidão, prefigurassem o povo nascido na água do Batismo.

1222 Finalmente, o Batismo é prefigurado na travessia do Jordão, pela qual o povo de Deus recebe o dom da terra prometida à descendência de Abraão, imagem da vida eterna. A promessa desta herança bem-aventurada realiza-se na nova aliança.

O BATISMO DE CRISTO

1223 Todas as prefigurações da antiga aliança encontram sua realização em Cristo Jesus. Ele começa sua vida pública depois de ter-se feito batizar por São João Batista no Jordão, e após sua ressurreição confere esta missão aos apóstolos: “Ide, pois, fazei que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei” (Mt 28,19-20).

1224 Nosso Senhor submeteu-se voluntariamente ao Batismo de São João, destinado aos pecadores, para “cumprir toda a justiça (Cf Mt 3,15)”. Este gesto de Jesus é uma manifestação de seu “aniquilamento”. O Espírito que pairava sobre as águas da primeira criação desce então sobre Cristo, preludiando a nova criação, e o Pai manifesta Jesus como seu “filho amado”.

1225 Foi em sua Páscoa que Cristo abriu a todos os homens as fontes do Batismo. Com efeito, já tinha falado da paixão que iria sofrer em Jerusalém como de um “batismo” com o qual devia ser batizado. O sangue e a água que escorreram do lado traspassado de Jesus crucificado são tipos do Batismo e da Eucaristia, sacramentos da vida nova: desde então é possível “nascer da água e do Espírito” para entrar no Reino de Deus (Jo 3,5).

Vê, quando és batizado, donde vem o Batismo, se não da cruz de Cristo, da morte de Cristo. Lá está todo o mistério: ele sofreu por ti. E nele que és redimido, é nele que és salvo e, por tua vez, te tornas salvador.

O BATISMO NA IGREJA

1226 A partir do dia de Pentecostes, a Igreja celebrou e administrou o santo Batismo. Com efeito, São Pedro declara à multidão impressionada com sua pregação: “Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para a remissão de vossos pecados. Então recebereis o dom do Espírito Santo” (At 2,38). Os Apóstolos e seus colaboradores oferecem o Batismo a todo aquele que crer em Jesus: judeus, tementes a Deus, pagãos. O Batismo aparece sempre ligado à fé: “Crê no Senhor e serás salvo, tu e a tua casa”, declara São Paulo a seu carcereiro de Filipos. O relato prossegue: “E imediatamente [o carcereiro recebeu o Batismo, ele e todos os seus” (At 16,31-33).

1227 Segundo o apóstolo São Paulo, pelo Batismo o crente comunga na morte de Cristo; é sepultado e ressuscita com ele: Batizados em Cristo Jesus, em sua morte é que fomos batizados. Portanto, pelo Batismo fomos sepultados com ele na morte para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós vivamos vida nova (Rm 6,3-4). Os batizados “vestiram-se de Cristo”. Pelo Espírito Santo, o Batismo é um banho que purifica, santifica e justifica.

1228 O Batismo é, pois, um banho de água no qual “a semente incorruptível” da Palavra de Deus produz seu efeito vivificante. Santo Agostinho dirá do Batismo: “Accedit verbum ad elementum, et fit Sacramentum - Une-se a palavra ao elemento, e acontece o sacramento”.

III. COMO É CELEBRADO O SACRAMENTO DO BATISMO?

A INICIAÇÃO CRISTÃ

1229 Tornar-se cristão, eis algo que se realiza desde os tempos dos apóstolos por um itinerário e uma iniciação que passa por várias etapas. Este itinerário pode ser percorrido com rapidez ou lentamente. Dever sempre comportar alguns elementos essenciais: o anúncio da Palavra, o acolhimento do Evangelho acarretando uma conversão, a profissão de fé, o Batismo, a efusão do Espírito Santo, o acesso à Comunhão Eucarística.

1230 Esta iniciação tem variado muito ao longo dos séculos e de acordo com as circunstâncias. Nos primeiros séculos da Igreja a iniciação cristã conheceu um grande desenvolvimento com um longo

período de catecumenato e uma sequência de ritos preparatórios que balizavam liturgicamente a caminhada da preparação catecumenal e que desembocavam na celebração dos sacramentos da iniciação cristã.

1231 Quando o Batismo das crianças se tornou amplamente a forma habitual da celebração deste sacramento, esta passou a ser um único ato que integra de maneira muito resumida as etapas prévias à iniciação cristã. Por sua própria natureza, o Batismo das crianças exige um catecumenato pós-batismal. Não se trata somente da necessidade de uma instrução posterior ao Batismo, mas do desabrochar necessário da graça batismal no crescimento da pessoa. E o lugar próprio do catecismo.

1232 O Concílio Vaticano II restaurou, para a Igreja latina, “o catecumenato dos adultos, distribuído em várias etapas”. Encontram-se tais ritos no *Ordo initiationis christianae adultorum* (Ritual da iniciação cristã dos adultos). O Concílio por sua vez permitiu que, “além dos elementos de iniciação fornecidos pela tradição cristã”, fossem admitidos “em terras de missão estes outros elementos de iniciação cristã, cuja prática constatamos em cada povo, na medida em que possam ser adaptados ao rito cristão”.

1233 Hoje em dia, portanto, em todos os ritos latinos e orientais, a iniciação cristã dos adultos começa desde a entrada deles no catecumenato, para atingir seu ponto culminante em uma única celebração dos três sacramentos: Batismo, Confirmação e Eucaristia. Nos ritos orientais a iniciação cristã das crianças começa no Batismo, seguido imediatamente pela Confirmação e pela Eucaristia, ao passo que no rito romano ela prossegue durante os anos de catequese, para terminar mais tarde com a Confirmação e a Eucaristia, ápice de sua iniciação cristã.

A MISTAGOGIA DA CELEBRAÇÃO

1234 O significado e a graça do sacramento do Batismo aparecem com clareza nos ritos de sua celebração. É acompanhando, com uma participação atenta, os gestos e as palavras desta celebração que os fiéis são iniciados nas riquezas que este sacramento significa e realiza em cada novo batizado.

1235 O sinal-da-cruz no limiar da celebração, assinala a marca de Cristo naquele que vai pertencer-lhe e significa a graça da redenção que Cristo nos proporcionou por sua cruz.

1236 O anúncio da Palavra de Deus ilumina com a verdade revelada os candidatos e a assembléia, e suscita a resposta da fé, inseparável do Batismo. Com efeito, o Batismo é de maneira especial “o sacramento da fé”, uma vez que é a entrada sacramental na vida de fé.

1237 Visto que o Batismo significa a libertação do pecado e de seu instigador, o Diabo, pronuncia-se um (ou vários) exorcismo(s) sobre o candidato. Este é ungido com o óleo dos catecúmenos ou então o celebrante impõe-lhe a mão, e o candidato renuncia explicitamente a satanás. Assim preparado, ele pode confessar a fé da Igreja, à qual será “confiado” pelo Batismo.

1238 A água batismal é então consagrada por uma oração de epiclese (seja no próprio momento, seja na noite pascal). A Igreja pede a Deus que, por seu Filho, o poder do Espírito Santo desça sobre esta água, para que os que forem batizados nela “nasçam da água e do Espírito” (Jo 3,5).

1239 Segue então o rito essencial do sacramento: o Batismo propriamente dito, que significa e realiza a morte ao pecado e a entrada na vida da Santíssima Trindade por meio da configuração ao mistério pascal de Cristo. O Batismo é realizado da maneira mais significativa pela tríplice imersão na água batismal. Mas desde a Antigüidade ele pode também ser conferido derramando-se, por três vezes, a água sobre a cabeça do candidato.

1240 Na Igreja latina, esta tríplice infusão é acompanhada das palavras do ministro: “N..., eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Nas liturgias orientais, estando o catecúmeno voltado para o nascente, o ministro diz: “O servo de Deus, N..., é batizado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. E à invocação de cada pessoa da Santíssima Trindade o ministro mergulha o candidato na água e o retira dela.

1241 A unção com o santo crisma, óleo perfumado consagrado pelo Bispo, significa o dom do Espírito Santo ao novo batizado. Este tornou-se um cristão, isto é, “ungido” do Espírito Santo, incorporado a Cristo, que é ungido sacerdote, profeta e rei.

1242 Na liturgia das Igrejas do Oriente, a unção pós-batismal é o sacramento da **Crisma** (Confirmação). Na liturgia romana, porém, esta primeira unção anuncia outra, a do santo Crisma, que será

feita pelo Bispo: o sacramento da Confirmação, que, por assim dizer, “confirma” e encerra a unção batismal.

1243 A veste branca simboliza que o batizado “vestiu-se de Cristo”: ressuscitou com Cristo[ag61]. A vela, acesa no círio pascal, significa que Cristo iluminou o neófito. Em Cristo, os batizados são “a luz do mundo” (Mt 5,14). O novo batizado é agora filho de Deus no Filho único. Pode rezar a oração dos filhos de Deus: o Pai-Nosso.

1244 A primeira comunhão eucarística. Uma vez feito filho de Deus, revestido da veste nupcial, o neófito é admitido “ao festim das bodas do Cordeiro” e recebe o alimento da vida nova, o Corpo e o Sangue de Cristo. As Igrejas orientais mantêm uma consciência viva da unidade da iniciação cristã dando a Santa comunhão a todos os novos batizados e confirmados, mesmo às crianças, lembrando-se da palavra do Senhor: “Deixai vir a mim as crianças, não as impeçais” (Mc 10,14). A Igreja latina, que reserva a Santa comunhão aos que atingiram a idade da razão, exprime a abertura do Batismo para a Eucaristia aproximando do altar a criança recém-batizada para a oração do Pai-Nosso.

1245 A bênção solene conclui a celebração do Batismo. Por ocasião do batismo de recém-nascidos, a bênção da mãe ocupa um lugar especial.

IV. QUEM PODE RECEBER O BATISMO?

1246 “É capaz de receber o Batismo toda pessoa ainda não batizada, e somente ela.”

O BATISMO DOS ADULTOS

1247 Desde as origens da Igreja, o Batismo dos adultos é a situação mais normal nas terras onde o anúncio do Evangelho é ainda recente. O catecumenato (preparação para o Batismo) ocupa então um lugar importante. Sendo iniciação à fé e à vida cristã, deve dispor para o acolhimento do dom de Deus no Batismo, na Confirmação e na Eucaristia.

1248 O catecumenato, ou formação dos catecúmenos, tem por finalidade permitir a estes últimos, em resposta à iniciativa divina e em união com uma comunidade eclesial, que levem a conversão e a fé à maturidade. Trata-se de uma “formação à vida cristã integral (...) pela qual os discípulos são unidos a Cristo, seu mestre. Por isso, os catecúmenos devem ser iniciados (...) nos mistérios da salvação e na prática de uma vida evangélica, e introduzidos, mediante ritos sagrados celebrados em épocas sucessivas, na vida da fé, da liturgia e da caridade do povo de Deus”.

1249 Os catecúmenos “já estão unidos à Igreja, já pertencem à casa de Cristo, não sendo raro levarem uma vida de fé, esperança e caridade”. “A mãe Igreja já os envolve como seus em seu amor, cercando-os de cuidados.”

O BATISMO DAS CRIANÇAS

1250 Por nascerem com uma natureza humana decaída e manchada pelo pecado original, também as crianças precisam do novo nascimento no Batismo, a fim de serem libertadas do poder das trevas e serem transferidas para o domínio da liberdade dos filhos de Deus, para a qual todos os homens são chamados. A gratuidade pura da graça da salvação é particularmente manifesta no Batismo das crianças. A Igreja e os pais privariam então a criança da graça inestimável de tomar-se filho de Deus se não lhe conferissem o Batismo pouco depois do nascimento.

1251 Os pais cristãos hão de reconhecer que esta prática corresponde também à sua função de alimentar a vida que Deus confiou a eles.

1252 A prática de batizar as crianças é uma tradição imemorial da Igreja. É atestada explicitamente desde o século II. Mas é bem possível que desde o início da pregação apostólica, quando “casas” inteiras receberam o Batismo[, também se tenha batizado as crianças.

FÉ E BATISMO

1253 O batismo é o sacramento da fé. Mas a fé tem necessidade da comunidade dos crentes. Cada um dos fiéis só pode crer dentro da fé da Igreja. A fé que se requer para o Batismo não é uma fé

perfeita e madura, mas um começo, que deve desenvolver-se. Ao catecúmeno ou a seu padrinho é feita a pergunta: “Que pedis à Igreja de Deus?”. E ele responde: “A fé!”.

1254 Em todos os batizados, crianças ou adultos, a fé deve crescer após o Batismo. E por isso que a Igreja celebra cada ano, na noite pascal, a renovação das promessas batismais. A preparação para o Batismo leva apenas ao limiar da vida nova. O Batismo é a fonte da vida nova em Cristo, fonte esta da qual brota toda a vida cristã.

1255 Para que a graça batismal possa desenvolver-se, é importante a ajuda dos pais. Este é também o papel do padrinho ou da madrinha, que devem ser cristãos firmes, capazes e prontos a ajudar o novo batizado, criança ou adulto, em sua caminhada na vida cristã. A tarefa deles é uma verdadeira função eclesial (“officium”). A comunidade eclesial inteira tem uma parcela de responsabilidade no desenvolvimento e na conservação da graça recebida no Batismo.

V. QUEM PODE BATIZAR?

1256 São ministros ordinários do Batismo o Bispo e o presbítero e, na Igreja latina, também o diácono. Em caso de necessidade, qualquer pessoa, mesmo não batizada, que tenha a intenção exigida, pode batizar, utilizando a fórmula batismal trinitária. A intenção requerida é querer fazer o que a Igreja faz quando batiza. A Igreja vê a razão desta possibilidade na vontade salvífica universal de Deus e na necessidade do Batismo para a salvação.

VI. A NECESSIDADE DO BATISMO

1257 O Senhor mesmo afirma que o Batismo é necessário para a salvação. Também ordenou a seus discípulos que anunciassem o Evangelho e batizassem todas as nações. O Batismo é necessário, para a salvação, para aqueles aos quais o Evangelho foi anunciado e que tiveram a possibilidade de pedir este sacramento. A Igreja não conhece outro meio senão o Batismo para garantir a entrada na bem-aventurança eterna; é por isso que cuida de não negligenciar a missão que recebeu do Senhor, de fazer “renascer da água e do Espírito” todos aqueles que podem ser batizados. Deus vinculou a salvação ao sacramento do Batismo, mas ele mesmo não está vinculado a seus sacramentos.

1258 Desde sempre, a Igreja mantém a firme convicção de que as pessoas que morrem em razão da fé, sem terem recebido o Batismo, são batizadas por sua morte por e com Cristo. Este Batismo de sangue, como o desejo do Batismo, acarreta os frutos do Batismo, sem ser sacramento.

1259 Para os catecúmenos que morrem antes de seu Batismo, seu desejo explícito de recebê-lo, juntamente com o arrependimento de seus pecados e a caridade, garante-lhes a salvação que não puderam receber pelo sacramento.

1260 “Sendo que Cristo morreu por todos e que a vocação última do homem é realmente uma só, a saber, divina, devemos sustentar que o Espírito Santo oferece a todos, sob forma que só Deus conhece, a possibilidade de se associarem ao Mistério Pascal.” Todo homem que, desconhecendo o Evangelho de Cristo e sua Igreja, procura a verdade e pratica a vontade de Deus segundo seu conhecimento dela pode ser salvo. Pode-se supor que tais pessoas teriam desejado explicitamente o Batismo se tivessem tido conhecimento da necessidade dele.

1261 Quanto às crianças mortas sem Batismo, a Igreja só pode confiá-las à misericórdia de Deus, como o faz no rito das exéquias por elas. Com efeito, a grande misericórdia de Deus, “que quer que todos os homens se salvem” (1Tm 2,4), e a ternura de Jesus para com as crianças, que o levou a dizer: “Deixai as crianças virem a mim, não as impeçais” (Mc 10,14), nos permitem esperar que haja um caminho de salvação para as crianças mortas sem Batismo. Eis por que é tão premente o apelo da Igreja de não impedir as crianças de virem a Cristo pelo dom do santo Batismo.

VII. A GRAÇA DO BATISMO

1262 Os diferentes efeitos do Batismo são significados pelos elementos sensíveis do rito sacramental. O mergulho na água faz apelo ao simbolismo da morte e da purificação, mas também da regeneração e da renovação. Os dois efeitos principais são, pois, a purificação dos pecados e o novo nascimento no Espírito Santo.

PARA A REMISSÃO DOS PECADOS...

1263 Pelo Batismo, todos os pecados são perdoados: o pecado original e todos os pecados pessoais, bem como todas as penas do pecado. Com efeito, naqueles que foram regenerados não resta nada que os impeça de entrar no Reino de Deus: nem o pecado de Adão, nem o pecado pessoal, nem as seqüelas do pecado, das quais a mais grave é a separação de Deus.

1264 No batizado, porém, certas conseqüências temporais do pecado permanecem, tais como os sofrimentos, a doença, a morte ou as fragilidades inerentes à vida, como as fraquezas de caráter etc., assim como a propensão ao pecado, que a Tradição chama de concupiscência ou, metaforicamente, o “incentivo do pecado” (fomes peccati): “Deixada para os nossos combates, a concupiscência não é capaz de prejudicar aqueles que, não consentindo nela, resistem com coragem pela graça de Cristo. Mais ainda: ‘um atleta não recebe a coroa se não lutou segundo as regras’ (2Tm 2,5).

UMA CRIATURA NOVA

1265 O Batismo não somente purifica de todos os pecados, mas também faz do neófito “uma criatura nova”, um filho adotivo de Deus que se tornou “participante da natureza divina”, membro de Cristo e co-herdeiro com ele, templo do Espírito Santo.

1266 A Santíssima Trindade dá ao batizado a graça santificante, a graça da justificação, a qual

ü torna-o capaz de crer em Deus, de esperar nele e de amá-lo por meio das virtudes teologais;

ü concede-lhe o poder de viver e agir sob a moção do Espírito Santo por seus dons;

ü permite-lhe crescer no bem pelas virtudes morais.

Assim, todo o organismo da vida sobrenatural do cristão tem sua raiz no santo Batismo.

INCORPORADOS À IGREJA, CORPO DE CRISTO

1267 O Batismo faz-nos membros do Corpo de Cristo. “Somos membros uns dos outros” (Ef 4,25). O Batismo incorpora à Igreja. Das fontes batismais nasce o único povo de Deus da nova aliança, que supera todos os limites naturais ou humanos das nações, das culturas, das raças e dos sexos: “Fomos todos batizados num só Espírito para sermos um só corpo” (1Cor 12,13).

1268 Os batizados tornaram-se “pedras vivas” para a “construção de um edifício espiritual, para um sacerdócio santo” (1 Pd 2,5). Pelo Batismo, participam do sacerdócio de Cristo, de sua missão profética e régia; “sois a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que proclameis as excelências daquele que vos chamou das trevas para sua luz maravilhosa” (1Pd 2,9). O Batismo faz participar do sacerdócio comum dos fiéis.

1269 Feito membro da Igreja, o batizado não pertence mais a si mesmo, mas àquele que morreu e ressuscitou por nós. Logo, é chamado a submeter-se aos outros, a servi-los na comunhão da Igreja, a ser “obediente e dócil” aos chefes da Igreja e a considerá-los com respeito e afeição. Assim como o Batismo é a fonte de responsabilidades e de deveres, o batizado também goza de direitos dentro da Igreja: de receber os sacramentos, de ser alimentado com a Palavra de Deus e de ser sustentado pelos outros auxílios espirituais da Igreja.

1270 “Tornados filhos de Deus pela regeneração (baptismo), (os batizados) são obrigados a professar diante dos homens a fé que pela Igreja receberam de Deus” e a participar da atividade apostólica e missionária do povo de Deus.

O VÍNCULO SACRAMENTAL DA UNIDADE DOS CRISTÃOS

1271 O Batismo constitui o fundamento da comunhão entre todos os cristãos, também com os que ainda não estão em comunhão plena com a Igreja católica: “Com efeito, aqueles que crêem em Cristo e foram validamente batizados acham-se em certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja católica. (...) Justificados pela fé no Batismo, são incorporados a Cristo e, por isso, com razão, são honrados com o nome de cristãos e merecidamente reconhecidos pelos filhos da Igreja católica como irmãos no Senhor”. “O Batismo, pois, constitui o vínculo sacramental da unidade que liga todos os que foram regenerados por ele.”

UM SINAL ESPIRITUAL INDELÉVEL...

1272 Incorporado em Cristo pelo Batismo, o batizado é configurado a Cristo. O Batismo sela o cristão com um sinal espiritual indelével (“character”) de sua pertença a Cristo. Pecado algum apaga esta marca, se bem que possa impedir o Batismo de produzir frutos de salvação. Dado uma vez por todas, o Batismo não pode ser reiterado.

1273 Incorporados à Igreja pelo Batismo, os fiéis receberam o caráter sacramental que os consagra para o culto religioso cristão. O selo batismal capacita e compromete os cristãos a servirem a Deus em uma participação viva na sagrada liturgia da Igreja e a exercerem seu sacerdócio batismal pelo testemunho de uma vida santa e de uma caridade eficaz.

1274 O “selo do Senhor” (“Dominicus character”) é o selo com o qual o Espírito Santo nos marcou “para o dia da redenção” (Ef 4,30). “O Batismo, com efeito, é o selo da vida eterna.” O fiel que tiver “guardado o selo” até o fim, isto é, que tiver permanecido fiel às exigências de seu Batismo, poderá caminhar “marcado pelo sinal da fé”, com a fé de seu Batismo, à espera da visão feliz de Deus - consumação da fé - e na esperança da ressurreição.

RESUMINDO

1275 A iniciação cristã realiza-se pelo conjunto de três sacramentos: o Batismo, que é o início da vida nova; a Confirmação, que é sua consolidação e a Eucaristia, que alimenta o discípulo com o Corpo e o Sangue de Cristo em vista de sua transformação nele.

1276 “Ide, portanto, e fazei que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo quanto vos ordenei” (Mt 28,19-20).

1277 O Batismo constitui o nascimento para a vida nova em Cristo. Segundo a vontade do Senhor, ele é necessário para a salvação, como a própria Igreja, na qual o Batismo introduz.

1278 O rito essencial do Batismo consiste em mergulhar na água o candidato ou em derramar água sobre sua cabeça, pronunciando a invocação da Santíssima Trindade, isto é, do Pai, do Filho e do Espírito Santo

1279 O fruto do Batismo ou graça batismal é uma realidade rica que comporta: a remissão do pecado original e de todos os pecados pessoais; o nascimento para a vida nova, pelo qual o homem se torna filho adotivo do Pai, membro de Cristo, templo do Espírito Santo. Com isto mesmo, o batizado é incorporado à Igreja, corpo de Cristo, e se torna participante do sacerdócio de Cristo.

1280 O Batismo imprime na alma um sinal espiritual indelével, o caráter, que consagra o batizado ao culto da religião cristã. Em razão do caráter, o Batismo não pode ser reiterado.

1281 Os que morrem por causa da fé, os catecúmenos e todos os homens que, sob o impulso da graça, sem conhecerem a Igreja, procuram com sinceridade a Deus e se esforçam por cumprir a vontade dele podem ser salvos, mesmo que não tenham recebido o Batismo.

1282 Desde os tempos mais antigos, o Batismo é administrado às crianças, pois é uma graça e um dom de Deus que não supõe méritos humanos; as crianças são batizadas na fé da Igreja. A entrada na vida cristã dá acesso à verdadeira liberdade.

1283 Quanto às crianças mortas sem Batismo, a liturgia da Igreja convida-nos a ter confiança na misericórdia divina e a orar pela salvação delas.

1284 Em caso de necessidade, qualquer pessoa pode batizar, desde que tenha a intenção de fazer o que faz a Igreja, e que derrame água sobre a cabeça do candidato dizendo: “Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”.

A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

ARTIGO 2

O SACRAMENTO DA CONFIRMAÇÃO

1285 Juntamente com o Batismo e a Eucaristia, o sacramento da Confirmação constitui o conjunto dos “sacramentos da iniciação cristã cuja unidade deve ser salvaguardada. Por isso, é preciso explicar aos fiéis que a recepção deste sacramento é necessária à consumação da graça batismal. Com efeito, “pelo sacramento da Confirmação [os fiéis] são vinculados mais perfeitamente à Igreja, enriquecidos de força

especial do Espírito Santo, e assim mais estritamente obrigados à fé que, como verdadeiras testemunhas de Cristo, devem difundir e defender tanto por palavras como por obras”.

I. A CONFIRMAÇÃO NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

1286 No Antigo Testamento os profetas anunciaram que o Espírito do Senhor repousaria sobre o Messias esperado em vista de sua missão salvífica. A descida do Espírito Santo sobre Jesus por ocasião de seu Batismo por João Batista foi o sinal de que era Ele quem devia vir, que Ele era o Messias; o Filho de Deus. Concebido do Espírito Santo, toda a sua vida e toda a sua missão se realizam em uma comunhão total com o mesmo Espírito, que o Pai lhe dá “sem medida” (Jo 3,34).

1287 Ora, esta plenitude do Espírito não devia ser apenas a do Messias; devia ser comunicada a todo o povo messiânico. Por várias vezes Cristo prometeu esta efusão do Espírito, promessa que realizou primeiramente no dia da Páscoa. e em seguida, de maneira mais marcante, no dia de Pentecostes. Repletos do Espírito Santo, os Apóstolos começam a proclamar “as maravilhas de Deus” (At 2,11), e Pedro começa a declarar que esta efusão do Espírito é o sinal dos tempos messiânicos. Os que então creram na pregação apostólica e que se fizeram batizar também receberam o dom do Espírito Santo.

1288 “Desde então, os apóstolos, para cumprir a vontade de Cristo, comunicaram aos neófitos, pela imposição das mãos, o dom do Espírito que leva a graça do Batismo à sua consumação. E por isso que na Epístola aos Hebreus ocupa um lugar, entre os elementos da primeira instrução cristã, a doutrina sobre os batismos e também sobre a imposição das mãos. A imposição das mãos é com razão reconhecida pela tradição católica como a origem do sacramento da Confirmação que perpétua, de certo modo, na Igreja, a graça de Pentecostes.”

1289 Bem cedo, para melhor significar o dom do Espírito Santo, acrescentou-se à imposição das mãos uma unção com óleo perfumado (crisma). Esta unção ilustra o nome de “cristão”, que significa “ungido” e que deriva a sua origem do próprio nome de Cristo, ele que “Deus ungiu com o Espírito Santo” (At 10,38). E este rito de unção existe até os nossos dias, tanto no Oriente como no Ocidente. Por isso, no Oriente, este sacramento é chamado Crismação, unção com crisma, ou *mýron*, que significa “crisma”. No Ocidente, o termo Confirmação sugere que este sacramento, ao mesmo tempo, confirma o Batismo e consolida a graça batismal.

DUAS TRADIÇÕES: O ORIENTE E O OCIDENTE

1290 Nos primeiros séculos, a Confirmação constitui em geral uma só celebração com o Batismo, formando com este, segundo a expressão de São Cipriano, um “sacramento duplo”. Entre outros motivos, a multiplicação dos batizados de crianças e isto ao longo do ano todo e a multiplicação das paróquias (rurais), (multiplicação) que amplia as dioceses, não permitem mais a presença do Bispo em todas as celebrações batismais. No Ocidente, visto que se deseja reservar ao Bispo a complementação do Batismo, se instaura a separação dos dois sacramentos em dois momentos distintos. O Oriente manteve juntos os dois sacramentos, tanto que a Confirmação é ministrada pelo presbítero que batiza. Todavia, este não o pode fazer senão com o “*mýron*” consagrado por um Bispo.

1291 Um costume da Igreja de Roma facilitou o desenvolvimento da prática ocidental graças a uma dupla unção com o santo crisma depois do Batismo: realizada já pelo presbítero sobre o neófito, ao sair este do banho batismal, ela é terminada por uma segunda unção, feita pelo Bispo na frente de cada um dos novos batizados. A primeira unção com o santo crisma, a que é dada pelo presbítero, permaneceu ligada ao rito batismal; ela significa a participação do batizado nas funções profética, sacerdotal e régia de Cristo. Se o Batismo é conferido a um adulto, há uma só unção pós-batismal, a da Confirmação.

1292 A prática da Igreja do Oriente sublinha mais a unidade da iniciação cristã. A da Igreja latina exprime mais nitidamente a comunhão do novo cristão com seu Bispo, garante e servo da unidade de sua Igreja, de sua catolicidade e de sua apostolicidade, e, com isto, o vínculo com as origens apostólicas da Igreja de Cristo.

II. OS SINAIS E O RITO DA CONFIRMAÇÃO

1293 No rito deste sacramento convém considerar o sinal da unção e aquilo que a unção designa e imprime: o selo espiritual. A unção, no simbolismo bíblico e antigo, é rica de significados: o óleo é sinal de

abundância e de alegria, ele purifica (unção antes e depois do banho) e torna ágil (unção dos atletas e dos lutadores), é sinal de cura, pois ameniza as contusões e as feridas, e faz irradiar beleza, saúde e força.

1294 Todos esses significados da unção com óleo voltam a encontrar-se na vida sacramental. A unção, antes do Batismo, com o óleo dos catecúmenos significa purificação e fortalecimento; a unção dos enfermos exprime a cura e o reconforto. A unção com o santo crisma depois do Batismo, na Confirmação e na Ordenação, é o sinal de uma consagração. Pela Confirmação, os cristãos, isto é, os que são ungidos, participam mais intensamente da missão de Jesus e da plenitude do Espírito Santo, de que Jesus é cumulado, a fim de que toda a vida deles exale “o bom odor de Cristo”

1295 Por esta unção, o confirmando recebe “a marca”, o selo do Espírito Santo. O selo é o símbolo da pessoa, sinal de sua autoridade, de sua propriedade sobre um objeto - assim, os soldados eram marcados com o selo de seu chefe, e os escravos, com o de seu proprietário; o selo autentica um ato jurídico ou um documento e o torna eventualmente secreto.

1296 Cristo mesmo se declara marcado com o selo de seu Pai. Também o cristão está marcado por um selo: “Aquele que nos fortalece convosco em Cristo e nos dá a unção é Deus, o qual nos marcou com um selo e colocou em nossos corações o penhor do Espírito” (2Cor 1,21-22; Cf Ef 1,13; 4,30). Este selo do Espírito Santo marca a pertença total a Cristo, o colocar-se a seu serviço, para sempre, mas também a promessa da proteção divina na grande prova escatológica.

A CELEBRAÇÃO DA CONFIRMAÇÃO

1297 Um momento importante que antecede a celebração da Confirmação, mas que, de certo modo, faz parte dela, é a consagração do santo crisma. É o Bispo que, na Quinta-feira Santa, durante a missa do crisma, consagra o santo crisma para toda a sua diocese. Nas Igrejas do Oriente, esta consagração é até reservada ao patriarca:

A liturgia de Antioquia exprime assim a epiclese da consagração do santo crisma (mýron): [Pai... enviai o vosso Espírito Santo] sobre nós e sobre este óleo que está diante de nós e consagrai-o, a fim de que seja para todos os que forem ungidos e marcados por ele: mýron santo, mýron sacerdotal, mýron régio, unção de alegria, a veste da luz, o manto da salvação, o dom espiritual, a santificação das almas e dos corpos, a felicidade imperecível, o selo indelével, o escudo da fé e o capacete terrível contra todas as obras do adversário

1298 Quando a Confirmação é celebrada em separado do Batismo, como ocorre no rito romano, a liturgia do sacramento começa com a renovação das promessas do Batismo e com a profissão de fé dos confirmandos. Assim aparece com clareza que a Confirmação se situa na seqüência do Batismo. Quando um adulto é batizado, recebe imediatamente a Confirmação e participa da Eucaristia [Cf CIC cânone 866].

1299 No rito romano, o Bispo estende as mãos sobre o conjunto dos confirmandos, gesto que, desde o tempo dos Apóstolos, é o sinal do dom do Espírito. Cabe ao Bispo invocar a efusão do Espírito: Deus Todo-Poderoso, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que pela água e pelo Espírito Santo fizestes renascer estes vossos servos, libertando-os do pecado, enviai-lhes o Espírito Santo Paráclito; dai-lhes, Senhor, o espírito de sabedoria e inteligência, o espírito de conselho e fortaleza, o espírito da ciência e piedade - e enchei-os do espírito de vosso temor. Por Cristo Nosso Senhor.

1300 Segue-se o rito essencial do sacramento. No rito latino, “o sacramento da Confirmação é conferido pela unção do santo crisma na fronte, feita com a imposição da mão, e por estas palavras: *‘Accipe signaculum doni Spiritus Sancti*, ‘N, recebe, por este sinal, o selo do Espírito Santo, o dom de Deus. Nas Igrejas orientais de rito bizantino, a unção do $\mu\tau\tau\varsigma$ faz-se depois de uma oração de epiclese sobre as partes mais significativas do corpo: a fronte, os olhos, o nariz, os ouvidos, os lábios, o peito, as costas, as mãos e os pés, sendo cada unção acompanhada da fórmula: “*Σφ ?α??? δ??? ε??? ?e?ματς? `????*”, “Selo do dom do Espírito Santo”.

1301 O ósculo da paz, que encerra o rito do sacramento, significa e manifesta a comunhão eclesial com o Bispo e com todos os fiéis.

III. OS EFEITOS DA CONFIRMAÇÃO

1302 Da celebração ressalta que o efeito do sacramento da Confirmação é a efusão especial do Espírito Santo, como foi outorgado outrora aos apóstolos no dia de Pentecostes.

1303 Por isso, a confirmação produz crescimento e aprofundamento da graça batismal:

- ü enraíza-nos mais profundamente na filiação divina, que nos faz dizer “Abbá, Pai” (Rm 8,15),

- ü une-nos mais solidamente a Cristo;

- ü aumenta em nós os dons do Espírito Santo;

- ü torna mais perfeita nossa vinculação com a Igreja;

- ü dá-nos uma força especial do Espírito Santo para difundir e defender a fé pela palavra e pela ação, como verdadeiras testemunhas de Cristo, para confessar com valentia o nome de Cristo e para nunca sentir vergonha em relação à cruz:

Lembra-te, portanto, de que recebeste o sinal espiritual, o Espírito de sabedoria e de inteligência, o Espírito de conselho e força, o Espírito de conhecimento e de piedade, o Espírito do santo temor, e conserva o que recebeste. Deus Pai te marcou com seu sinal, Cristo Senhor te confirmou e colocou em teu coração o penhor do Espírito.

1304 Como o Batismo, do qual é consumação, a Confirmação é dada uma só vez, pois imprime na alma uma marca espiritual indelével, o “caráter”, que é o sinal de que Jesus Cristo assinalou um cristão com o selo de seu Espírito, revestindo-o da força do alto para ser sua testemunha.

1305 O “caráter” aperfeiçoa o sacerdócio comum dos fiéis, recebido no Batismo, e “o confirmado recebe o poder de confessar a fé de Cristo publicamente, e como que em virtude de um ofício (quasi ex officio)”.

IV. QUEM PODE RECEBER ESTE SACRAMENTO?

1306 Todo batizado ainda não confirmado pode e deve receber o sacramento da Confirmação. Pelo fato de o Batismo, a Confirmação e a Eucaristia formarem uma unidade, segue-se que “os fiéis têm a obrigação de receber tempestivamente esse sacramento”, pois sem a Confirmação e a Eucaristia, o sacramento do Batismo é sem dúvida válido e eficaz, mas a iniciação cristã permanece inacabada.

1307 O costume latino há séculos indica “a idade da razão” como ponto de referência para receber a Confirmação. Todavia, em perigo de morte deve-se confirmar as crianças, mesmo que ainda não tenham atingido o uso da razão.

1308 Se às vezes se fala da Confirmação como o “sacramento da maturidade cristã”, nem por isso se deve confundir a idade adulta da fé com a idade adulta do crescimento natural, nem esquecer que a graça batismal é uma graça de eleição gratuita e imerecida que não precisa de uma “ratificação” para tornar-se efetiva. Santo Tomás recorda isto: A idade do corpo não constitui um prejuízo para a alma. Assim, mesmo na infância, o homem pode receber a perfeição da idade espiritual da qual fala o livro da Sabedoria (4,8): “Velhice venerável não é longevidade, nem é medida pelo número de anos”. Assim é que muitas crianças, graças à força do Espírito Santo que haviam recebido, lutaram corajosamente e até o sangue por Cristo.

1309 A preparação para a Confirmação deve visar conduzir o cristão a uma união mais íntima com Cristo, a uma familiaridade mais intensa com o Espírito Santo, sua ação, seus dons e seus chamados, a fim de poder assumir melhor as responsabilidades apostólicas da vida cristã. Por isso, a catequese da Confirmação se empenhará em despertar o senso da pertença à Igreja de Jesus Cristo, tanto à Igreja universal como à comunidade paroquial. Esta última tem uma responsabilidade peculiar na preparação dos confirmandos.

1310 Para receber a Confirmação é preciso estar em estado de graça. Convém recorrer ao sacramento da Penitência para ser o purificado em vista do dom do Espírito Santo. Uma oração mais intensa deve preparar para receber com docilidade e disponibilidade a força e as graças do Espírito Santo.

1311 Para a Confirmação, como para o Batismo, convém que os candidatos procurem a ajuda espiritual de um padrinho ou de uma madrinha. Convém que seja o mesmo do Batismo, a fim de marcar bem a unidade dos dois sacramentos.

V. O MINISTRO DA CONFIRMAÇÃO

1312 O ministro originário da Confirmação é o Bispo. No Oriente, é normalmente o presbítero batizante que também ministra imediatamente a Confirmação em uma única e mesma celebração. Mas o faz com o santo crisma consagrado pelo patriarca ou pelo Bispo, o que exprime a unidade apostólica da Igreja, cujos vínculos são reforçados pelo sacramento da Confirmação. Na Igreja latina aplica-se a mesma disciplina nos batizados de adultos, ou quando se admite à comunhão plena com a Igreja um batizado de outra comunidade cristã que não recebeu validamente o sacramento da Confirmação

1313 No rito latino, o ministro ordinário da confirmação é o Bispo. Embora o Bispo possa, quando houver necessidade, conceder aos presbíteros a faculdade de administrar a Confirmação, é conveniente que ele mesmo o confira, não esquecendo que é por este motivo que a celebração da Confirmação foi separada temporalmente do Batismo. Os Bispos são os sucessores dos Apóstolos, receberam a plenitude do sacramento da Ordem. A administração deste sacramento pelos Bispos marca bem que ele tem como efeito unir aqueles que o receberam mais intimamente à Igreja, às suas origens apostólicas e à sua missão de dar testemunho de Cristo.

1314 Se um cristão estiver em perigo de morte, todo presbítero pode dar-lhe a Confirmação. Com efeito, a Igreja não quer que nenhum de seus filhos, mesmo se de tenra idade, deixe este mundo sem ter-se tornado perfeito pelo Espírito Santo com o dom da plenitude de Cristo.

RESUMINDO

1315 “Tendo ouvido que a Samaria acolhera a palavra de Deus, os Apóstolos, que estavam em Jerusalém, enviaram-lhes Pedro e João. Estes, descendo até lá, oraram por eles, a fim de que recebessem o Espírito Santo. Pois ele ainda não descera sobre nenhum deles, mas somente haviam sido batizados em nome do Senhor Jesus. Então começaram a impor-lhes as mãos, e eles recebiam o Espírito Santo” (At 8,14-17).

1316 A Confirmação aperfeiçoa a graça batismal; é o sacramento que dá o Espírito Santo para enraizar-nos mais profundamente na filiação divina, incorporar-nos mais firmemente a Cristo, tornar mais sólida a nossa vinculação com a Igreja, associar-nos mais à sua missão e ajudar-nos a dar testemunho da fé cristã pela palavra, acompanhada das obras.

1317 A Confirmação, como o Batismo, imprime na alma do cristão um sinal espiritual ou caráter indelével; razão pela qual só se pode receber este sacramento uma vez na vida.

1318 No Oriente, este sacramento é administrado imediatamente depois do Batismo; é seguido da participação na Eucaristia, tradição que põe em destaque a unidade dos três sacramentos da iniciação cristã. Na Igreja latina administra-se este sacramento quando se atinge a idade da razão, e normalmente se reserva sua celebração ao Bispo, significando assim que este sacramento corrobora o vínculo eclesial

1319 Um candidato à Confirmação que tiver atingido a idade da razão deve professar a fé, estar em estado de graça, ter a intenção de receber o sacramento e estar preparado para assumir sua função de discípulo e de testemunha de Cristo, na comunidade eclesial e nas ocupações temporais.

1320 O rito essencial da Confirmação é a unção com o santo crisma na fronte do batizado (no Oriente, também sobre outros órgãos dos sentidos), com a imposição da mão do ministro e as palavras: “*Accipe signaculum doni Spiritus Sancti*”, “Recebe, por este sinal, o Dom do Espírito Santo”, no rito romano, e “*Signaculum doni Spiritus Sancti*”, “Selo do dom do Espírito Santo”, no rito bizantino.

1321 Quando a Confirmação é celebrada em separado do Batismo, sua vinculação com este é expressa, entre outras coisas, pela renovação dos compromissos batismais. A celebração da confirmação no decurso da Eucaristia contribui para sublinhar a unidade dos sacramentos da iniciação cristã.

A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

ARTIGO 3

O SACRAMENTO DA EUCARISTIA

1322 A santa Eucaristia conclui a iniciação cristã. Os que foram elevados à dignidade do sacerdócio régio pelo Batismo e configurados mais profundamente a Cristo pela Confirmação, estes, por meio da Eucaristia, participam com toda a comunidade do próprio sacrifício do Senhor.

1323 “Na última ceia, na noite em que foi entregue, nosso Salvador instituiu o Sacrifício Eucarístico de seu Corpo e Sangue. Por ele, perpetua pelos séculos, até que volte, o sacrifício da cruz, confiando destarte à Igreja, sua dileta esposa, o memorial de sua morte e ressurreição: sacramento da piedade, sinal da unidade, vínculo da caridade, banquete pascal em que Cristo é recebido como alimento, o espírito é cumulado de graça e nos é dado o penhor da glória futura.”

I. A EUCARISTIA - FONTE E ÁPICE DA VIDA ECLESIAL

1324 A Eucaristia é “fonte e ápice de toda a vida cristã”. “Os demais sacramentos, assim como todos os ministérios eclesiais e tarefas apostólicas, se ligam à sagrada Eucaristia e a ela se ordenam. Pois a santíssima Eucaristia contém todo o bem espiritual da Igreja, a saber, o próprio Cristo, nossa Páscoa.”

1325 “A comunhão de vida com Deus e a unidade do povo de Deus, pelas quais a Igreja é ela mesma, a Eucaristia as significa e as realiza. Nela está o clímax tanto da ação pela qual, em Cristo, Deus santifica o mundo, como do culto que no Espírito Santo os homens prestam a Cristo e, por ele, ao Pai.”

1326 Finalmente, pela Celebração Eucarística [a] nos unimos a liturgia do céu e antecipamos a vida eterna, quando Deus ser tudo em todos (1Cor 15,28).

1327 Em sua palavra, a Eucaristia é o resumo e a suma de nossa fé: “Nossa maneira de pensar concorda com a Eucaristia, e a Eucaristia, por sua vez, confirma nossa maneira de pensar”.

II. COMO SE CHAMA ESTE SACRAMENTO?

1328 A riqueza inesgotável deste sacramento exprime-se nos diversos nomes que lhe são dados. Cada uma destas designações evoca alguns de seus aspectos. Ele é chamado: Eucaristia, porque é ação de graças a Deus. As palavras “eucharistein” (Lc 22,19; 1 Cor 11,24) e “eulogein” (Mt 26,26; Mc 14,22) lembram as bênçãos judaicas que proclamam sobretudo durante a refeição as obras de Deus: a criação, a redenção e a santificação.

1329 Ceia do Senhor, pois se trata da ceia que o Senhor fez com seus discípulos na véspera de sua paixão, e da antecipação da ceia das bodas do Cordeiro na Jerusalém celeste.

Fração do Pão, porque este rito, próprio da refeição judaica, foi utilizado por Jesus quando abençoava e distribuía o pão como presidente da mesa, sobretudo por da ocasião. Última Ceia. É por este gesto que os discípulos o reconhecerão após a ressurreição, e é com esta expressão que os primeiros cristãos designarão suas assembléias eucarísticas.

Com isso querem dizer que todos os que comem do único pão partido, Cristo, entram em comunhão com ele e já não formam senão um só corpo nele.

Assembléia eucarística (synaxis, pronuncie “sináxis”), porque a Eucaristia é celebrada na assembléia dos fiéis, expressão visível da Igreja.

1330 Memorial da Paixão e da Ressurreição do Senhor. Santo Sacrifício, porque atualiza o único sacrifício de Cristo Salvador e inclui a oferenda da Igreja; ou também santo sacrifício da Missa, “sacrifício de louvor” (Hb 13,15), sacrifício espiritual, sacrifício puro e santo, pois realiza e supera todos os sacrifícios da Antiga Aliança.

Santa e divina Liturgia, porque toda a liturgia da Igreja encontra seu centro e sua expressão mais densa na celebração deste sacramento; é no mesmo sentido que se chama também celebração dos Santos Mistérios. Fala-se também do Santíssimo Sacramento, porque é o sacramento dos sacramentos. Com esta denominação designam-se as espécies eucarísticas guardadas no tabernáculo.

1331 Comunhão, porque é por este sacramento que nos unimos a Cristo, que nos toma participantes de seu Corpo e de seu Sangue para formarmos um só corpo; denomina-se ainda as “coisas santas: ta hagia (pronuncia-se “ta háguia” e significa “coisas santas”); sancta (coisas santas” este é o sentido primeiro da “comunhão dos santos” de que fala o Símbolo dos Apóstolos pão dos anjos, pão do céu, remédio de imortalidade[ag29] , viático...

1332 Santa [§30] Missa, porque a liturgia na qual se realizou o mistério da salvação termina com o envio dos fiéis (“missio”: missão, envio) para que cumpram a vontade de Deus em sua vida cotidiana.

III. A EUCARISTIA NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

OS SINAIS DO PÃO E DO VINHO

1333 Encontram-se no cerne da celebração da Eucaristia o pão e o vinho, os quais, pelas palavras de Cristo e pela invocação do Espírito Santo, se tornam o Corpo e o Sangue de Cristo. Fiel à ordem do Senhor, a Igreja continua fazendo, em sua memória, até a sua volta gloriosa, o que ele fez na véspera de sua paixão: “Tomou o pão...” “Tomou o cálice cheio de vinho...” Ao se tomarem misteriosamente o Corpo e o Sangue de Cristo, os sinais do pão e do vinho continuam a significar também a bondade da criação. Assim, no ofertório damos graças ao Criador pelo pão e pelo vinho, fruto “do trabalho do homem”, mas antes “fruto da terra” e “da videira”, dons do Criador. A Igreja vê neste gesto de Melquisedec, rei e sacerdote, que “trouxe pão e vinho” (Gn 14,18), uma prefiguração de sua própria oferta.

1334 Na antiga aliança, o pão e o vinho são oferecidos em sacrifício entre as primícias da terra, em sinal de reconhecimento ao Criador. Mas eles recebem também um novo significado no contexto do êxodo: os pães ázimos que Israel come cada ano na Páscoa comemoram a pressa da partida libertadora do Egito; a recordação do maná do deserto há de lembrar sempre a Israel que ele vive do pão da Palavra de Deus. Finalmente, o pão de todos os dias é o fruto da Terra Prometida, penhor da fidelidade de Deus às suas promessas. O “cálice de bênção” (1Cor 10,16), no fim da refeição pascal dos judeus, acrescenta à alegria festiva do vinho uma dimensão escatológica: da espera messiânica do restabelecimento de Jerusalém. Jesus instituiu sua Eucaristia dando um sentido novo e definitivo à bênção do Pão e do Cálice.

1335 O milagre da multiplicação dos pães, quando o Senhor proferiu a bênção, partiu e distribuiu os pães a seus discípulos para alimentar a multidão, prefigura a superabundância deste único pão de sua Eucaristia. O sinal da água transformada em vinho em Caná já anuncia a hora da glorificação de Jesus. Manifesta a realização da ceia das bodas no Reino do Pai, onde os fiéis beberão o vinho novo, transformado no Sangue de Cristo.

1336 O primeiro anúncio da Eucaristia dividiu os discípulos, assim como o anúncio da paixão os scandalizou: “Essa palavra é dura! Quem pode escutá-la?” (Jo 6,60). A Eucaristia e a cruz são pedras de tropeço. É o mesmo mistério, e ele não cessa de ser ocasião de divisão. “Vós também quereis ir embora?” (Jo 6,67). Esta pergunta do Senhor ressoa através dos séculos como convite de seu amor a descobrir que só Ele tem “as palavras da vida eterna” (Jo 6,68) e que acolher na fé o dom de sua Eucaristia é acolher a Ele mesmo.

A INSTITUIÇÃO DA EUCARISTIA

1337 Tendo amado os seus, o Senhor amou-os até o fim. Sabendo que chegara a hora de partir deste mundo para voltar a seu Pai, no decurso de uma refeição lavou-lhes os pés e deu-lhes o mandamento do amor. Para deixar-lhes uma garantia deste amor, para nunca afastar-se dos seus e para fazê-los participantes de sua Páscoa, instituiu a Eucaristia como memória de sua morte e de sua ressurreição, e ordenou a seus apóstolos que a celebrassem até a sua volta, “constituindo-os então sacerdotes do Novo Testamento”.

1338 Os três Evangelhos sinópticos e São Paulo nos transmitiram o relato da instituição da Eucaristia; por sua vez, São João nos relata as palavras de Jesus na sinagoga de Cafarnaum, palavras que preparam a instituição da Eucaristia: Cristo designa-se como o pão da vida, descido do Céu.

1339 Jesus escolheu o tempo da Páscoa para realizar o que tinha anunciado em Cafarnaum: dar a seus discípulos seu Corpo e seu Sangue: Veio o dia dos ázimos, quando devia ser imolada a páscoa. Jesus enviou então Pedro e João, dizendo: “Ide preparar-nos a Páscoa para comermos” ... Eles foram (...) e prepararam a Páscoa. Quando chegou a hora, ele se pôs à mesa com seus apóstolos e disse-lhes: “Desejei ardentemente comer esta páscoa convosco antes de sofrer; pois eu vos digo que já não a comerei até que ela se cumpra no Reino de Deus”... E tomou um pão, deu graças, partiu-o e distribuiu-o a eles dizendo: “Isto é o meu corpo que é dado por vós. Fazei isto em minha memória”. E, depois de comer, fez o mesmo com o cálice dizendo: “Este cálice é a nova aliança em meu sangue, que é derramado em favor de vós” (Lc 22,7-20).

1340 Ao celebrar a última Ceia com seus apóstolos durante a refeição pascal, Jesus deu seu sentido definitivo à páscoa judaica. Com efeito, a passagem de Jesus a seu Pai por sua Morte e sua Ressurreição, a Páscoa nova, é antecipada na ceia e celebrada na Eucaristia que realiza a Páscoa judaica e antecipa a Páscoa final da Igreja na glória do Reino.

“FAZEI ISTO EM MEMÓRIA DE MIM”

1341 O mandamento de Jesus de repetir seus gestos e suas palavras “até que ele volte” não pede somente que se recorde de Jesus e do que ele fez. Visa á celebração litúrgica, pelos apóstolos e seus sucessores, do memorial de Cristo, de sua vida, de sua Morte, de sua Ressurreição e de sua intercessão junto ao Pai.

1342 Desde o início, a Igreja foi fiel ao mandato do Senhor. Da Igreja de Jerusalém se diz: Eles eram perseverantes ao ensinamento dos Apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações. (...) Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração (At 2,42.46).

1343 Era sobretudo “no primeiro dia da semana”, isto é, no domingo, o dia da Ressurreição de Jesus, que os cristãos se reuniam “para partir o pão” (At 20,7). Desde aqueles tempos até os nossos dias, a celebração da Eucaristia perpetuou-se, de sorte que hoje a encontramos em toda parte na Igreja, com a mesma estrutura fundamental. Ela continua sendo o centro da vida da Igreja.

1344 Assim, de celebração em celebração, anunciando o Mistério Pascal de Jesus “até que ele venha” (1 Cor 11,26), o povo de Deus em peregrinação “avança pela porta estreita da cruz[ag52] ” em direção ao banquete celeste, quando todos os eleitos se sentarão à mesa do Reino.

IV. A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA DA EUCARISTIA

A MISSA DE TODOS OS SÉCULOS

1345 Desde o século II temos o testemunho de S. Justo Mártir sobre as grandes linhas do desenrolar da Celebração Eucarística, que permaneceram as mesmas até os nossos dias para todas as grandes famílias litúrgicas. Assim escreve, pelo ano de 155, para explicar ao imperador pagão Antonino Pio (138-161) o que os cristãos fazem:

“No dia 'do Sol', como é chamado, reúnem-se num mesmo lugar os habitantes, quer das cidades, quer dos campos. Lêem-se, na medida em que o tempo o permite, ora os comentários dos Apóstolos, ora os escritos dos Profetas. Depois, quando o leitor terminou, o que preside toma a palavra para aconselhar e exortar à imitação de tão sublimes ensinamentos. A seguir, pomonos todos de pé e elevamos nossas preces por nós mesmos (...) e por todos os outros, onde quer que estejam, a fim de sermos de fato justos por nossa vida e por nossas ações, e fiéis aos mandamentos, para assim obtermos a salvação eterna.

Quando as orações terminaram, saudamo-nos uns aos outros com um ósculo. Em seguida, leva-se àquele que preside aos irmãos pão e um cálice de água e de vinho misturados.

Ele os toma e faz subir louvor e glória ao Pai do universo, no nome do Filho e do Espírito Santo e rende graças (em grego: eucharístia, que significa 'ação de graças' longamente pelo fato de termos sido julgados dignos destes dons.

Terminadas as orações e as ações de graças, todo o povo presente prorrompe numa aclamação dizendo: Amém.

Depois de o presidente ter feito a ação de graças e o povo ter respondido, os que entre nós se chamam diáconos distribuem a todos os que estão presentes pão, vinho e água 'eucaristizados' e levam (também) aos ausentes“.

1346 A liturgia da Eucaristia desenrola-se segundo uma estrutura fundamental que se conservou ao longo dos séculos até nossos dias. Desdobra-se em dois grandes momentos que formam uma unidade básica:

ü a convocação, a Liturgia da Palavra, com as leituras,

ü a homilia e a oração universal;

ü a Liturgia Eucarística, com a apresentação do pão e do vinho, a ação de graças consecratória e a comunhão.

Liturgia da Palavra e Liturgia Eucarística constituem juntas “um só e mesmo ato do culto”; com efeito, a mesa preparada para nós na Eucaristia é ao mesmo tempo a da Palavra de Deus e a do Corpo do Senhor.

1347 Por acaso não é exatamente esta a seqüência da Ceia Pascal de Jesus ressuscitado com seus discípulos? Estando a caminho, explicou-lhes as Escrituras, e em seguida, colocando-se à mesa com eles, “tomou o pão, abençoou-o, depois partiu-o e distribuiu-o a eles”.

A SEQÜÊNCIA DA CELEBRAÇÃO

1348 Todos se reúnem. Os cristãos acorrem a um mesmo lugar para a Assembléia Eucarística, encabeçados pelo próprio Cristo, que é o ator principal da Eucaristia. Ele é o sumo sacerdote da Nova Aliança. É ele mesmo quem preside invisivelmente toda Celebração Eucarística. É representando-o que o Bispo ou o presbítero (agindo “em representação de Cristo-Cabeça”) preside a assembléia, toma a palavra depois das leituras, recebe as oferendas e profere a oração eucarística. Todos têm sua parte ativa na celebração, cada um a seu modo: os

leitores, os que trazem as oferendas, os que dão a comunhão e todo o povo, cujo Amém manifesta a participação.

1349 A Liturgia da Palavra comporta “os escritos dos profetas”, isto é, o Antigo Testamento, e “as memórias dos Apóstolos”, isto é, as epístolas e os Evangelhos; depois da homilia, que exorta a acolher esta palavra como ela verdadeiramente é, isto é, como Palavra de Deus, e a pô-la em prática, vêm as intercessões por todos os homens, de acordo com a palavra do Apóstolo: “Eu recomendo, pois, antes de tudo, que se façam pedidos, orações, súplicas e ações de graças por todos os homens, pelos reis e todos os que detêm a autoridade” (1Tm 2,1-2).

1350 A apresentação das oferendas (o ofertório): trazem-se então ao altar, por vezes em procissão, o pão e o vinho que serão oferecidos pelo sacerdote em nome de Cristo no Sacrifício Eucarístico e ali se tornarão o Corpo e o Sangue de Cristo. Este é o próprio gesto de Cristo na última ceia, “tomando pão e um cálice”. “Esta oblação, só a Igreja a oferece, pura, ao Criador, oferecendo-lhe com ação de graças o que provém de sua criação. A apresentação das oferendas ao altar assume o gesto de Melquisedec e entrega os dons do Criador nas mãos de Cristo. E ele que, em seu sacrifício, leva à perfeição todos os intentos humanos de oferecer sacrifícios.

1351 Desde os inícios, os cristãos levam, com o pão e o vinho para a Eucaristia, seus dons para repartir com os que estão em necessidade. Este costume da coleta, sempre atual, inspira-se no exemplo de Cristo que se fez pobre para nos enriquecer: Os que possuem bens em abundância e o desejam, dão livremente o que lhes parece bem, e o que se recolhe é entregue àquele que preside. Este socorre os órfãos e viúvas e os que, por motivo de doença ou qualquer outra razão, se encontram em necessidade, assim como os encarcerados e os imigrantes; numa palavra, ele socorre todos os necessitados.

1352 A anáfora. Com a Oração Eucarística, oração de ação de graças e de consagração, chegamos ao coração e ao ápice da celebração. No prefácio, a Igreja rende graças ao Pai, por Cristo, no Espírito Santo, por todas as suas obras, pela criação, a redenção, a santificação. Toda a comunidade junta-se então a este louvor incessante que a Igreja celeste, os anjos e todos os santos cantam ao Deus três vezes santo.

1353 Na epiclese ela pede ao Pai que envie seu Espírito Santo (ou o poder de sua bênção sobre o pão e o vinho, para que se tornem, por seu poder, o Corpo e o Sangue de Jesus Cristo, e para que aqueles que tomam parte na Eucaristia sejam um só corpo e um só espírito (certas tradições litúrgicas colocam a epiclese depois da anamnese). No relato da instituição, a força das palavras e da ação de Cristo e o poder do Espírito Santo tornam sacramentalmente presentes, sob as espécies do pão e do vinho, o Corpo e o Sangue de Cristo, seu sacrifício oferecido na cruz uma vez por todas.

1354 Na anamnese que segue, a Igreja faz memória da Paixão, da Ressurreição e da volta gloriosa de Cristo Jesus; ela apresenta ao Pai a oferenda de seu Filho que nos reconcilia com ele.

Nas intercessões, a Igreja exprime que a Eucaristia é celebrada em comunhão com toda a Igreja do céu e da terra, dos vivos e dos falecidos, e na comunhão com os pastores da Igreja, o Papa, o Bispo da diocese, seu presbitério e seus diáconos, e todos os Bispos do mundo inteiro com suas igrejas.

1355 Na comunhão, precedida pela oração do Senhor e pela fração do pão, os fiéis recebem “o pão do céu” e “o cálice da salvação”, o Corpo e o Sangue de Cristo, que se entregou “para a vida do mundo” (Jo 6,51): Porque este pão e este vinho foram, segundo a antiga expressão, “eucaristizados”, “chamamos este alimento de Eucaristia, e a ninguém é permitido participar na Eucaristia senão àquele que admitindo como verdadeiros os nossos ensinamentos e tendo sido purificado pelo Batismo para a remissão dos pecados e para o novo nascimento, levar uma vida como Cristo ensinou”.

V. O SACRIFÍCIO SACRAMENTAL: AÇÃO DE GRAÇAS, MEMORIAL, PRESENÇA

1356 Se os cristãos celebram a Eucaristia desde as origens, e sob uma forma que, em sua substância, não sofreu alteração através da grande diversidade dos tempos e das liturgias, é porque temos consciência de estarmos ligados ao mandato do Senhor, dado na véspera de sua paixão: “Fazei isto em memória de mim” (1 Cor 11,24-25).

1357 Cumprimos esta ordem do Senhor celebrando o memorial de seu sacrifício. Ao fazermos isto, oferecemos ao Pai o que ele mesmo nos deu: os dons de sua criação, o pão e o vinho, que pelo poder do Espírito Santo e pelas palavras de Cristo se tornaram o Corpo e o Sangue de Cristo, o qual, assim, se torna real e misteriosamente presente.

1358 Por isso, temos de considerar a Eucaristia:

- ü como ação de graças e louvor ao Pai;
- ü como memorial sacrificial de Cristo e de seu corpo;
- ü como presença de Cristo pelo poder de sua palavra e de seu Espírito.

A AÇÃO DE GRAÇAS E O LOUVOR AO PAI

1359 A Eucaristia, sacramento de nossa salvação realizada por Cristo na cruz, é também um sacrifício de louvor em ação de graças pela obra da criação. No sacrifício eucarístico, toda a criação amada por Deus é apresentada ao Pai por meio da Morte e da Ressurreição de Cristo. Por Cristo, a Igreja pode oferecer o sacrifício de louvor em ação de graças por tudo o que Deus fez de bom, de belo e de justo na criação e na humanidade.

1360 A Eucaristia é um sacrifício de ação de graças ao Pai, unia bênção pela qual a Igreja exprime seu reconhecimento a Deus por todos os seus benefícios, por tudo o que ele realizou por meio da criação, da redenção e da santificação. Eucaristia significa, primeiramente, “ação de graças”.

1361 A Eucaristia é também o sacrifício de louvor por meio do qual a Igreja canta a glória de Deus em toda a criação. Este sacrifício de louvor só é possível através de Cristo: Ele une os fiéis à sua pessoa, ao seu louvor e à sua intercessão, de sorte que o sacrifício de louvor ao Pai é oferecido por Cristo e com ele para ser aceito nele.

O MEMORIAL SACRIFICIAL DE CRISTO E DE SEU CORPO, A IGREJA

1362 A Eucaristia é o memorial da Páscoa de Cristo, a atualização e a oferta sacramental de seu único sacrifício na liturgia da Igreja, que é o corpo dele. Em todas as orações eucarísticas encontramos, depois das palavras da instituição, uma oração chamada anamnese ou memorial.

1363 No sentido da Sagrada Escritura, o memorial não é somente a lembrança dos acontecimentos do passado, mas a proclamação das maravilhas que Deus realizou por todos os homens[ag80] . A celebração litúrgica desses acontecimentos toma-os de certo modo presentes e atuais. É desta maneira que Israel entende sua libertação do Egito: toda vez que é celebrada a Páscoa, os acontecimentos do êxodo tomam-se presentes à memória dos crentes, para que estes conformem sua vida a eles.

1364 O memorial recebe um sentido novo no Novo Testamento. Quando a Igreja celebra a Eucaristia, rememora a páscoa de Cristo, e esta se torna presente: o sacrifício que Cristo ofereceu uma vez por todas na cruz torna-se sempre atual: “Todas as vezes que se celebra no altar o sacrifício da cruz, pelo qual Cristo nessa páscoa foi imolado, efetua-se a obra de nossa redenção.”

1365 Por ser memorial da páscoa de Cristo, a Eucaristia é também um sacrifício. O caráter sacrificial da Eucaristia é manifestado nas próprias palavras da instituição: “Isto é o meu Corpo que será entregue por vós”, e “Este cálice é a nova aliança em meu Sangue, que vai ser

derramado por vós” (Lc 22,19-20). Na Eucaristia, Cristo dá este mesmo corpo que, entregou por nós na cruz, o próprio sangue que “derramou por muitos para remissão dos pecados” (Mt 26,28).

1366 A Eucaristia é, portanto, um sacrifício porque representa (toma presente) o Sacrifício da Cruz, porque dele é memorial e porque aplica seus frutos: [Cristo] nosso Deus e Senhor ofereceu-se a si mesmo a Deus Pai uma única vez, morrendo como intercessor sobre o altar da cruz, a fim de realizar por eles (os homens) uma redenção eterna. Todavia, como sua morte não devia pôr fim ao seu sacerdócio (Hb 7,24.27), na última ceia, “na noite em que foi entregue (1 Cor 11,13), quis deixar à Igreja, sua esposa muito amada, um sacrifício visível (como o reclama a natureza humana) em que seria representado (feito presente) o sacrifício cruento que ia realizar-se uma vez por todas uma única vez na cruz, sacrifício este cuja memória haveria de perpetuar-se até o fim dos séculos (I Cor 11,23) e cuja virtude salutar haveria de aplicar-se à remissão dos pecados que cometemos cada dia.

1367 O sacrifício de Cristo e o sacrifício da Eucaristia são um único sacrifício: “É uma só e mesma vítima, é o mesmo que oferece agora pelo ministério dos sacerdotes, que se ofereceu a si mesmo então na cruz. Apenas a maneira de oferecer difere”. “E porque neste divino sacrifício que se realiza na missa, este mesmo Cristo, que se ofereceu a si mesmo uma vez de maneira cruenta no altar da cruz, está contido e é imolado de maneira incruenta, este sacrifício é verdadeiramente propiciatório”.

1368 A Eucaristia é também o sacrifício da Igreja. A Igreja, que é o corpo de Cristo, participa da oferta de sua Cabeça. Com Cristo, ela mesma é oferecida inteira. Ela se une à sua intercessão junto ao Pai por todos os homens. Na Eucaristia, o sacrifício de Cristo se torna também o sacrifício dos membros de seu Corpo. A vida dos fiéis, seu louvor, seu sofrimento, sua oração, seu trabalho são unidos aos de Cristo e à sua oferta total, e adquirem assim um valor novo. O sacrifício de Cristo, presente sobre o altar, dá a todas as gerações de cristãos a possibilidade de estarem unidos à sua oferta. Nas catacumbas, a Igreja é muitas vezes representada como uma mulher em oração, com os braços largamente abertos em atitude de orante. Como Cristo que estendeu os braços na cruz, ela se oferece e intercede por todos os homens, por meio dele, com ele e nele.

1369 A Igreja inteira está unida à oferta e à intercessão de Cristo. Encarregado do ministério de Pedro na Igreja, o Papa está associado a cada celebração da Eucaristia em que ele é mencionado como sinal e servidor da unidade da Igreja universal. O Bispo do lugar é sempre responsável pela Eucaristia, mesmo quando é presidida por um presbítero; seu nome é nela pronunciado para significar que é ele quem preside a Igreja particular, em meio ao presbitério e com a assistência dos diáconos. A comunidade intercede assim por todos os ministros que, por ela e com ela, oferecem o Sacrifício Eucarístico: Que se considere legítima só esta Eucaristia que se faz sob a presidência do Bispo ou daquele a quem este encarregou. É pelo ministério dos presbíteros que se consuma o sacrifício espiritual dos fiéis, em união com o sacrifício de Cristo, único mediador, oferecido em nome de toda a Igreja na Eucaristia pelas mãos dos presbíteros, de forma incruenta e sacramental até que o próprio Senhor venha.

1370 À oferta de Cristo unem-se não somente os membros que estão ainda na terra, mas também os que já estão na glória do céu: é em comunhão com a santíssima Virgem Maria e fazendo memória dela, assim como de todos os santos e santas, que a Igreja oferece o Sacrifício Eucarístico. Na Eucaristia, a Igreja, com Maria, está como que ao pé da cruz, unida à oferta e à intercessão de Cristo.

1371 O Sacrifício Eucarístico é também oferecido pelos fiéis defuntos “que morreram em Cristo e não estão ainda plenamente purificados”, para que possam entrar na luz e na paz de Cristo:

Enterrai este corpo onde quer que seja! Não tenhais nenhuma preocupação por ele! Tudo o que vos peço é que vos lembreis de mim no altar do Senhor onde quer que estejais.

Em seguida, oramos [na anáfora] pelos santos padres e Bispos que faleceram, e em geral por todos os que adormeceram antes de nós acreditando que haverá muito grande benefício

para as almas, em favor das quais a súplica é oferecida, enquanto se encontra presente a santa e tão temível vítima. (...) Ao apresentarmos a Deus nossas súplicas pelos que adormeceram, ainda que fossem pecadores, nós (...) apresentamos o Cristo imolado por nossos pecados, tomando propício, para eles e para nós, o Deus amigo dos homens.

1372 Santo Agostinho resumiu admiravelmente esta doutrina que nos incita a uma participação cada vez mais completa no sacrifício de nosso redentor, que celebramos na Eucaristia:

Esta cidade remida toda inteira, isto é, a assembléia e a sociedade dos santos, é oferecida a Deus como um sacrifício universal pelo Sumo Sacerdote que, sob a forma de escravo, chegou a ponto de oferecer-se por nós em sua paixão, para fazer de nós o corpo de uma Cabeça tão grande. (...) Este é o sacrifício dos cristãos: “Em muitos, ser um só corpo em Cristo” (Rm 12,5). E este sacrifício, a Igreja não cessa de reproduzi-lo no sacramento do altar bem conhecido pelos fiéis, onde se vê que naquilo que oferece, se oferece a si mesma.

A PRESENÇA DE CRISTO PELO PODER DE SUA PALAVRA E DO ESPÍRITO SANTO

1373 “Cristo Jesus, aquele que morreu, ou melhor, que ressuscitou, aquele que está à direita de Deus e que intercede por nós” (Rm 8,34), está presente de múltiplas maneiras em sua Igreja): em sua Palavra, na oração de sua Igreja, “lá onde dois ou três estão reunidos em meu nome” (Mt 18,20), nos pobres, nos doentes, nos presos, em seus sacramentos, dos quais ele é o autor, no sacrifício da missa e na pessoa do ministro. Mas “sobretudo (está presente) sob as espécies eucarísticas”.

1374 O modo de presença de Cristo sob as espécies eucarísticas é único. Ele eleva a Eucaristia acima de todos os sacramentos e faz com que ela seja “como que o coroamento da vida espiritual e o fim ao qual tendem todos os sacramentos”. No santíssimo sacramento da Eucaristia estão “contidos verdadeiramente, realmente e substancialmente o Corpo e o Sangue juntamente com a alma e a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo e, por conseguinte, o Cristo todo”. “Esta presença chama-se 'real' não por exclusão, como se as outras não fossem 'reais', mas por antonomásia, porque é substancial e porque por ela Cristo, Deus e homem, se toma presente completo.”

1375 É pela conversão do pão e do vinho no Corpo e no Sangue de Cristo que este se torna presente em tal sacramento. Os Padres da Igreja afirmaram com firmeza a fé da Igreja na eficácia da Palavra de Cristo e da ação do Espírito Santo para operar esta conversão. Assim, São João Crisóstomo declara: Não é o homem que faz com que as coisas oferecidas se tomem Corpo e Sangue de Cristo, mas o próprio Cristo, que foi crucificado por nós. O sacerdote, figura de Cristo, pronuncia essas palavras, mas sua eficácia e a graça são de Deus. Isto é o meu Corpo, diz ele. Estas palavras transformam as coisas oferecidas.

E Santo Ambrósio afirma acerca desta conversão:

Estejamos bem persuadidos de que isto não é o que a natureza formou, mas o que a bênção consagrou, e que a força da bênção supera a da natureza, pois pela bênção a própria natureza mudada. Por acaso a palavra de Cristo, que conseguiu fazer do nada o que não existia, não poderia mudar as coisas existentes naquilo que ainda não eram? Pois não é menos dar às coisas a sua natureza primeira do que mudar a natureza delas.

1376 O Concílio de Trento resume a fé católica ao declarar “Por ter Cristo, nosso Redentor, dito que aquilo que oferecia sob a espécie do pão era verdadeiramente seu Corpo, sempre se teve na Igreja esta convicção, que O santo Concílio declara novamente: pela consagração do pão e do vinho opera-se a mudança de toda a substância do pão na substância do Corpo de Cristo Nosso Senhor e de toda a substância do vinho na substância do seu Sangue; esta mudança, a Igreja católica denominou-a com acerto e exatidão transubstanciação”.

1377 A presença eucarística de Cristo começa no momento da consagração e dura também enquanto subsistirem as espécies eucarísticas. Cristo está presente inteiro em cada uma das espécies e inteiro em cada uma das partes delas, de maneira que a fração do pão não divide o Cristo.

1378 O culto da Eucaristia. Na liturgia da missa, exprimimos nossa fé na presença real de Cristo sob as espécies do pão e do vinho, entre outras coisas, dobrando os joelhos, ou inclinándonos profundamente em sinal de adoração do Senhor. “A Igreja católica professou e professa este culto de adoração que é devido ao sacramento da Eucaristia não somente durante a Missa, mas também fora da celebração dela, conservando com o máximo cuidado com solenidade, levando-as em procissão.

1379 A santa reserva (tabernáculo) era primeiro destinada a guardar dignamente a Eucaristia para que pudesse ser levada, fora da missa, aos doentes e aos ausentes. Pelo aprofundamento da fé na presença real de Cristo em sua Eucaristia, a Igreja tomou consciência do sentido da, adoração silenciosa do Senhor presente sob as espécies eucarísticas. É por isso que o tabernáculo deve ser colocado em um local particularmente digno da igreja; deve ser construído de tal forma que sublinhe e manifeste a verdade da presença real de Cristo no santo sacramento.

1380 É altamente conveniente que Cristo tenha querido ficar presente à sua Igreja desta maneira singular. Visto que estava para deixar os seus em sua forma visível, Cristo quis dar-nos sua presença sacramental; já que ia oferecer-se na cruz para nos salvar, queria que tivéssemos o memorial do amor com o qual nos amou “até o fim” (Jo 13,1), até o dom de sua vida. Com efeito, em sua presença eucarística Ele permanece misteriosamente no meio de nós como aquele que nos amou e que se entregou por nós[ag119] , e o faz sob os sinais que exprimem e comunicam este amor: A Igreja e o mundo precisam muito do culto eucarístico. Jesus nos espera neste sacramento do amor. Não regateemos o tempo para ir encontrá-lo na adoração, na contemplação cheia de fé e aberta a reparar as faltas graves e os delitos do mundo. Que a nossa adoração nunca cesse!

1381 “A presença do verdadeiro Corpo de Cristo e do verdadeiro Sangue de Cristo neste sacramento 'não se pode descobrir pelos sentidos, diz Santo Tomás, mas só com fé, baseada na autoridade de Deus'. Por isso, comentando o texto de São Lucas 22,19 (“Isto é o meu Corpo que será entregue por vós”), São Cirilo declara: 'Não perguntes se é ou não verdade; aceita com fé as palavras do Senhor, porque ele, que é a verdade, não mente”:

Com devoção te adoro,
Latente divindade.
Que, sob essas figuras,
Te escondes na verdade;
Meu Coração de pleno
Sujeito a ti, obedece,
Pois que, em te contemplando,
Todo ele desfalece.
A vista, o tato, o gosto,
Certo, jamais te alcança;
Pela audição somente
Te crêem com segurança;
Creio em tudo o que disse
De Deus Filho o Cordeiro.

Nada é mais da verdade
Que tal voz, verdadeiro.

VI. O BANQUETE PASCAL

1382 A missa é ao mesmo tempo e inseparavelmente o memorial sacrificial no qual se perpetua o sacrifício da cruz, e o banquete sagrado da comunhão no Corpo e no Sangue do Senhor. Mas a celebração do Sacrifício Eucarístico está toda orientada para a união íntima dos fiéis com Cristo pela comunhão. Comungar é receber o próprio Cristo que se ofereceu por nós.

1383 O altar, em tomo do qual a Igreja está reunida na celebração da Eucaristia, representa os dois aspectos de um mesmo mistério: o altar do sacrifício e a mesa do Senhor, e isto tanto mais porque o altar cristão é o símbolo do próprio Cristo, presente no meio da assembléia de seus fiéis, ao mesmo tempo como vítima oferecida por nossa reconciliação e como alimento celeste que se dá a nós. “Com efeito, que é o altar de Cristo senão a imagem do Corpo de Cristo?” - diz Santo Ambrósio; e alhures: “O altar representa o Corpo [de Cristo], e o Corpo de Cristo está sobre o altar”. A liturgia exprime esta unidade do sacrifício e da comunhão em muitas orações. Assim, a Igreja de Roma ora em sua anáfora: Nós vos suplicamos que ela seja levada à vossa presença, para que, ao participarmos deste altar, recebendo o Corpo e o Sangue de vosso Filho, sejamos repletos de todas as graças e bênçãos do céu.

“TOMAI E COMEI DELE TODOS VÓS”: A COMUNHÃO

1384 O Senhor nos convida insistentemente a recebê-lo no sacramento da Eucaristia: “Em verdade, em verdade, vos digo: se não comerdes a Carne do Filho do homem e não beberdes o seu Sangue, não tereis a vida em vós” (Jo 6,53).

1385 Para responder a este convite, devemos preparar-nos para este momento tão grande e tão santo. São Paulo exorta a um exame de consciência: “Todo aquele que comer do pão ou beber do cálice do Senhor indignadamente será réu do Corpo e do Sangue do Senhor. Por conseguinte que cada um examine a si mesmo antes de comer desse pão e beber desse cálice, pois aquele que come e bebe sem discernir o Corpo, come e bebe a própria condenação” (1 Cor 11,27-29). Quem está consciente de um pecado grave deve receber o sacramento da reconciliação antes de receber a comunhão.

1386 Diante da grandeza deste sacramento, o fiel só pode repetir humildemente e com fé ardente a palavra do Centurião: *“Domine, non sum dignus ut mires sub tectum meum sed tantum dic verbo et sanabitur anima mea* - Senhor, eu não sou digno de que entreis em minha morada, mas dizei uma palavra e serei salvo”. E na divina liturgia de São João Crisóstomo os fiéis oram no mesmo espírito:

Da vossa ceia mística fazei-me participar hoje, ó Filho de Deus. Pois não revelarei o Mistério aos vossos inimigos, nem vos darei o beijo de Judas. Mas, como o ladrão, clamo a vós: Lembrai-vos de mim, Senhor, no vosso reino.

1387 A fim de se prepararem convenientemente para receber este sacramento, os fiéis observarão o jejum prescrito em sua Igreja (Cf CIC cânone 919). A atitude corporal (gestos, roupa) há de traduzir o respeito, a solenidade, a alegria deste momento em que Cristo se torna nosso hóspede.

1388 É consentâneo com o próprio sentido da Eucaristia que os fiéis, se tiverem as disposições requeridas, comunhem quando participarem da missa: “Recomenda-se muito aquela participação mais perfeita à missa, pela qual os fiéis, depois da comunhão do sacerdote, comungam o Corpo do Senhor do mesmo sacrifício”.

1389 A Igreja obriga os fiéis “a participar da divina liturgia aos domingos e nos dias festivos” e a receber a Eucaristia pelo menos uma vez ao ano, se possível no tempo pascal, preparados pelo sacramento da reconciliação. Mas recomenda vivamente aos fiéis que

recebam a santa Eucaristia nos domingos e dias festivos, ou ainda com maior frequência, e até todos os dias.

1390 Graças à presença sacramental de Cristo sob cada uma das espécies, a comunhão somente sob a espécie do pão permite receber todo o fruto de graça da Eucaristia. Por motivos pastorais, esta maneira de comungar estabeleceu-se legitimamente como a mais habitual no rito latino. “A santa comunhão realiza-se mais plenamente sob sua forma de sinal quando se faz sob as duas espécies. Pois sob esta forma o sinal do banquete eucarístico é mais plenamente realçado.” Nos ritos orientais, esta é a forma habitual de comungar.

OS FRUTOS DA COMUNHÃO

1391 A comunhão aumenta a nossa união com Cristo. Receber a Eucaristia na comunhão traz como fruto principal a união íntima com Cristo Jesus. Pois o Senhor diz: “Quem come a minha Carne e bebe o meu Sangue permanece em mim e eu nele” (Jo 6,56). A vida em Cristo tem seu fundamento no banquete eucarístico: “Assim como o Pai, que vive, me enviou e eu vivo pelo Pai, também aquele que de mim se alimenta viverá por mim” (Jo 6,57):

Quando nas festas do Senhor os fiéis recebem o Corpo do Filho, proclamam uns aos outros a Boa Nova de que é dado o penhor da vida, como quando o anjo disse a Maria de Mágdala: “Cristo ressuscitou!”. Eis que agora também a vida e a ressurreição são conferidas àquele que recebe o Cristo[ag144] .

1392 O que o alimento material produz em nossa vida corporal, a comunhão o realiza de maneira admirável em nossa vida espiritual. A comunhão da Carne de Cristo ressuscitado, “vivificado pelo Espírito Santo e vivificante”, conserva, aumenta e renova a vida da graça recebida no Batismo. Este crescimento da vida cristã precisa ser alimentado pela Comunhão Eucarística, pão da nossa peregrinação, até o momento da morte, quando nos ser dado como viático.

1393 A comunhão separa-nos do pecado. O Corpo de Cristo que recebemos na comunhão é “entregue por nós”, e o Sangue que bebemos é “derramado por muitos para remissão dos pecados”. Por isso a Eucaristia não pode unir-nos a Cristo sem purificar-nos ao mesmo tempo dos pecados cometidos e sem preservar-nos dos pecados futuros:

“Toda vez que o recebermos, anunciamos a morte do Senhor”. Se anunciamos a morte do Senhor, anunciamos a remissão dos pecados. Se, toda vez que o seu Sangue é derramado, o é para a remissão dos pecados, devo recebê-lo sempre, para que perdoe sempre os meus pecados. Eu que sempre peço, devo ter sempre um remédio.

1394 Como o alimento corporal serve para restaurar a perda das forças, a Eucaristia fortalece a caridade que, na vida diária, tende a arrefecer; e esta caridade vivificada apaga os pecados veniais. Ao dar-se a nós, Cristo reaviva nosso amor e nos torna capazes de romper as amarras desordenadas com as criaturas e de enraizar-nos nele:

Visto que Cristo morreu por nós por amor, quando fazemos memória de sua morte no momento do sacrifício pedimos que o amor nós seja concedido pela vinda do Espírito Santo; pedimos humildemente que em virtude deste amor, pelo qual Cristo quis morrer por nós, nós também, recebendo a graça do Espírito Santo, possamos considerar o mundo como crucificado para nós, e sejamos nós mesmos crucificados para o mundo. (...)Tendo recebido o dom de amor morramos para o pecado e vivamos para Deus.

1395 Pela mesma caridade que acende em nós, a Eucaristia nos preserva dos pecados mortais futuros. Quanto mais participarmos da vida de Cristo e quanto mais progredirmos em sua amizade, tanto mais difícil de ele separar-nos pelo pecado mortal. A Eucaristia não é destinada a perdoar pecados mortais. Isso é próprio do sacramento da reconciliação. É próprio da Eucaristia ser o sacramento daqueles que estão na comunhão plena da Igreja.

1396 A unidade do corpo místico: a Eucaristia faz a Igreja. Os que recebem a Eucaristia estão unidos mais intimamente a Cristo. Por isso mesmo, Cristo os une a todos os fiéis em um só corpo, a Igreja. A comunhão renova, fortalece, aprofunda esta incorporação à Igreja, realizada já pelo Batismo. No Batismo fomos chamados a constituir um só corpo. A Eucaristia realiza este apelo: “O cálice de bênção que abençoamos não é comunhão com o Sangue de Cristo? O pão que partimos não é comunhão com o Corpo de Cristo? Já que há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, visto que todos participamos desse único pão” (1Cor 10,16-17).

Se sois o corpo e os membros de Cristo, é o vosso sacramento que é colocado sobre a mesa do Senhor, recebeis o vosso sacramento. Respondeis “Amém” (“sim, é verdade!”) àquilo que recebeis, e subscreveis ao responder. Ouvis esta palavra: “o Corpo de Cristo”, e respondeis: “Amém”. Sede, pois, um membro de Cristo, para que o vosso Amém seja verdadeiro.

1397 A Eucaristia compromete com os pobres. Para receber na verdade o Corpo e o Sangue de Cristo entregues por nós, devemos reconhecer o Cristo nos mais pobres, seus irmãos:

Degustaste o Sangue do Senhor e não reconheces sequer o teu irmão. Desonras esta própria mesa, não julgando digno de compartilhar do teu alimento aquele que foi julgado digno de participar desta mesa. Deus te libertou de todos os teus pecados e te convidou para esta mesa. E tu, nem mesmo assim, te tornaste mais misericordioso.

1398 A Eucaristia e a unidade dos cristãos. Diante da grandeza deste mistério, Santo Agostinho exclama: “Ó sacramento da piedade! Ó sacramento da unidade! Ó vínculo da caridade!”. Quanto mais dolorosas se fazem sentir as divisões da Igreja que rompem a participação comum à mesa do Senhor, tanto mais prementes são as orações ao Senhor para que voltem os dias da unidade completa de todos os que nele crêem.

1399 As Igrejas orientais que não estão em comunhão plena com a Igreja católica celebram a Eucaristia com um grande amor. “Essas Igrejas, embora separadas, têm verdadeiros sacramentos - principalmente, em virtude da sucessão apostólica, o sacerdócio e a Eucaristia -, que as unem intimamente a nós.” Por isso certa comunhão *in sacris* na Eucaristia é “não somente possível, mas até aconselhável, em circunstâncias favoráveis e com a aprovação da autoridade eclesial”.

1400 As comunidades eclesiais oriundas da Reforma, separadas da Igreja católica, “em razão sobretudo da ausência do sacramento da ordem, não conservaram a substância própria e integral do mistério eucarístico”. Por este motivo a intercomunhão eucarística com essas comunidades não é possível para a Igreja católica. Todavia, essas comunidades eclesiais, “quando fazem memória, na Santa ceia, da morte e da ressurreição do Senhor, professam que a vida consiste na comunhão com Cristo e esperam sua volta gloriosa”.

1401 Quando urge uma necessidade grave, a critério do ordinário, os ministros católicos podem dar os sacramentos Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos) aos outros cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja católica, mas que os pedem espontaneamente: é preciso então que manifestem a fé católica no tocante a esses sacramentos e que apresentem as disposições exigidas.

VII. A Eucaristia - “penhor da glória futura”

1402 Em uma oração, a Igreja aclama o mistério da Eucaristia: “*O sacrum convivium in quo Christus sumitur. Recolitur memoria passionis eius; mens impletur gratia et futurae gloriae nobis pignus datur* - O sagrado banquete, em que de Cristo nos alimentamos. Celebra-se a memória de sua Paixão, o espírito é repleto de graças e se nos dão penhor da glória”. Se a Eucaristia é o memorial da Páscoa do Senhor, se por nossa comunhão ao altar somos repletos “de todas as graças e bênçãos do céu”, a Eucaristia também a antecipação da glória celeste.

1403 Quando da última Ceia, o Senhor mesmo dirigia o olhar de seus discípulos para a realização da Páscoa no Reino de Deus: “Desde agora não beberei deste fruto da videira até

aquele dia em que convosco beberei o vinho novo no Reino de meu Pai” (Mt 26,29). Toda vez que a Igreja celebra a Eucaristia lembra-se desta promessa, e seu olhar se volta para “aquele que vem” (Ap 1,4). Em sua oração, suspira por sua vinda: “Maran athá” (1 Cor 16,22), “Vem, Senhor Jesus” (Ap 22,20), “Venha vossa graça e passe este mundo!”

1404 A Igreja sabe que, desde agora, o Senhor vem em sua Eucaristia, e que ali Ele está, no meio de nós. Contudo, esta presença é velada. Por isso, celebramos a Eucaristia “expectantes beatam spem et adventum Salvatoris nostri Jesu Christi - aguardando a bem-aventurada esperança e a vinda de nosso Salvador Jesus Cristo”, pedindo “saciar-nos eternamente da vossa glória, quando enxugardes toda lágrima dos nossos olhos. Então, contemplando-vos como sois, seremos para sempre semelhantes a vós e cantaremos sem cessar os vossos louvores, por Cristo, Senhor nosso”.

1405 Desta grande esperança, a dos céus novos e da terra nova nos quais habitará a justiça, não temos penhor mais seguro, sinal mais manifesto do que a Eucaristia. Com efeito, toda vez que é celebrado este mistério, “opera-se a obra da nossa redenção” e nós “partimos um mesmo pão, que é remédio de imortalidade, antídoto não para a morte, mas para a vida eterna em Jesus Cristo”.

RESUMINDO

1406 Jesus disse: “Eu sou o pão vivo, descido do céu. Quem comer deste pão viverá eternamente..... Quem come a minha Carne e bebe o meu Sangue tem vida eterna. (...) permanece em mim e eu nele” (Jo 6,51.54.56).

1407 A Eucaristia é o coração e o ápice da vida da Igreja, pois nela Cristo associa sua Igreja e todos os seus membros a seu sacrifício de louvor e de ação de graças oferecido uma vez por todas na cruz a seu Pai; por seu sacrifício ele derrama as graças da salvação sobre o seu corpo, que é a Igreja.

1408 A Celebração Eucarística comporta sempre: a proclamação da Palavra de Deus, a ação de graças a Deus Pai por todos os seus benefícios, sobretudo pelo dom de seu Filho, a consagração do pão e do vinho e a participação no banquete litúrgico pela recepção do Corpo e do Sangue do Senhor. Estes elementos constituem um só e mesmo ato de culto.

1409 A Eucaristia é o memorial da páscoa de Cristo: isto é, da obra da salvação realizada pela Vida, Morte e Ressurreição de Cristo, obra esta tornada presente pela ação litúrgica.

1410 É Cristo mesmo, sumo sacerdote eterno da nova aliança, que, agindo pelo ministério dos sacerdotes, oferece o sacrifício eucarístico. E é também o mesmo Cristo, realmente presente sob as espécies do pão e do vinho, que é a oferenda do Sacrifício Eucarístico.

1411 Só os sacerdotes validamente ordenados podem presidir a Eucaristia e consagrar o pão e o vinho para que se tornem a Corpo e o Sangue do Senhor.

1412 Os sinais essenciais do Sacramento Eucarístico são o pão de trigo e o vinho de uva, sobre os quais é invocada a bênção da Espírito Santo, e o sacerdote pronuncia as palavras da consagração ditas por Jesus durante a última ceia: “Isto é o meu Corpo entregue por vós. (...) Este é o cálice do meu Sangue (...)”

1413 Por meio da consagração opera-se a transubstanciação do pão e do vinho no Corpo e no Sangue de Cristo. Sob as espécies consagradas do pão e do vinho, Cristo mesmo, vivo e glorioso está presente de maneira verdadeira, real e substancial, seu Corpo e seu Sangue, com sua alma e sua divindade.

1414 Enquanto sacrifício, a Eucaristia é também oferecida em reparação dos pecados dos vivos e dos defuntos, e para obter de Deus benefícios espirituais ou temporais.

1415 Quem quer receber a Cristo na comunhão eucarística deve estar em estado de graça. Se alguém tem consciência de ter pecado mortalmente, não deve comungar a Eucaristia sem ter recebido previamente a absolvição no sacramento da penitência.

1416 A santa comunhão do Corpo e do Sangue de Cristo aumenta a união do comungante com o Senhor, perdoa-lhe os pecados veniais e o preserva dos pecados graves. Por serem reforçados os laços de caridade entre o comungante e Cristo, a recepção deste sacramento reforça a unidade da Igreja, corpo místico de Cristo.

1417 A Igreja recomenda vivamente aos fiéis que recebam a Santa Comunhão quando participam da celebração da Eucaristia; impõe-lhes a obrigação de comungar pelo menos uma vez por ano.

1418 Visto que Cristo mesmo está presente no Sacramento do altar, é preciso honrá-lo com um culto de adoração. “A visita ao Santíssimo Sacramento é uma prova de gratidão, um sinal de amor e um dever de adoração para com Cristo, nosso Senhor.”

1419 Tendo Cristo passado deste mundo ao Pai, dá-nos na Eucaristia o penhor da glória junto dele: a participação no Santo Sacrifício nos identifica com o seu coração, sustenta as nossas forças ao longo da peregrinação desta vida, faz-nos desejar a vida eterna e nos une já à Igreja do céu, à santa Virgem Maria e a todos os santos.

OS SACRAMENTOS DE CURA

1420 Pelos sacramentos da iniciação cristã, o homem recebe a vida nova de Cristo. Ora, esta vida nós a trazemos “em vasos de argila” (2Cor 4,7). Agora, ela ainda se encontra “escondida com Cristo em Deus” (Cl 3,3). Estamos ainda em “nossa morada terrestre”, sujeitos ao sofrimento, à doença e à morte. Esta nova vida de filhos de Deus pode se tornar debilitada e até perdida pelo pecado.

1421 O Senhor Jesus Cristo, médico de nossas almas e de nossos corpos, que remiu os pecados do paralítico e restituiu-lhe a saúde do corpo, quis que sua Igreja continuasse, na força do Espírito Santo, sua obra de cura e de salvação, também junto de seus próprios membros. É esta a finalidade dos dois sacramentos de cura: o sacramento da Penitência e o sacramento da Unção dos Enfermos.

ARTIGO 4

O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E DA RECONCILIAÇÃO

1422 “Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência obtêm da misericórdia divina o perdão da ofensa feita a Deus e ao mesmo tempo são reconciliados com a Igreja que feriram pecando, e a qual colabora para sua conversão com caridade exemplo e orações.”

I. COMO SE CHAMA ESTE SACRAMENTO?

1423 Chama-se sacramento da Conversão, pois realiza sacramentalmente o convite de Jesus à conversão, o caminho de volta ao Pai, do qual a pessoa se afastou pelo pecado.

Chama-se sacramento da Penitência porque consagra um esforço pessoal e eclesial de conversão, de arrependimento e de satisfação do cristão pecador.

1424 É chamado sacramento da Confissão porque a declaração, a confissão dos pecados diante do sacerdote é um elemento essencial desse sacramento. Num sentido profundo esse sacramento também é uma “confissão”, reconhecimento e louvor da santidade de Deus e de sua misericórdia para com o homem pecador. Também é chamado sacramento

do perdão porque pela absolvição sacramental do sacerdote Deus concede “o perdão e a paz”

É chamado sacramento da Reconciliação porque dá ao pecador o amor de Deus que reconcilia: “Reconciliai-vos com Deus” (2Cor 5,20). Quem vive do amor misericordioso de Deus está pronto a responder ao apelo do Senhor: “Vai primeiro reconciliar-te com teu irmão” (Mt 5,24).

II. POR QUE UM SACRAMENTO DA RECONCILIAÇÃO APÓS O BATISMO?

1425 “Vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito de nosso Deus” (1 Cor 6,11). É preciso tomar consciência da grandeza do dom de Deus que nos é oferecido nos sacramentos da iniciação cristã para compreender até que ponto o pecado é algo que deve ser excluído daquele que se “vestiu de Cristo”. Mas o apóstolo São João também diz: “Se dissermos: “Não temos pecado”, enganamos a nós mesmos, e a verdade não está em nós” (1Jo 1,8). E o próprio Senhor nos ensinou a rezar: “Perdoa-nos os nossos pecados” (Lc 11,4), vinculando o perdão de nossas ofensas ao perdão que Deus nos conceder de nossos pecados.

1426 A conversão a Cristo, o novo nascimento pelo Batismo, o dom do Espírito Santo, o Corpo e o Sangue de Cristo recebidos como alimento nos tornaram “santos e irrepreensíveis diante dele” (Ef 1,4), como a própria Igreja, esposa de Cristo, é “santa e irrepreensível” (Ef 5,27). Entretanto, a nova vida recebida na iniciação cristã não suprimiu a fragilidade e a fraqueza da natureza humana, nem a inclinação ao pecado, que a tradição chama de concupiscência, que continua nos batizados para prová-los no combate da vida cristã, auxiliados pela graça de Cristo. É o combate da conversão para chegar à santidade e à vida eterna, para a qual somos incessantemente chamados pelo Senhor.

III. A CONVERSÃO DOS BATIZADOS

1427 Jesus convida à conversão. Este apelo é parte essencial do anúncio do Reino: “Cumpru-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,15). Na pregação da Igreja este apelo é feito em primeiro lugar aos que ainda não conhecem a Cristo e seu Evangelho. Além disso, o Batismo é o principal lugar da primeira e fundamental conversão. É pela fé na Boa Nova e pelo Batismo [ag16] que se renuncia ao mal e se adquire a salvação, isto é, a remissão de todos os pecados e o dom da nova vida.

1428 Ora o apelo de Cristo à conversão continua a soar na vida dos cristãos. Esta segunda conversão é uma tarefa ininterrupta para toda a Igreja, que “reúne em seu próprio seio os pecadores” e que “e ao mesmo tempo santa e sempre, na necessidade de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação”. Este esforço de conversão não é apenas uma obra humana. E o movimento do “coração contrito” atraído e movido pela graça a responder ao amor misericordioso de Deus que nos amou primeiro.

1429 Comprova-o a conversão de S. Pedro após a tríplice negação de seu mestre. O olhar de infinita misericórdia de Jesus provoca lágrimas de arrependimento, depois da ressurreição do Senhor, a afirmação, três vezes reiterada, de seu amor por ele. A segunda conversão também possui uma dimensão comunitária. Isto aparece no apelo do Senhor a toda uma Igreja: “Converte-te!” (Ap 2,5.16).

Santo Ambrósio, referindo-se às duas conversões, diz que na Igreja “existem a água e as lágrimas: a água do Batismo e as lágrimas da penitência”.

IV. A PENITÊNCIA INTERIOR

1430 Como já nos profetas, o apelo de Jesus à conversão e penitência não visa em primeiro lugar às obras exteriores, saco e a cinza”, os jejuns e as mortificações, mas à conversão

do coração, à penitência interior. Sem ela, as obras de penitência continuam estéreis e enganadoras: a conversão interior, ao contrário, impele a expressar essa atitude por sinais visíveis, gestos e obras de penitência.

1431 A penitência interior é uma reorientação radical de toda a vida, um retorno, uma conversão para Deus de todo nosso coração, uma ruptura com o pecado, uma aversão ao mal e repugnância às m s obras que cometemos. Ao mesmo tempo, é o desejo e a resolução de mudar de vida com a esperança da misericórdia divina e a confiança na ajuda de sua graça. Esta conversão do coração vem acompanhada de uma dor e uma tristeza salutareis, chamadas pelos Padres de “animi cruciatus (aflição do espírito)”, “compunctio cordis (arrependimento do coração)” .

1432 O coração do homem apresenta-se pesado e endurecido. É preciso que Deus dê ao homem um coração novo. A conversão é antes de tudo uma obra da graça de Deus que reconduz nossos corações a ele: “Converte-nos a ti, Senhor, e nos converteremos” (Lm 5,21). Deus nos dá a força de começar de novo. É descobrindo a grandeza do amor de Deus que nosso coração experimenta o horror e o peso do pecado e começa a ter medo de ofender a Deus pelo mesmo pecado e de ser separado dele. O coração humano converte-se olhando para aquele que foi traspassado por nossos pecados.

Fixemos nossos olhos no sangue de Cristo para compreender como é precioso a seu Pai porque, derramado para a nossa salvação, dispensou ao mundo inteiro a graça do arrependimento.

1433 Depois da Páscoa, o Espírito Santo “estabelecer a culpabilidade do mundo a respeito do pecado”, a saber, que o mundo não acreditou naquele que o Pai enviou. Mas esse mesmo Espírito, que revela o pecado, é o Consolador que dá ao coração do homem a graça do arrependimento e da conversão.

V. AS MÚLTIPLAS FORMAS DA PENITÊNCIA NA VIDA CRISTÃ

1434 A penitência interior do cristão pode ter expressões bem variadas. A escritura e os padres insistem principalmente em três formas: o jejum, a oração e a esmola, que exprimem a conversão com relação a si mesmo, a Deus e aos outros. Ao lado da purificação radical operada pelo batismo ou pelo martírio, citam, como meio de obter o perdão dos pecados, os esforços empreendidos para reconciliar-se com o próximo as lágrimas de penitência, a preocupação com a salvação do próximo, a intercessão dos santos e a prática da caridade, “que cobre uma multidão de pecados” (1Pd 4,8).

1435 A conversão se realiza na vida cotidiana por meio de gestos de reconciliação, do cuidado dos pobres, do exercício e da defesa da Justiça e do direito, pela confissão das faltas aos irmãos, pela correção fraterna, pela revisão de vida, pelo exame de consciência pela direção espiritual, pela aceitação dos sofrimentos, pela firmeza na perseguição por causa da justiça. Tomar sua cruz, cada dia, seguir a Jesus é o caminho mais seguro da penitência.

1436 Eucaristia e penitência. A conversão e a penitência cotidiana encontram sua fonte e seu alimento na Eucaristia, pois nela se torna presente o sacrifício de Cristo que nos reconciliou com Deus; por ela são nutridos e fortificados aqueles que vivem da vida de Cristo: “ela é o antídoto que nos liberta de nossas faltas cotidianas e nos preserva dos pecados mortais”.

1437 A leitura da Sagrada Escritura, a oração da Liturgia das Horas e do Pai-nosso, todo ato sincero de culto ou de piedade reaviva em nós o espírito de conversão e de penitência e contribui para o perdão dos pecados.

1438 Os tempos e os dias de penitência ao longo do ano litúrgico (o tempo da quaresma, cada sexta-feira em memória da morte do Senhor) são momentos fortes da prática penitencial da Igreja[ag45] . Esses tempos são particularmente apropriados aos exercícios espirituais, às liturgias penitenciais, às peregrinações em sinal de penitência, às privações voluntárias como o jejum e a esmola, à partilha fraterna (obras de caridade e missionárias).

1439 O dinamismo da conversão e da penitência foi maravilhosa-mente descrito por Jesus na parábola do “filho pródigo”, cujo centro é “O pai misericordioso”: o fascínio de uma liberdade ilusória, o abandono da casa paterna; a extrema miséria em que se encontra o filho depois de esbanjar sua fortuna; a profunda humilhação de ver-se obrigado a cuidar dos porcos e, pior ainda, de querer matar a fome com a sua ração; a reflexão sobre os bens perdidos; o arrependimento e a decisão de declarar-se culpado diante do pai; o caminho de volta; o generoso acolhimento da parte do pai; a alegria do pai: tudo isso são traços específicos do processo de conversão. A bela túnica, o anel e o banquete da festa são símbolos desta nova vida, pura, digna, cheia de alegria, que é a vida do homem que volta a Deus e ao seio de sua família, que é a Igreja. Só o coração de Cristo que conhece as profundezas do amor do Pai pôde revelar-nos o abismo de sua misericórdia de uma maneira tão simples e tão bela.

VI. O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E DA RECONCILIAÇÃO

1440 O pecado é antes de tudo uma ofensa a Deus, uma ruptura da comunhão com ele. Ao mesmo tempo é um atentado à comunhão com a Igreja. Por isso, a conversão traz simultaneamente o perdão de Deus e a reconciliação com a Igreja, Q que é expresso e realizado liturgicamente pelo sacramento da Penitência e da Reconciliação.

SÓ DEUS PERDOA OS PECADOS

1441 Só Deus perdoa os pecados[. Por ser o Filho de Deus, Jesus diz de si mesmo: “O Filho do homem tem poder de perdoar pecados na terra” (Mc 2,10) e exerce esse poder divino: “Teus pecados estão perdoados!” (Mc 2,5). Mais ainda: em virtude de sua autoridade divina, transmite esse poder aos homens para que o exerçam em seu nome.

1442 A vontade de Cristo é que toda a sua Igreja seja, na oração, em sua vida e em sua ação, o sinal e instrumento do perdão e da reconciliação que “ele nos conquistou ao preço de seu sangue”. Mas confiou o exercício do poder de absolvição ao ministério apostólico, encarregado do “ministério da reconciliação” (2Cor 5,18). O apóstolo é enviado “em nome de Cristo”, e “é o próprio Deus” que, por meio dele, exorta e suplica: “Reconciliai-vos com Deus” (2Cor 5,20).

RECONCILIAÇÃO COM A IGREJA

1443 Durante sua vida pública, Jesus não só perdoou os pecados, mas também manifestou o efeito desse perdão: reintegrou os pecadores perdoados na comunidade do povo de Deus, da qual o pecado os havia afastado ou até excluído. Um sinal evidente disso é o fato de Jesus admitir os pecadores à sua mesa e, mais ainda, de Ele mesmo sentar-se à sua mesa, gesto que exprime de modo estupendo ao mesmo tempo o perdão de Deus e o retomo ao seio do Povo de Deus.

1444 Conferindo aos apóstolos seu próprio poder de perdoar os pecados, o Senhor também lhes dá a autoridade de reconciliar os pecadores com a Igreja. Esta dimensão eclesial de sua tarefa exprime-se principalmente na solene palavra de Cristo a Simão Pedro: “Eu te darei as chaves do Reino dos Céus, e o que ligares na terra ser ligado nos céus, e o que desligares na terra será desligado nos céus” (Mt 16,19). “O múnus de ligar e desligar, que foi dado a Pedro, consta que também foi dado ao colégio do apóstolos, unido a seu chefe (cf. Mt 18,18; 28,16-20).”

1445 As palavras ligar e desligar significam: aquele que excluirdes da vossa comunhão, será excluído da comunhão com Deus; aquele que receberdes de novo na vossa comunhão, Deus o acolherá também na sua. A reconciliação com a Igreja é inseparável da reconciliação com Deus.

O SACRAMENTO DO PERDÃO

1446 Cristo instituiu o sacramento da Penitência para todos os membros pecadores de sua Igreja, antes de tudo para aqueles que, depois do Batismo, cometeram pecado grave e com isso perderam a graça batismal e feriram a comunhão eclesial. E a eles que o sacramento da Penitência oferece uma nova possibilidade de converter-se e de recobrar a graça da justificação. Os Padres da Igreja apresentam este sacramento como “a segunda tábua (de salvação) depois do naufrágio que é a perda da graça.

1447 No curso dos séculos, a forma concreta segundo a qual a Igreja exerceu este poder recebido do Senhor variou muito. Nos primeiros séculos, a reconciliação dos cristãos que haviam cometido pecados particularmente graves depois do Batismo (por exemplo, a idolatria, o homicídio ou o adultério) estava ligada a uma disciplina bastante rigorosa, segundo a qual os penitentes deviam fazer penitência pública por seus pecados, muitas vezes durante longos anos, antes de receber a reconciliação. A esta “ordem dos penitentes” (que incluía apenas certos pecados graves) só se era admitido raramente e, em certas regiões, só uma vez na vida. No século VII, inspirados na tradição monástica do Oriente, os missionários irlandeses trouxeram para a Europa continental a prática “privada” da penitência que não mais exigia a prática pública e prolongada de obras de penitência antes de receber a reconciliação com a Igreja. O sacramento se realiza daí em diante de uma forma mais secreta entre o penitente e o presbítero. Esta nova prática previa a possibilidade da repetição, abrindo assim o caminho para uma frequência regular a este sacramento. Permitia integrar numa única celebração sacramental o perdão dos pecados graves e dos pecados veniais. Em linhas gerais, é essa a forma de penitência praticada na Igreja até hoje.

1448 Mediante as mudanças por que passaram a disciplina e a celebração deste sacramento ao longo dos séculos, podemos discernir sua própria estrutura fundamental que consta de dois elementos igualmente essenciais: de um lado, os atos do homem que se converte sob a ação do Espírito Santo, a saber, a contrição, a confissão e a satisfação; de outro lado, a ação de Deus por intermédio da Igreja. A Igreja que, pelo Bispo e seus presbíteros, concede, em nome de Jesus Cristo, o perdão dos pecados e fixa a modalidade da satisfação, ora pelo pecador e faz penitência com ele. Assim o pecador é curado e reintegrado na comunhão eclesial.

1449 A fórmula da absolvição em uso na Igreja latina exprime os elementos essenciais deste sacramento: o Pai das misericórdias é a fonte de todo perdão. Ele opera a reconciliação dos pecadores pela páscoa de seu Filho e pelo dom de seu Espírito, por meio da oração e ministério da Igreja:

Deus, Pai de misericórdia, que, pela Morte e Ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e enviou o Espírito Santo para remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E eu te absolvo dos teus pecados, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

VII. OS ATOS DO PENITENTE

1450 “A penitência impele o pecador a suportar tudo de boa vontade. Em seu coração está o arrependimento; em sua boca, a acusação; em suas obras, plena humildade e proveitosa satisfação”.

A CONTRIÇÃO

1451 Entre os atos do penitente, a contrição vem em primeiro lugar. Consiste “numa dor da alma e detestação do pecado cometido, com a resolução de não mais pecar no futuro”.

1452 Quando brota do amor de Deus, amado acima de tudo, contrição é “perfeita” (contrição de caridade). Esta contrição perdoa as faltas veniais e obtém também o perdão dos

pecado mortais, se incluir a firme resolução de recorrer, quando possível, à confissão sacramental.

1453 A contrição chamada “imperfeita” (ou “atrição”) também é um dom de Deus, um impulso do Espírito Santo. Nasce da consideração do peso do pecado ou do temor da condenação eterna e de outras penas que ameaçam o pecador (contrição por temor). Este abalo da consciência pode ser o início de uma evolução interior que ser concluída sob a ação da graça, pela absolvição sacramental. Por si mesma, porém, a contrição imperfeita não obtém o perdão dos pecados graves, mas predispõe a obtê-lo no sacramento da penitência.

1454 Convém preparar a recepção deste sacramento fazendo um exame de consciência à luz da Palavra de Deus. Os textos mais adaptados esse fim devem ser procurados na catequese moral dos evangelhos e das cartas apostólicas: Sermão da Montanha, ensinamentos apostólicos.

A CONFISSÃO DOS PECADOS

1455 A confissão dos pecados (acusação), mesmo do ponto de vista simplesmente humano, nos liberta e facilita nossa reconciliação com os outros. Pela acusação, o homem encara de frente os pecados dos quais se tornou culpado: assume a responsabilidade deles e, assim, abre-se de novo a Deus e à comunhão da Igreja, a fim de tomar possível um futuro novo.

1456 A declaração dos pecados ao sacerdote constitui uma parte essencial do sacramento da penitência: “Os penitentes devem, na confissão, enumerar todos os pecados mortais de que têm consciência depois de examinar-se seriamente, mesmo que esses pecados sejam muito secretos e tenham sido cometidos somente contra os dois últimos preceitos do decálogo (Cf Ex 20,17; Mt 5,28.), pois, às vezes, esses pecados ferem gravemente a alma e são mais prejudiciais do que os outros que foram cometidos à vista e conhecimento de todos”.

Quando os cristãos se esforçam para confessar todos os pecados que lhes vêm à memória, não se pode duvidar que tenham o intuito de apresentá-los todos ao perdão da misericórdia divina. Os que agem de outra forma, tentando ocultar conscientemente alguns pecados, não colocam diante da bondade divina nada que ela possa perdoar por intermédio do sacerdote. Pois, “se o doente tem vergonha de mostrar sua ferida ao médico, a medicina não pode curar aquilo que ignora”.

1457 Conforme o mandamento da Igreja, “todo fiel, depois de ter chegado à idade da discipulação, é obrigado a confessar seus pecados graves, dos quais tem consciência, pelo menos uma vez por ano. Aquele que tem consciência de ter cometido um pecado mortal não deve receber a Sagrada Comunhão, mesmo que esteja profundamente contrito, sem receber previamente a absolvição sacramental, a menos que tenha um motivo grave para comungar e lhe seja impossível chegar a um confessor. As crianças devem confessar-se antes de receber a Primeira Eucaristia.

1458 Apesar de não ser estritamente necessária, a confissão das faltas cotidianas (pecados veniais) é vivamente recomendada pela Igreja. Com efeito, a confissão regular de nossos pecados veniais nos ajuda a formar a consciência, a lutar contra nossas más tendências, a deixar-nos curar por Cristo, a progredir na vida do Espírito. Recebendo mais freqüentemente, por meio deste sacramento, o dom da misericórdia do Pai, somos levados a ser misericordiosos como ele;

Quem confessa os próprios pecados já está agindo em harmonia com Deus. Deus acusa teus pecados; se tu também os acusas, tu te associas a Deus. O homem e o pecador são, por assim dizer, duas realidades: quando ouves falar do homem, foi Deus quem o fez; quando ouves falar do pecador, é o próprio homem quem o fez. Destrói o que fizeste para que Deus salve o que Ele fez... Quando comesças a detestar o que fizeste, é então que tuas boas obras começam, porque acusas tuas más obras. A confissão das más obras é o começo das boas obras. Contribui para a verdade e consegues chegar à luz[.

A SATISFAÇÃO

1459 Muitos pecados prejudicam o próximo. É preciso fazer possível para reparar esse mal (por exemplo restituir as coisas roubadas, restabelecer a reputação daquele que foi caluniado ressarcir as ofensas e injúrias). A simples justiça exige isso. Mas, além disso, o pecado fere e enfraquece o próprio pecador, como também suas relações com Deus e com o próximo. A absolvição tira o pecado, mas não remedeia todas as desordens que ele causou. Liberto do pecado, o pecador deve ainda recobrar a plena saúde espiritual. Deve, portanto, fazer alguma coisa a mais para reparar seus pecados: deve “satisfazer” de modo apropriado ou “expiar” seus pecados. Esta satisfação chama-se também “penitência”.

1460 A penitência imposta pelo confessor deve levar em conta a situação pessoal do penitente e procurar seu bem espiritual. Deve corresponder, na medida do possível, à gravidade e à natureza dos pecados cometidos. Pode consistir na oração, numa oferta, em obras de misericórdia, no serviço do próximo, em privações voluntárias, em sacrifícios e principalmente na aceitação paciente da cruz que devemos carregar. Essas penitências nos ajudam a configurar-nos com Cristo, que, sozinho, expiou nossos pecados uma vez por todas. Permitem-nos também tomar-nos co-herdeiros de Cristo ressuscitado, “pois sofremos com ele”:

Mas nossa satisfação, aquela que pagamos por nossos pecados, só vale por intermédio de Jesus Cristo, pois, não podendo coisa alguma por nós mesmos, “tudo podemos com a cooperação daquele que nos dá força”(Cf Fl 4,13). E, assim, não tem o homem de que se gloriar, mas toda a nossa “glória” está em Cristo... em quem oferecemos satisfação, “produzindo dignos frutos de penitência (Cf Lc 3,8.), que dele recebem seu valor, por Ele são oferecidos ao Pai e graças a Ele são aceitos pelo Pai.

VIII. O MINISTRO DESTES SACRAMENTO

1461 Como Cristo confiou a seus apóstolos o ministério da Reconciliação, os Bispos, seus sucessores, e os presbíteros, colaboradores dos Bispos, continuam a exercer esse ministério. De fato, são os Bispos e os presbíteros que têm, em virtude do sacramento da Ordem, o poder de perdoar todos os pecados “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”.

1462 O perdão dos pecados reconcilia com Deus, mas também com a Igreja. O Bispo, chefe visível da Igreja Particular, é, portanto, considerado, com plena razão, desde os tempos primitivos, aquele que principalmente detém o poder e o ministério da reconciliação: ele é o moderador da disciplina penitencial. Os presbíteros, seus colaboradores, o exercem na medida em que receberam o múnus, quer de seu Bispo (ou de um superior religioso), quer do Papa, por meio do direito da Igreja.

1463 Alguns pecados particularmente graves são passíveis de excomunhão, a pena eclesial mais severa, que impede a recepção dos sacramentos e o exercício de certos atos eclesiais. Neste caso, a absolvição não pode ser dada, segundo o direito da Igreja, a não ser pelo Papa, pelo Bispo local ou por presbíteros autorizados por eles. Em caso de perigo de morte, qualquer sacerdote, mesmo privado da faculdade de ouvir confissões, pode absolver de qualquer pecado e de qualquer excomunhão.

1464 Os sacerdotes devem incentivar os fiéis a receber o sacramento da Penitência e devem mostrar-se disponíveis a celebrar este sacramento cada vez que os cristãos o pedirem de modo conveniente.

1465 Ao celebrar o sacramento da Penitência, o sacerdote cumpre o ministério do bom pastor, que busca a ovelha perdida; do bom samaritano, que cura as feridas; do Pai, que espera o filho pródigo e o acolhe ao voltar; do justo juiz, que não faz acepção de pessoa e cujo julgamento é justo e misericordioso ao mesmo tempo. Em suma, o sacerdote é o sinal e o instrumento do amor misericordioso de Deus para com o pecador.

1466 O confessor não é o senhor, mas o servo do perdão de Deus. O ministro deste sacramento deve unir-se à intenção e à caridade Cristo. Deve possuir um comprovado conhecimento do comportamento cristão, experiência das coisas humanas, respeito e delicadeza diante daquele que caiu; deve amar a verdade, ser fiel ao magistério da Igreja e conduzir, com paciência, o penitente à cura e à plena maturidade. Deve orar e fazer penitência por ele, confiando-o à misericórdia do Senhor.

1467 Diante da delicadeza e da grandiosidade deste ministério e do respeito que se deve às pessoas, a Igreja declara que todo sacerdote que ouve confissões é obrigado a guardar segredo absoluto a respeito dos pecados que seus penitentes lhe confessaram, sob penas severíssimas. Também não pode fazer uso do conhecimento da vida dos penitentes adquirido pela confissão. Este segredo, que não admite exceções, chama-se “sigilo sacramental”, porque o que o penitente manifestou ao sacerdote permanece “sigilado” pelo sacramento.

IX. OS EFEITOS DESTESACRAMENTO

1468 “Toda a força da Penitência reside no fato de ela nos reconstituir na graça de Deus e de nos unir a Ele com a máxima amizade.” Portanto, a finalidade e o efeito deste sacramento é a reconciliação com Deus. Os que recebem o sacramento da Penitência com coração contrito e disposição religiosa “podem usufruir a paz e a tranquilidade da consciência, que vem acompanhada de uma intensa consolação espiritual”. Com efeito, o sacramento da Reconciliação com Deus traz consigo uma verdadeira “ressurreição espiritual”, uma restituição da dignidade e dos bens da vida dos filhos de Deus, entre os quais o mais precioso é a amizade de Deus (Cf Lc 15,32).

1469 Este sacramento nos reconcilia com a Igreja. O pecado fende ou quebra a comunhão fraterna. O sacramento da Penitência a repara ou restaura. Neste sentido, ele não cura apenas aquele que é restabelecido na comunhão eclesial, mas tem também um efeito vivificante sobre a vida da Igreja, que sofreu com o pecado de um de seus membros. Restabelecido ou confirmado na comunhão dos santos, o pecador sai fortalecido pela participação dos bens espirituais de todos os membros vivos do Corpo de Cristo, quer estejam ainda em estado de peregrinação, quer já estejam na pátria celeste:

Não devemos esquecer que a reconciliação com Deus tem como consequência, por assim dizer, outras reconciliações capazes de remediar outras rupturas ocasionadas pelo pecado: o penitente perdoado reconcilia-se consigo mesmo no íntimo mais profundo de seu ser, onde recupera a própria verdade interior; reconcilia-se com os irmãos que de alguma maneira ofendeu e feriu; reconcilia-se com a Igreja; e reconcilia-se com toda a criação.

1470 Neste sacramento, o pecador, entregando-se ao julgamento misericordioso de Deus, antecipa de certa maneira o julgamento a que ser sujeito no fim desta vida terrestre. Pois é agora, nesta vida, que nos é oferecida a escolha entre a vida e a morte, e só pelo caminho da conversão poderemos entrar no Reino do qual somos excluídos pelo pecado grave. Convertendo-se a Cristo pela penitência e pela fé, o pecador passa da morte para a vida “sem ser julgado” (Jo 5,24).

X. AS INDULGÊNCIAS

1471 A doutrina e a prática das indulgências na Igreja estão estreitamente ligadas aos efeitos do sacramento da Penitência.

QUE É A INDULGÊNCIA?

“A indulgência é a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, (remissão) que o fiel bem-disposto obtém, em condições

determinadas, pela intervenção da Igreja que, como dispensadora da redenção, distribui e aplica por sua autoridade o tesouro das satisfações (isto é, dos méritos) de Cristo e dos santos.”

“A indulgência é parcial ou plenária, conforme liberar parcial totalmente da pena devida pelos pecados.” Todos os fiéis podem adquirir indulgências (...) para si mesmos ou aplicá-las aos defuntos.

AS PENAS DO PECADO

1472 Para compreender esta doutrina e esta prática da Igreja, é preciso admitir que o pecado tem uma dupla conseqüência. O pecado grave priva-nos da comunhão com Deus e, conseqüentemente, nos torna incapazes da vida eterna; esta privação se chama “pena eterna” do pecado. Por outro lado, todo pecado, mesmo venial, acarreta um apego prejudicial às criaturas que exige purificação, quer aqui na terra, quer depois da morte, no estado chamado “purgatório”. Esta purificação liberta da chamada “pena temporal” do pecado. Essas duas penas não devem ser concebidas como uma espécie de vingança infligida por Deus do exterior, mas, antes, como uma conseqüência da própria natureza do pecado. Uma conversão que procede de uma ardente caridade pode chegar à total purificação do pecador, de tal modo que não haja mais nenhuma pena.

1473 O perdão do pecado e a restauração da comunhão com Deus implicam a remissão das penas eternas do pecado. Mas permanecem as penas temporais do pecado. Suportando pacientemente os sofrimentos e as provas de todo tipo e, chegada a hora, enfrentando serenamente a morte, o cristão deve esforçar-se para aceitar, como uma graça, essas penas temporais do pecado; deve aplicar-se, por início de obras de misericórdia e de caridade, como também pela oração e por diversas práticas de penitência, a despojar-se completamente do “velho homem” para revestir-se do “homem novo”.

NA COMUNHÃO DOS SANTOS

1474 O cristão que procura purificar-se de seu pecado e santificar-se com o auxílio da graça de Deus não está só. “A vida de cada um dos filhos de Deus se acha unida, por um admirável laço, em Cristo e por Cristo, com a vida de todos os outros irmãos cristãos na unidade sobrenatural do corpo místico de Cristo, como numa única pessoa mística.”

1475 Na comunhão dos santos, “existe certamente entre os fiéis já admitidos na posse da pátria celeste, os que expiam as faltas no purgatório e os que ainda peregrinam na terra, um laço de caridade e um amplo intercâmbio de todos os bens”. Neste admirável intercâmbio, cada um se beneficia da santidade dos outros, bem para além do prejuízo que o pecado de um possa ter causado aos outros. Assim, o recurso à comunhão dos santos permite ao pecador contrito se purificado, mais cedo e mais eficazmente, das penas do pecado.

1476 Esses bens espirituais da comunhão dos santos também são chamados o tesouro da Igreja, “que não é uma soma de bens comparáveis às riquezas materiais acumuladas no decorrer dos séculos, mas é o valor infinito e inesgotável que têm junto a Deus as expiações e os méritos de Cristo, nosso Senhor, oferecidos para que a humanidade toda seja libertada do pecado e chegue à comunhão com o Pai. E em Cristo, nosso redentor, que se encontram em abundância as satisfações e os méritos de sua redenção”.

1477 “Pertence, além disso, a esse tesouro o valor verdadeiramente imenso, incomensurável e sempre novo que têm junto a Deus as preces e as boas obras da Bem-aventurada Virgem Maria e de todos os santos que, seguindo as pegadas de Cristo Senhor, por sua graça se santificaram e totalmente acabaram a obra que o Pai lhes confiara, de sorte que, operando a própria salvação, também contribuíram para a salvação de seus irmãos na unidade do corpo místico.”

OBTER A INDULGÊNCIA DE DEUS MEDIANTE A IGREJA

1478 A indulgência se obtém de Deus mediante a Igreja, que, em virtude do poder de ligar e desligar que Cristo Jesus lhe concedeu, intervém em favor do cristão, abrindo-lhe o tesouro dos méritos de Cristo e dos santos para obter do Pai das misericórdias a remissão das penas temporais devidas a seus pecados. Assim, a Igreja não só vem em auxílio do cristão, mas também o incita a obras de piedade, de penitência e de caridade.

1479 Uma vez que os fiéis defuntos em vias de purificação também são membros da mesma comunhão dos santos, podemos ajudá-los entre outros modos, obtendo em favor deles indulgências para libertação das penas temporais devidas por seus pecados.

XI. A CELEBRAÇÃO DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

1480 Como todos os sacramentos, a Penitência é uma ação litúrgica. São estes ordinariamente os elementos da celebração: saudação e bênção do sacerdote, leitura da Palavra de Deus para iluminar a consciência e suscitar a contrição, exortação ao arrependimento; confissão que reconhece os pecados e os manifesta ao padre; imposição e aceitação da penitência; absolvição do sacerdote; louvor de ação de graças e despedida com a bênção do sacerdote.

1481 A liturgia bizantina conhece diversas fórmulas de absolvição, forma depreciativa, que exprimem admiravelmente o mistério do perdão: “Que o Deus que pelo profeta Natã perdoou a Davi, que confessou seus próprios pecados; a Pedro, quando chorou amargamente; à prostituta, quando lavou seus pés com lágrimas; ao publicano e ao filho pródigo, que esse mesmo Deus vos perdoe, por mim, pecador, nesta vida e na outra, e vos faça comparecer em seu terrível tribunal sem vos condenar, Ele que é bendito nos séculos dos séculos. Amém.

1482 O sacramento da Penitência também pode ter lugar no quadro de uma celebração comunitária, na qual as pessoas se preparam juntas para a confissão e também juntas agradecem pelo perdão recebido. Neste caso, a confissão pessoal dos pecados e a absolvição individual são inseridas numa liturgia da Palavra de Deus, com leituras e homilia, exame de consciência em comum, pedido comunitário de perdão, oração do Pai-Nosso e ação de graças em comum. Esta celebração comunitária exprime mais claramente o caráter eclesial da penitência. Mas, seja qual for o modo da celebração, o sacramento da Penitência sempre é, por sua própria natureza, uma ação litúrgica, portanto eclesial e pública.

1483 Em casos de necessidade grave, pode-se recorrer à celebração comunitária da reconciliação com confissão e absolvição gerais. Esta necessidade grave pode apresentar-se quando há um perigo iminente de morte sem que o ou os sacerdotes tenham tempo suficiente para ouvir a confissão de cada penitente. A necessidade grave pode também apresentar-se quando, tendo-se em vista o número dos penitentes, não havendo confessores suficientes para ouvir devidamente as confissões individuais num tempo razoável, de modo que os penitentes, sem culpa de sua parte, se veriam privados durante muito tempo da graça sacramental ou da sagrada Eucaristia. Nesse caso, os fiéis devem ter, para a validade da absolvição, o propósito de confessar individualmente seus pecados graves no devido tempo. Cabe ao Bispo diocesano julgar se os requisitos para a absolvição geral existem[ag138]. Um grande concurso de fiéis por ocasião das grandes festas ou de peregrinação não constitui caso de tal necessidade grave.

1484 “A confissão individual e integral seguida da absolvição continua sendo o único modo ordinário pelo qual os fiéis se reconciliam com Deus e com a Igreja, salvo se uma impossibilidade física ou moral dispensar desta confissão.” Há razões profundas para isso. Cristo age em cada um dos sacramentos. Dirige-se pessoalmente a cada um dos pecadores: “Filho, os teus pecados estão perdoados” (Mc 2,5); ele é o médico que se debruça sobre cada um dos doentes que têm necessidade dele para curá-los; ele os soergue e reintegra na comunhão fraterna. A confissão pessoal é, pois, a forma mais significativa da reconciliação com Deus e com a Igreja.

RESUMINDO

1485 “Dizendo isso, soprou sobre eles e lhes disse: Recebei o Espírito Santo; aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; aqueles aos quais os retiverdes, ser-lhes-ão retidos” (Jo 20,22-23).

1486 O perdão dos pecados cometidos após o Batismo é concedido por um sacramento próprio chamado sacramento da Conversão, da Confissão, da Penitência ou da Reconciliação.

1487 Quem peca fere a honra de Deus e seu amor, sua própria dignidade de homem chamado a ser filho de Deus e a saúde espiritual da Igreja, da qual cada cristão é uma pedra viva.

1488 Aos olhos da fé, nenhum mal é mais grave que o pecado, e nada tem conseqüências piores para os próprios pecador, e para a Igreja e para o mundo inteiro.

1489 Voltar à comunhão com Deus depois de a ter perdido pelo pecado é um movimento que nasce da graça do Deus misericordioso e solícito pela salvação dos homens. E preciso pedir esse dom precioso para si mesmo e também para os outros.

1490 O movimento de volta a Deus, chamado conversão e arrependimento, implica uma dor e uma aversão aos pecados cometidos e o firme propósito de não mais pecar no futuro. A conversão atinge, portanto, o passado e o futuro; nutre-se da esperança na misericórdia divina.

1491 O sacramento da Penitência é constituído de três atos do penitente e da absolvição dada pelo sacerdote. Os atos do penitente são o arrependimento, a confissão ou manifestação dos pecados ao sacerdote e o propósito de cumprir a penitência e as obras de reparação.

1492 O arrependimento (também chamado contrição) deve inspirar-se em motivos que decorrem da fé. Se o arrependimento estiver embasado no amor de caridade para com Deus, é chamado “perfeito”; se estiver fundado em outros motivos, será “imperfeito”.

1493 Aquele que quiser obter a reconciliação com Deus e com a Igreja deve confessar ao sacerdote todos os pecados graves que ainda não confessou e de que se lembra depois de examinar cuidadosamente sua consciência. Mesmo sem ser necessária em si a confissão das faltas veniais, a Igreja não deixa de recomendá-la vivamente.

1494 O confessor propõe ao penitente o cumprimento de certos atos de “satisfação” ou de “penitencia”, para reparar o prejuízo causado pelo pecado e restabelecer os hábitos próprios ao discípulo de Cristo.

1495 Somente os sacerdotes que receberam da autoridade da Igreja a faculdade de absolver podem perdoar os pecados em nome de Cristo.

1496 Os efeitos espirituais do sacramento da Penitência são:

- ü a reconciliação com Deus, pela qual o penitente recobra a graça;
- ü a reconciliação com a Igreja;
- ü a remissão da pena eterna devida aos pecados mortais;
- ü a remissão, pelo menos em parte, das penas temporais, seqüelas do pecado;
- ü a paz e a serenidade da consciência e a consolação espiritual;
- ü o acréscimo de forças espirituais para o combate cristão.

1497 A confissão individual e integral dos pecados graves, seguida da absolvição, continua sendo o único meio ordinário de reconciliação com Deus e com a Igreja.

1498 Pelas indulgências, os fiéis podem obter para si mesmos e também para as almas do

ARTIGO 5

A UNÇÃO DOS ENFERMOS

1499 “Pela sagrada Unção dos Enfermos e pela oração dos presbíteros, a Igreja toda entrega os doentes aos cuidados do Senhor sofredor e glorificado, para que os alivie e salve. Exorta os mesmos a que livremente se associem à paixão e à morte de Cristo e contribuam para o bem do povo de Deus.”

I. SEUS FUNDAMENTOS NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

1500 A ENFERMIDADE NA VIDA HUMANA

A enfermidade e o sofrimento sempre estiveram entre problemas mais graves da vida humana. Na doença, o homem experimenta sua impotência, seus limites e sua finitude. Toda doença pode fazer-nos entrever a morte.

1501 A enfermidade pode levar a pessoa à angústia, a fechar-se sobre si mesma e, às vezes, ao desespero e à revolta contra Deus. Mas também pode tomar a pessoa mais madura, ajudá-la a discernir em sua vida o que não é essencial, para volta-se àquilo que é essencial. Não raro, a doença provoca uma busca de Deus, um retomo a Ele.

O ENFERMO DIANTE DE DEUS

1502 O homem do Antigo Testamento vive a doença diante Deus. E diante de Deus que ele faz sua queixa sobre a enfermidade, e é dele, o Senhor da vida e da morte, que implora a cura [ag5]. A enfermidade se toma caminho de conversão e o perdão de Deus de início à cura. Israel chega à conclusão de que a doença, de uma forma misteriosa, está ligada ao pecado e ao mal e que a fidelidade a Deus, segundo sua Lei, dá a vida: “Porque eu sou lahweh, aquele que te restaura” (Ex 15,26). O profeta entrevê que o sofrimento também pode ter um sentido redentor para os pecados dos outros (Cf Is 53,11). Finalmente, Isaías anuncia que Deus fará chegar um tempo para Si o em que toda falta será perdoada e toda doença ser curada (Cf Is 33,24).

CRISTO - MÉDICO

1503 A compaixão de Cristo para com os doentes e suas numerosas curas de enfermos de todo tipo são um sinal evidente de que “Deus visitou o seu povo e de que o Reino de Deus está bem próximo. Jesus não só tem poder de curar, mas também de perdoar os pecados: ele veio curar o homem inteiro, alma e corpo; é o médico de que necessitam os doentes. Sua compaixão para com todos aqueles que sofrem é tão grande que ele se identifica com eles: “Estive doente e me visitastes” (Mt 25,36). Seu amor de predileção pelos enfermos não cessou, ao longo dos séculos, de despertar a atenção toda especial dos cristãos para com todos os que sofrem no corpo e na alma. Esse amor está na origem dos incansáveis esforços para aliviá-los.

1504 Muitas vezes Jesus pede aos enfermos que creiam. Serve-se de sinais para curar: saliva e imposição das mãos, lama e ablução. Os doentes procuram tocá-lo, “porque dele saía uma força que a todos curava” (Lc 6,19). Também nos sacramentos Cristo continua a nos “tocar” para nos curar.

1505 Comovido com tantos sofrimentos, Cristo não apenas se deixa tocar pelos doentes, mas assume suas misérias: “Ele levou nossas enfermidades e carregou nossas doenças”. Não

curou todos os enfermos. Suas curas eram sinais da vinda do Reino de Deus. Anunciavam uma cura mais radical: a vitória sobre o pecado e a morte por sua Páscoa. Na cruz, Cristo tomou sobre si todo o peso do mal e tirou o “pecado do mundo” (Jo 1,29). A enfermidade não é mais do que uma consequência do pecado. Por sua paixão e morte na cruz, Cristo deu um novo sentido ao sofrimento, que doravante pode configurar-nos com Ele e unir-nos à sua paixão redentora.

“CURAI OS ENFERMOS...”

1506 Cristo convida seus discípulos a segui-lo, tomando cada um sua cruz. Seguindo-o, adquirem uma nova visão da doença e dos doentes. Jesus os associa à sua vida pobre e de servidor. Faz com que participem de seu ministério de compaixão e de cura: “Partindo, eles pregavam que todos se arrependessem. E expulsavam muitos demônios e curavam muitos enfermos, ungindo-os com óleo” (Mc 6,12-13).

1507 O Senhor ressuscitado renova este envio (“Em meu nome... eles imporão as mãos sobre os enfermos e estes ficarão curados”. (Mc 16,17-18) e o confirma por meio dos sinais realizados pela Igreja ao invocar seu nome. Esses sinais manifestam de um modo especial que Jesus é verdadeiramente “Deus que salva”.

1508 O Espírito Santo dá a algumas pessoas um carisma especial de cura para manifestar a força da graça do ressuscitado. Todavia, mesmo as orações mais intensas não conseguem obter a cura de todas as doenças. Por isso, São Paulo deve aprender do Senhor que “basta-te a minha graça, pois é na fraqueza que minha força manifesta todo o seu poder” (2Cor 12,9), e que os sofrimentos que temos de suportar podem ter como sentido “completar na minha carne o que falta às tribulações de Cristo por seu corpo, que é a Igreja” (Cl 1,24).

1509 “Curai os enfermos!” (Mt 10,8). A Igreja recebeu esta missão do Senhor e esforça-se por cumpri-la tanto pelos cuidados aos doentes como pela oração de intercessão com que os acompanha. Ela crê na presença vivificante de Cristo, médico da alma e do corpo. Esta presença age particularmente por intermédio dos sacramentos e, de modo especial, pela Eucaristia, pão que dá vida eterna a cujo liame com a saúde corporal São Paulo alude.

1510 Entretanto, a Igreja apostólica conhece um rito próprio em favor dos doentes, atestado por São Tiago: “Alguém dentre vós está doente? Mande chamar os presbíteros da Igreja, para que orem sobre ele, ungindo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará; e, se tiver cometido pecados, estes lhe serão perdoados” (Tg 5,14-15). A Tradição reconheceu neste rito um dos sete sacramentos da Igreja.

UM SACRAMENTO DOS ENFERMOS

1511 A Igreja crê e confessa que existe, entre os sete sacramentos, um sacramento especialmente destinado a reconfortar aqueles que provados pela enfermidade: a Unção dos Enfermos.

Esta unção sagrada dos enfermos foi instituída por Cristo nosso Senhor como um sacramento do Novo Testamento, verdadeira e propriamente dito, insinuado por Marcos, mas recomendado aos fiéis e promulgado por Tiago, Apóstolo e irmão do Senhor.

1512 Na tradição litúrgica, tanto no Oriente como no Ocidente, constam desde a Antigüidade testemunhos de unções de enfermos praticadas com óleo bento. No curso dos séculos, a Unção dos Enfermos foi cada vez mais conferida exclusivamente aos agonizantes. Por causa disso, recebeu o nome de “Extrema-Unção”. Apesar desta evolução, a liturgia jamais deixou de orar ao Senhor para que o enfermo recobre a saúde, se tal convier à sua salvação.

1513 A constituição apostólica *Sacram unctionem infirmorum*, de 30 de novembro de 1972, seguindo o Concílio Vaticano II, estabeleceu que doravante, no rito romano, se observe o seguinte:

O sacramento da Unção dos Enfermos é conferido às pessoas acometidas de doenças perigosas, ungindo-as na fronte e nas mãos com óleo devidamente consagrado - óleo de oliveira ou outro óleo extraído de plantas -, dizendo uma só vez: “Por esta santa unção e por sua puríssima misericórdia, o Senhor venha em teu auxílio com a graça do Espírito Santo, para que, liberto de teus pecados, Ele te salve e, em sua bondade, alivie teus sofrimentos”.

II. QUEM RECEBE E QUEM ADMINISTRA ESTE SACRAMENTO?

EM CASO DE DOENÇA GRAVE...

1514 A Unção dos Enfermos “não é um sacramento só daqueles que se encontram às portas da morte. Portanto, tempo oportuno para receber a Unção dos Enfermos é certamente o momento em que o fiel começa a correr perigo de morte por motivo de doença, debilitação física ou velhice”.

1515 Se um enfermo que recebeu a Unção dos Enfermos recobrar a saúde, pode, em caso de recair em doença grave, receber de novo este sacramento. No decorrer da mesma enfermidade, este sacramento pode ser reiterado se a doença se agravar. Permite-se receber a Unção dos Enfermos antes de uma cirurgia de alto risco. O mesmo vale também para as pessoas de idade avançada, cuja fragilidade se acentua.

.... QUE CHAME OS PRESBÍTEROS DA IGREJA”

1516 Só os sacerdotes (bispos e presbíteros) são ministros da Unção dos Enfermos. E dever dos pastores instruir os fiéis sobre os benefícios deste sacramento. Que os fiéis incentivem os doentes a chamar o sacerdote, para receber este sacramento. Que os doentes se preparem para recebê-lo com boas disposições, com a ajuda de seu pastor e de toda a comunidade eclesial, que é convidada a cercar de modo especial os doentes com suas orações e atenções fraternas.

III. COMO É CELEBRADO ESTE SACRAMENTO?

1517 Como todos os sacramentos, a Unção dos Enfermos é uma celebração litúrgica e comunitária, quer tenha lugar na família, no hospital ou na Igreja, para um só enfermo ou para todo um grupo de enfermos. E de todo conveniente que ela se celebre dentro da Eucaristia, memorial da Páscoa do Senhor. Se as circunstâncias o permitirem, a celebração do sacramento pode ser precedida pelo sacramento da Penitência e seguida pelo sacramento da Eucaristia. Como sacramento da Páscoa de Cristo, a Eucaristia deveria sempre ser o último sacramento da peregrinação terrestre, o “viático” para a “passagem” à vida eterna.

1518 Palavra e sacramento formam um todo inseparável. A Liturgia da Palavra, precedida de um ato penitencial, abrirá a celebração. As palavras de Cristo, o testemunho dos apóstolos despertam a fé do enfermo e da comunidade para pedir ao Senhor a força de seu Espírito.

1519 A celebração do sacramento compreende principalmente os elementos seguintes: “os presbíteros da Igreja (Cf Tg 5,14) impõem – em silêncio - as mãos aos doentes; oram sobre eles na fé da Igreja. É a epiclese própria deste sacramento. Realizam então a unção com óleo consagrado, que, se possível, deve ser feita pelo Bispo. Essas ações litúrgicas indicam a graça que esse sacramento confere aos enfermos.

IV. OS EFEITOS DA CELEBRAÇÃO DESTE SACRAMENTO

1520 Um dom particular do Espírito Santo O principal dom deste sacramento é uma graça de reconforto, de paz e de coragem para vencer as dificuldades próprias do estado de enfermidade grave ou da fragilidade da velhice. Esta graça é um dom do Espírito Santo que renova a confiança e a fé em Deus e fortalece contra as tentações do maligno, tentação de

desânimo e de angustia diante da morte. Esta assistência do Senhor pela força de seu Espírito quer levar o enfermo à cura da alma, mas também à do corpo, se for esta a vontade de Deus. Além disso, “se ele cometeu pecados, eles lhe serão perdoados” (Tg 5,15).

1521 A união com a paixão de Cristo. Pela graça deste sacramento o enfermo recebe a força e o dom de unir-se mais intimamente à paixão de Cristo: de certa forma ele é consagrado para produzir fruto pela configuração à paixão redentora do Salvador. O sofrimento, seqüela do pecado original, recebe um sentido novo: torna-se participação na obra salvífica de Jesus.

1522 Uma graça eclesial. Os enfermos que recebem este sacramento, “associando-se livremente à paixão e à morte de Cristo”, “contribuem para o bem do povo de Deus”. Ao celebrar este sacramento, a Igreja, na comunhão dos santos, intercede pelo bem do enfermo. E o enfermo, por sua vez, pela graça deste sacramento, contribui para a santificação da Igreja e para o bem de todos os homens pelos quais a Igreja sofre e se oferece, por Cristo, a Deus Pai.

1523 Uma preparação para a última passagem. Se o sacramento da Unção dos Enfermos é concedido a todos os que sofrem de doenças e enfermidades graves, com mais razão ainda cabe aos que estão às portas da morte (“in exitu vitae constituti”). Por isso, também foi chamado “sacramentum exeuntium”. A Unção dos Enfermos completa nossa conformação com a Morte e Ressurreição de Cristo, como o Batismo começou a fazê-lo. E o termo das sagradas unções que acompanham toda a vida cristã: a do Batismo, que selou em nós a nova vida; a da confirmação, que nos fortificou para o combate desta vida. Esta derradeira unção fortalece o fim de nossa vida terrestre como que de um sólido baluarte para enfrentar as últimas lutas antes da entrada na casa do Pai.

V. O VIÁTICO, ÚLTIMO SACRAMENTO DO CRISTÃO

1524 Aos que estão para deixar esta vida, a Igreja oferece, além da Unção dos Enfermos, a Eucaristia como viático. Recebida neste momento de passagem para o Pai, a comunhão do Corpo e Sangue de Cristo tem significado e importância particulares. É semente de vida eterna e poder de ressurreição, segundo as palavras do Senhor: “Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia” (Jo 6,54). Sacramento de Cristo morto e ressuscitado, a Eucaristia é aqui sacramento da passagem da morte para a vida, deste mundo para o Pai..

1525 Assim como os sacramentos do Batismo, da Confirmação e da Eucaristia constituem uma unidade chamada “os sacramentos da iniciação cristã”, pode-se dizer que a Penitência, a Sagrada Unção e a Eucaristia como viático constituem, quando a vida cristã chega a seu término, “os sacramentos que preparam para a Pátria” ou os sacramentos que consumam a peregrinação.

RESUMINDO

1526 “Alguém dentre vós está doente? Mande chamar os presbíteros da Igreja para que orem sobre ele, ungindo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará; e, se tiver cometido pecados, estes lhe serão perdoados” (Tg 5,14-15).

1527 O sacramento da Unção dos Enfermos tem por finalidade conferir uma graça especial ao cristão que está passando pelas dificuldades inerentes ao estado de enfermidade grave ou de velhice.

1528 O tempo oportuno para receber a sagrada unção é certamente aquele em que o fiel começa a encontrar-se em perigo de morte devido à doença ou à velhice.

1529 Cada vez que um cristão cair gravemente enfermo, pode receber a sagrada unção. Da mesma forma, pode recebê-la novamente se a doença se agravar.

1530 Só os sacerdotes (Bispos e presbíteros) podem administrar o sacramento da Unção dos Enfermos; para conferi-lo, empregam óleo consagrado pelo Bispo ou, em caso de necessidade, pelo próprio presbítero celebrante.

1531 O essencial da celebração deste sacramento consiste na unção da fronte e das mãos do doente (no rito romano) ou de outras partes do corpo (no Oriente), unção acompanhada da oração litúrgica do presbítero celebrante, que pede a graça especial deste sacramento.

1532 A graça especial do sacramento da Unção dos Enfermos tem como efeitos:

- ü a união do doente com a paixão de Cristo, para seu bem e o bem de toda a Igreja;
- ü reconforto, a paz e a coragem para suportar cristãmente os sofrimentos da doença ou da velhice;
- ü perdão dos pecados, se o doente não pode obtê-lo pelo sacramento da Penitência;
- ü restabelecimento da saúde, se isso convier à salvação espiritual;
- ü a preparação para a passagem à vida eterna.

CAPÍTULO III.

OS SACRAMENTOS DO SERVIÇO DA COMUNHÃO

1533 O Batismo, a Confirmação e a Eucaristia são os sacramentos da iniciação cristã. São a base da vocação comum de todos os discípulos de Cristo, vocação à santidade e à missão de evangelizar o mundo. Conferem as graças necessárias à vida segundo Espírito nesta vida de peregrinos a caminho da Pátria.

1534 Dois outros sacramentos, a ordem e o matrimônio, estão ordenados à salvação de outrem. Se contribuem também para a salvação pessoal, isso acontece por meio do serviço aos outros. Conferem uma missão particular na Igreja e servem para a edificação do Povo de Deus.

1535 Nesses sacramentos, os que já foram consagrados pelo Batismo e pela Confirmação para o sacerdócio comum de todos os fiéis podem receber consagrações específicas. Os que recebem o sacramento da Ordem são consagrados para ser, em nome de Cristo, “pela palavra e pela graça de Deus, os pastores da Igreja”. Por sua vez, “os esposos cristãos, para cumprir dignamente os deveres de seu estado, são fortalecidos e como que consagrados por um sacramento especial”.

ARTIGO 6

O SACRAMENTO DA ORDEM

1536 A Ordem é o sacramento graças ao qual a missão confiada por Cristo a seus Apóstolos continua sendo exercida na Igreja até o fim dos tempos; é, portanto, o sacramento do ministério apostólico. Comporta três graus: o episcopado, o presbiterado e o diaconato.

(Sobre a instituição e a missão do ministério apostólico por Cristo, veja-se acima. Aqui, só se trata da via sacramental pela qual se transmite este ministério.)

I. POR QUE O NOME SACRAMENTO DA ORDEM?

1537 A palavra ordem, na Antigüidade romana, designava corpos constituídos no sentido civil, sobretudo o corpo dos que governavam. “Ordinatio” (ordenação) designa a integração num “ordo” (ordem). Na Igreja, há corpos constituídos que a Tradição, não sem fundamento na Sagrada Escritura[ag7] , chama, desde os tempos primitivos, de “taxeis” (em grego; pronuncie “tacseis”), de “ordines” (em latim). Por exemplo, a liturgia fala do “ordo episcoporum” (ordem dos bispos), do “ordo presbyterorum” ordem dos presbíteros), do “ordo diaconorum” (ordem dos diáconos). Outros grupos recebem também este nome de “ordo”: os catecúmenos, as virgens, os esposos, as viúvas etc[§8] .

1538 A integração em um desses corpos da Igreja era feita por um rito chamado ordinatio, ato religioso e litúrgico que consistia numa consagração, numa bênção ou num sacramento. Hoje a palavra “ordinatio” é reservada ao ato sacramental que integra na ordem dos bispos, presbíteros e diáconos e que transcende uma simples eleição, designação, delegação ou instituição pela comunidade, pois confere um dom do Espírito Santo que permite exercer um “poder sagrado” (“sacra potestas”) que só pode vir do próprio Cristo, por meio de sua Igreja. A ordenação também é chamada “consecratio” por ser um pôr à parte, uma investidura, pelo próprio Cristo, para sua Igreja. A imposição das mãos do bispo, com a oração consecratória, constitui o sinal visível desta consagração.

II. O SACRAMENTO DA ORDEM NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

O SACERDÓCIO NA ANTIGA ALIANÇA

1539 O povo eleito foi constituído por Deus como “um reme de sacerdotes e uma nação santa” (Ex 19.6). Mas, dentro do povo de Israel, Deus escolheu uma das doze tribos, a de Levi, reservando-a para o serviço litúrgico; Deus mesmo é sua herança. Um rito próprio consagrou as origens do sacerdócio da antiga aliança. Os sacerdotes são ai “constituídos para intervir em favor dos homens em suas relações com Deus, a fim de oferecer dons e sacrifícios pelos pecados”.

1540 Instituído para anunciar a palavra de Deus e para restabelecer a comunhão com Deus pelos sacrifícios e pela oração, esse sacerdócio continua, não obstante, impotente para operar; a salvação. Precisa, por isso, repetir sem cessar os sacrifícios, e não é capaz de levar à santificação definitiva, que só o sacrifício de Cristo deveria operar.

1541 Entretanto, a liturgia da Igreja vê no sacerdócio de Aarão, no serviço dos levitas e na instituição dos setenta “anciãos” prefigurações do ministério ordenado da nova aliança Assim, no rito latino, a Igreja reza no prefácio consecratório da ordenação dos bispos: Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo... por vossa palavra estabeleceste leis na Igreja; e escolheste desde o princípio um povo santo, descendente de Abraão, dando-lhe chefes e sacerdotes, e jamais deixastes sem ministros o vosso santuário...

1542 NA ORDENAÇÃO DOS PRESBÍTEROS, A IGREJA REZA:

Assisti-nos, Senhor, Pai Santo Já no Antigo Testamento, em sinais prefigurativos, surgiram vários ofícios por vós instituídos, de modo que, tendo à frente Aarão para guiar e santificar o vosso povo, lhes destes colaboradores de menor ordem e dignidade. Assim, no deserto, comunicastes a setenta homens prudentes o espírito dado a Moisés que, como auxílio deles, pode mais facilmente governar o vosso povo.

Do mesmo modo, derramastes copiosamente sobre os filhos de Aarão a plenitude concedida a seu pai, para que o serviço dos sacerdotes segundo a lei fosse suficiente para os sacrifícios do tabernáculo.

1543 E, na oração consecratória para a ordenação dos diáconos, a Igreja professa:

Ó Deus Todo-Poderoso... fazeis crescer... a vossa Igreja. Para a edificação do novo templo, constituístes três ordens de ministros para servirem ao vosso nome, como outrora escolheste os filhos de Levi para o serviço do antigo santuário.

O ÚNICO SACERDÓCIO DE CRISTO

1544 Todas as prefigurações do sacerdócio da antiga aliança encontram seu cumprimento em Cristo Jesus, “único mediador entre Deus e os homens” (I Tm 2,5). Melquisedec, “sacerdote do Deus Altíssimo” (Gn 14,18), é considerado pela Tradição cristã como uma prefiguração do sacerdócio de Cristo, único “sumo sacerdote segundo a ordem de Melquisedec” (Hb 5,10; 6,20), “santo, inocente, imaculado” (Hb 7,16), que “com uma única oferenda levou à perfeição, e para sempre, os que ele santifica” (Hb 10,14), isto é, pelo único sacrifício de sua Cruz.

1545 O sacrifício redentor de Cristo é único, realizado uma vez por todas. Não obstante, toma-se presente no sacrifício eucarístico da Igreja. O mesmo acontece com o único sacerdócio de Cristo: torna-se presente pelo sacerdócio ministerial, sem diminuir em nada a unicidade do sacerdócio de Cristo. “Por isso, somente Cristo é o verdadeiro sacerdote; Os outros são seus ministros.”

DUAS PARTICIPAÇÕES NO SACERDÓCIO ÚNICO DE CRISTO

1546 Cristo, sumo sacerdote e único mediador, fez da Igreja “um Reino de sacerdotes para Deus, seu Pai” (Cf Ap 1,6; 5,9-10; 1 Pd 2,5.9). Toda comunidade dos fiéis é, como tal, sacerdotal. Os fiéis exercem seu sacerdócio batismal por meio de sua participação, cada qual segundo sua própria vocação, na missão de Cristo, Sacerdote, Profeta e Rei. E pelos sacramentos do Batismo e da Confirmação que os fiéis são “consagrados para ser... um sacerdócio santo”.

1547 O sacerdócio ministerial ou hierárquico dos bispos e dos presbíteros e o sacerdócio comum de todos os fiéis, embora “ambos participem, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo”, diferem, entretanto, essencialmente, mesmo sendo “ordenados um ao outro”. Em que sentido? Enquanto o sacerdócio comum dos fiéis se realiza no desenvolvimento da graça batismal, vida de fé, de esperança e de caridade, vida segundo o Espírito o sacerdócio ministerial está a serviço do sacerdócio comum, refere-se ao desenvolvimento da graça batismal de todos os cristãos. É um dos meios pelos quais Cristo não cessa de construir e de conduzir sua Igreja. Por isso, é transmitido por um sacramento próprio, o sacramento da Ordem.

“IN PERSONA CHRISTI CAPITIS” (NA PESSOA DE CRISTO CABEÇA...)

1548 No serviço eclesial do ministro ordenado, é o próprio Cristo que está presente à sua Igreja enquanto Cabeça de seu Corpo, Pastor de seu rebanho, Sumo Sacerdote do sacrifício redentor Mestre da Verdade. A Igreja o expressa dizendo que o sacerdote, em virtude do sacramento da Ordem, age “in persona Christi Capitis” (na pessoa de Cristo Cabeça):

Na verdade, o ministro faz as vezes do próprio Sacerdote, Cristo Jesus. Se, na verdade, o ministro é assimilado ao Sumo Sacerdote por causa da consagração sacerdotal que recebeu, goza do poder de agir pela força do próprio Cristo que representa (“virtute ac persona ipsius Christi”).

“Cristo é a origem de todo sacerdócio: pois o sacerdote da [Antiga Lei era figura dele, ao passo que o sacerdote da nova lei age em sua pessoa.”

1549 Pelo ministério ordenado, especialmente dos bispos e dos presbíteros, a presença de Cristo como chefe da Igreja se torna visível no meio da comunidade dos fiéis[ag36] . Segundo a bela expressão de Santo Inácio de Antioquia, o Bispo é “typos tou Patros” (pronuncie: typos tu patrós), como a imagem viva de Deus Pai.

1550 Esta presença de Cristo no ministro não deve ser compreendida como se este estivesse imune a todas as fraquezas humanas, ao espírito de dominação, aos erros e até aos pecados. A força do Espírito Santo não garante do mesmo modo todos os atos dos ministros. Enquanto nos sacramentos esta garantia é assegurada, de tal forma que mesmo o pecado do ministro não possa impedir o fruto da graça, há muitos outros atos em que a conduta humana do ministro deixa traços que nem sempre são sinal de fidelidade ao Evangelho e que podem, por conseguinte, prejudicar a fecundidade apostólica da Igreja.

1551 Esse sacerdócio é ministerial. “Esta missão que o Senhor confiou aos pastores de seu povo é um verdadeiro serviço.” Refere-se inteiramente a Cristo e aos homens. Depende inteiramente de Cristo e de seu sacerdócio único, e foi instituído em favor dos homens e da comunidade da Igreja. O sacramento da ordem comunica “um poder sagrado” que é o próprio poder de Cristo. O exercício desta autoridade deve, pois, ser medido pelo modelo de Cristo que, por amor, se fez o último e servo de todos. “O Senhor disse claramente que cuidar de seu rebanho é uma prova de amor para com Ele.”

“EM NOME DE TODA A IGREJA”

1552 A tarefa do sacerdócio ministerial não é apenas representar Cristo-Cabeça da Igreja - diante da assembléia dos fiéis; ele age também em nome de toda a Igreja quando apresenta a Deus a oração da Igreja e sobretudo quando oferece o sacrifício eucarístico.

1553 “Em nome de toda a Igreja” não quer dizer que os sacerdotes sejam os delegados da comunidade. A oração e a oferenda da Igreja são inseparáveis da oração e da oferenda de Cristo, sua Cabeça. Trata-se sempre do culto de Cristo na e por sua Igreja. É toda a Igreja, corpo de Cristo, que ora e se oferece, “per ipsum et cum ipso et in ipso” (por Ele, com Ele e nEle), na unidade do Espírito Santo, a Deus Pai. Todo o corpo, “caput et membra” (cabeça e membros), ora e se oferece, e é por isso que aqueles que são especialmente os ministros no corpo são chamados ministros não somente de Cristo, mas também da Igreja. É por representar Cristo que o sacerdócio ministerial pode representar a Igreja.

III. OS TRÊS GRAUS DO SACRAMENTO DA ORDEM

1554 “O ministério eclesiástico, divinamente instituído, é exercido em diversas ordens pelos que desde a antigüidade são chamados bispos, presbíteros e diáconos.” A doutrina católica, expressa na liturgia, no magistério e na prática constante da Igreja, reconhece que existem dois graus de participação ministerial no sacerdócio de Cristo: o episcopado e o presbiterado. O diaconado se destina a ajudá-los e a servi-los. Por isso, o termo “sacerdos” designa, na prática atual, os bispos e os sacerdotes, mas não os diáconos. Não obstante, ensina a doutrina católica que os graus de participação sacerdotal (episcopado e presbiterado) e o de serviço (diaconado) são conferidos por um ato sacramental chamado “ordenação”, isto é, pelo sacramento da Ordem.

Que todos reverenciem os diáconos como Jesus Cristo, como também o Bispo, que é imagem do Pai, e os presbíteros como senado de Deus e como a assembléia dos apóstolos: sem eles não se pode falar de Igreja.

A ORDENAÇÃO EPISCOPAL - PLENITUDE DO SACRAMENTO DA ORDEM

1555 “Entre aqueles vários ministérios, que desde os primeiros tempos são exercidos na Igreja, conforme atesta a Tradição, o lugar principal é ocupado pelo múnus daqueles que, constituídos no episcopado, conservam a semente apostólica por uma sucessão que vem ininterrupta desde o começo.

1556 Para desempenhar sua missão, “os Apóstolos foram enriquecidos por Cristo com especial efusão do Espírito Santo, que desceu sobre eles. E eles mesmos transmitiram a seus

colaboradores, mediante a imposição das mãos, este dom espiritual que chegou até nós pela sagração episcopal”

1557 O Concílio Vaticano II “ensina, pois, que pela sagração episcopal se confere a plenitude do sacramento da Ordem, que, tanto pelo costume litúrgico da Igreja como pela voz dos Santos Padres, é chamada o sumo sacerdócio, a realidade total ('summa') do ministério sagrado”.

1558 “A sagração episcopal, juntamente com o múnus de santificar, confere também os de ensinar e de reger... De fato, mediante a imposição das mãos e as palavras da sagração, é concedida a graça do Espírito Santo e impresso o caráter sagrado, de tal modo que os Bispos, de maneira eminente e visível, fazem as vezes do próprio Cristo, Mestre, Pastor e Pontífice, e agem em seu nome ('in eius persona agant').” “Os Bispos, portanto, pelo Espírito Santo que lhes foi dado, foram constituídos como verdadeiros e autênticos mestres da fé, pontífices e pastores.”

1559 “Alguém é constituído membro do corpo episcopal pela sagração sacramental e pela hierárquica comunhão com o chefe e os membros do Colégio.” O caráter e a natureza colegial da ordem episcopal se manifestam, entre outras, na antiga prática da Igreja, que requer para a consagração de um novo Bispo a participação de vários Bispos. Para a legítima ordenação de um Bispo, é hoje exigida uma especial intervenção do Bispo de Roma, em razão de sua qualidade de vínculo visível supremo da comunhão das Igrejas particulares na única Igreja e garantia de sua liberdade.

1560 Cada Bispo, como vigário de Cristo, tem o encargo pastoral da Igreja particular que lhe foi confiada, mas ao mesmo tempo ele, colegialmente, com todos os seus irmãos no episcopado, deve ter solicitude por todas as Igrejas: “Se cada Bispo só é pastor propriamente dito da porção do rebanho que lhe foi confiada, sua qualidade de legítimo sucessor dos apóstolos por instituição divina o toma solidariamente responsável pela missão apostólica da Igreja”.

1561 Tudo o que acabamos de dizer explica por que a Eucaristia celebrada pelo Bispo tem um significado todo especial como expressão da Igreja reunida em torno do altar sob a presidência daquele que representa visivelmente Cristo, Bom Pastor e Cabeça de sua Igreja.

A ORDENAÇÃO DOS PRESBÍTEROS COOPERADORES DOS BISPOS

1562 “Cristo, a quem o Pai santificou e enviou ao mundo (Jo 10,36), fez os Bispos participantes de sua consagração e missão, por meio dos apóstolos, de quem são sucessores. Os Bispos transmitiram legitimamente o múnus de seu ministério em grau diverso a pessoas diversas na Igreja.” “O múnus de seu ministério foi por sua vez confiado em grau subordinado aos presbíteros, para que constituídos na ordem do presbiterado com o fito de cumprir a missão apostólica transmitida por Cristo - fossem os colaboradores da ordem episcopal.”

1563 “O ofício dos presbíteros, por estar ligado à ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo constrói, santifica e rege seu corpo. Por isso, o sacerdócio dos presbíteros, supondo os sacramentos da iniciação cristã, é conferido por meio daquele sacramento peculiar mediante o qual os presbíteros, pela unção do Espírito Santo, são assinalados com um caráter especial e assim configurados com Cristo sacerdote, de forma a poderem agir em nome de Cristo Cabeça em pessoa.”

1564 “Embora os presbíteros não possuam o ápice do pontificado e no exercício de seu poder dependam dos Bispos, estão contudo com eles unidos na dignidade sacerdotal. Em virtude do sacramento da Ordem, segundo a imagem de Cristo, sumo e eterno sacerdote, eles são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, como verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento.”

1565 Em virtude do sacramento da Ordem, os presbíteros participam das dimensões universais da missão confiada por Cristo aos Apóstolos. O dom espiritual que receberam na ordenação prepara-os não para uma missão limitada e restrita, “mas para a missão amplíssima e

universal da salvação até os confins da terra, “com o espírito pronto para pregar o Evangelho por toda parte”.

1566 “Eles exercem seu sagrado múnus principalmente no culto eucarístico ou sinaxe, na qual, agindo na pessoa de Cristo e proclamando seu mistério, unem os pedidos dos fiéis ao sacrifício de sua Cabeça e, até a volta do Senhor, tomam presente e aplicam no sacrifício da missa o único sacrifício do Novo Testamento, isto é, o sacrifício de Cristo que, como hóstia imaculada, uma vez por todas se ofereceu ao Pai. É desse sacrifício único que retiram a força de todo o seu ministério sacerdotal.

1567 “Solícitos cooperadores da ordem episcopal, seu auxílio e instrumento, chamados para servir ao povo de Deus, os sacerdotes formam com seu Bispo um único presbitério, empenhados, porém, em diversos ofícios. Em cada comunidade local de fiéis, tomam presente de certo modo o Bispo, ao qual se associam com coração confiante e generoso. Assumem, como próprias, as funções e as solitudes do Bispo e as exercem em seu empenho cotidiano pelos fiéis. Os presbíteros só podem exercer seu ministério na dependência do Bispo e em comunhão com ele. A promessa de obediência que fazem ao Bispo no momento da ordenação e o ósculo da paz do Bispo no fim da liturgia da ordenação significam que o bispo os considera como seus colaboradores, filhos, irmãos e amigos, e em troca eles lhe devem amor e obediência.

1568 “Estabelecidos na ordem do presbiterado por meio da ordenação, os presbíteros estão ligados entre si por uma íntima fraternidade sacramental; de modo especial, porém, formam um só presbitério na diocese para cujo serviço estão escalados sob a direção do próprio Bispo.” A unidade do presbitério encontra uma expressão litúrgica na prática que recomenda que os presbíteros, por sua vez, imponham as mãos, depois do Bispo, durante o rito da ordenação.

A ORDENAÇÃO DOS DIÁCONOS - “PARA O SERVIÇO”

1569 No grau inferior da hierarquia encontram-se os diáconos. São-lhes impostas as mãos “não para o sacerdócio, mas para o serviço”. Para a ordenação ao diaconado, só o Bispo impõe as mãos, significando assim que O diácono está especialmente ligado ao Bispo nas tarefas de sua “diaconia”.

1570 Os diáconos participam de modo especial na missão e graça de Cristo. São marcados pelo sacramento da Ordem com um sinal (“caráter”) que ninguém poder apagar e que os configura a Cristo, que se fez “diácono”, isto é, servidor de todos. ***Cabe aos diáconos, entre outros serviços, assistir o Bispo e os padres na celebração dos divinos mistérios, sobre tudo a Eucaristia, distribuir a Comunhão, assistir ao Matrimônio e abençoá-lo, proclamar o Evangelho e pregar, presidir o funerais e consagrar-se aos diversos serviços da caridade.***

1571 Desde o Concílio Vaticano II, a Igreja latina restabeleceu o diaconato “como grau próprio e permanente da hierarquia”, a passo que as Igrejas do Oriente sempre o mantiveram. Esse ***diaconato permanente, que pode ser conferido a homens casados***, constitui um importante enriquecimento para a missão da Igreja. De fato, ser útil e apropriado que aqueles que cumprem na Igreja um ministério verdadeiramente diaconal, quer na vida litúrgica e pastoral, quer nas obras sociais e caritativas, “sejam corroborados e mais intimamente ligados ao altar pela imposição das mãos, tradição que nos vem desde os apóstolos. Destarte desempenharão mais eficazmente o seu ministério mediante a graça sacramental do diaconato”.

IV. A CELEBRAÇÃO DESTE SACRAMENTO

1572 A celebração da ordenação de um Bispo, de presbíteros ou de diáconos, devido à sua importância para a vida da Igreja particular, exige o concurso do maior número possível de fiéis. Deverá realizar-se de preferência num domingo e na catedral, com uma solenidade adaptada à circunstância. As três ordenações – do Bispo, do padre e do diácono - seguem o mesmo movimento. Seu lugar é no seio da Liturgia Eucarística.

1573 O rito essencial do sacramento da Ordem consta, para os três graus, da imposição das mãos pelo Bispo sobre a cabeça do ordenando e da oração consagratória específica, que pede a Deus a efusão do Espírito Santo e de seus dons apropriados ao ministério para o qual o candidato é ordenado.

1574 Como todos os sacramentos, ritos anexos cercam a celebração. Variando consideravelmente nas diferentes tradições litúrgicas, o que têm em comum é exprimir os múltiplos aspectos da graça sacramental. Assim, os ritos iniciais no rito latino - a apresentação e a eleição do ordinando, a alocação do Bispo, o interrogatório do ordinando, a ladainha de todos os santos - atestam que a escolha do candidato foi feita de conformidade com a prática da Igreja e preparam o ato solene da consagração, depois da qual diversos ritos vêm exprimir e concluir, de maneira simbólica, o mistério que acaba de consumir-se: para o Bispo e para o presbítero, a unção do santo crisma, sinal da unção especial do Espírito Santo que torna fecundo seu ministério; entrega do livro dos Evangelhos, do anel, da mitra e do báculo ao bispo, em sinal de sua missão apostólica de anúncio da Palavra de Deus, de sua fidelidade à Igreja, esposa de Cristo, de seu cargo de pastor do rebanho do Senhor; entrega da patena e do cálice ao presbítero, “a oferenda do povo santo” que ele deve apresentar a Deus; entrega do livro dos Evangelhos ao diácono, que acaba de receber a missão de anunciar o Evangelho de Cristo.

V. QUEM PODE CONFERIR ESTE SACRAMENTO?

1575 Foi Cristo quem escolheu os apóstolos, fazendo-os participar de sua missão e autoridade. Elevado à direita do Pai, Ele não abandonou seu rebanho, mas guarda-o por meio dos Apóstolos, sob sua constante proteção, e o dirige ainda pelos mesmos pastores que continuam até hoje sua obra. Portanto, é Cristo “que concede” a uns serem apóstolos, a outros pastores. Ele continua agindo por intermédio dos Bispos.

1576 Como o sacramento da Ordem é o sacramento do ministério apostólico, cabe aos Bispos, como sucessores dos apóstolos, transmitir “o dom espiritual”, “a semente apostólica”. Os Bispos validamente ordenados, isto é, que estão na linha da sucessão apostólica, conferem validamente os três graus do sacramento da ordem.

VI. QUEM PODE RECEBER ESTE SACRAMENTO?

1577 “Só um varão (‘vir’) batizado pode receber validamente a ordenação sagrada.” O Senhor Jesus escolheu homens (‘viri’) para formar o colégio dos doze Apóstolos e os apóstolos fizeram o mesmo quando escolheram os colaboradores que seriam seus sucessores na missão. O colégio dos Bispos, ao qual os presbíteros estão unidos no sacerdócio, torna presente e atualiza, até o retomo de Cristo, o colégio dos doze. A Igreja se reconhece vinculada por essa escolha do próprio Senhor. Por isso, a ordenação de mulheres não é possível.

1578 Ninguém tem o direito de receber o sacramento da ordem. De fato, ninguém pode arrogar-se a si mesmo este cargo. A pessoa é chamada por Deus para esta honra. Aquele que crê verificar em si os sinais do chamado divino ao ministério ordenado deve submeter humildemente seu desejo à autoridade da Igreja, à qual cabe a responsabilidade e o direito convocar alguém para receber as ordens. Como toda graça, esse sacramento não pode ser recebido a não ser como um dom imerecido.

1579 Todos os ministros ordenados da Igreja latina, com exceção dos diáconos permanentes, normalmente são escolhidos entre os homens fiéis que vivem como celibatários e querem guardar o celibato “por causa do Reino dos Céus” (Mt 19,12). Chamados a consagrar-se com indiviso coração ao Senhor e a “cuidar das coisas do Senhor”, entregam-se inteiramente a Deus e aos homens. O celibato é um sinal desta nova vida a serviço da qual o ministro da Igreja é consagrado; aceito com coração alegre, ele anuncia de modo radiante o Reino de Deus.

1580 Nas Igrejas orientais, está em vigor, há séculos, uma disciplina diferente: enquanto os Bispos só são escolhidos entre os celibatários, homens casados podem ser ordenados diáconos

e padres. Esta praxe é considerada legítima há muito tempo; esses padres exercem um ministério muito útil no seio de suas comunidades. O celibato dos presbíteros, por outro lado, é muito honrado nas Igrejas orientais, e são numerosos os que o escolhem livremente, por causa do Reino de Deus. No Oriente como no Ocidente, aquele que recebeu o sacramento da Ordem não pode mais casar-se.

VII. OS EFEITOS DO SACRAMENTO DA ORDEM

O CARÁTER INDELÉVEL

1581 Este sacramento toma a pessoa semelhante a Cristo por meio de uma graça especial do Espírito Santo, para servir de instrumento de Cristo em favor de sua Igreja. Pela ordenação, a pessoa se habilita a agir como representante de Cristo, Cabeça da Igreja, em sua tríplice função de sacerdote, profeta e rei.

1582 Como no caso do Batismo e da Confirmação, esta participação na função de Cristo é concedida uma vez por todas. O sacramento da Ordem também confere um caráter espiritual indelével e não pode ser reiterado nem conferido temporariamente.

1583 Alguém validamente ordenado pode, é claro, por motivos graves, ser exonerado das obrigações e das funções ligadas à ordenação ou ser proibido de exercê-las, mas jamais poder voltar a ser leigo no sentido estrito, porque o caráter impresso pela ordenação permanece para sempre. A vocação e a missão recebidas no dia de sua ordenação marcam a pessoa de modo permanente.

1584 Como, afinal de contas, quem age e opera a salvação é Cristo, por inter-médio do ministro ordenado, a indignidade deste não impede Cristo de agir. Santo Agostinho diz isso categoricamente:

O ministro orgulhoso deve ser colocado junto com o diabo, mas nem por isso é contaminado o dom de Cristo, que, por esse ministro, continua a fluir em sua pureza e, por meio dele, chega límpido e cai em terra fértil... Na verdade, a virtude espiritual do sacramento se assemelha à luz: os que devem ser iluminados a receber em sua pureza, pois, mesmo que tenha de atravessar seres manchados, ela não se contamina.

A GRAÇA DO ESPÍRITO SANTO

1585 A graça do Espírito Santo própria deste sacramento e graça da configuração a Cristo Sacerdote, Mestre e Pastor, do qual o homem ordenado é constituído ministro.

1586 No caso do Bispo, trata-se de uma graça de força (“O Espírito que constitui chefes”: Oração de consagração do Bispo do rito latino): a graça de guiar e de defender com força e prudência sua Igreja como pai e pastor, com um amor gratuito por todos e uma predileção pelos pobres, doentes e necessitados. Esta graça o impele a anunciar o Evangelho a todos, a ser o modelo de seu rebanho, a precedê-lo no caminhar da santificação, identificando-se na Eucaristia com Cristo sacerdote e vítima, sem medo de entregar a vida por suas ovelhas: Pai, que conheceis os corações, concedei a vosso servo que escolhestes para o episcopado apascentar vosso santo rebanho e exercer irrepreensivelmente diante de vós o sumo sacerdócio, servindo-vos noite e dia; que ele tome incessantemente propício vosso olhar e ofereça os dons de vossa santa Igreja; que, em virtude do espírito do sumo sacerdócio, tenha o poder de perdoar os pecados segundo o vosso mandamento, distribua os cargos conforme vossa ordem e se desligue de todo vínculo em virtude do poder que destes aos apóstolos; que ele vos seja agradável por sua doçura e seu coração puro, oferecendo-vos um perfume agradável, por intermédio de vosso Filho, Jesus Cristo...

1587 O dom espiritual conferido pela ordenação presbiteral se expressa por esta oração própria do rito bizantino. O bispo, impondo a mão, diz entre outras coisas: Senhor, dignai-vos

cumular do dom do Espírito Santo aquele que vos dignastes elevar ao grau do sacerdócio, a fim de que seja digno de manter-se irrepreensível diante de vosso altar, anunciar o Evangelho de vosso Reino, cumprir o ministério de vossa palavra de verdade, oferecer dons e sacrifícios espirituais, renovar vosso povo pelo banho da regeneração, de forma que ele próprio se encaminhe para o grande Deus e Salvador Jesus Cristo, vosso Filho único, no dia de sua segunda vinda, e que receba de vossa imensa bondade a recompensa de uma fiel administração de sua ordem.

1588 Quanto aos diáconos, “a graça sacramental lhes concede a força necessária para servir ao povo de Deus na 'diaconia' da liturgia, da palavra e da caridade, em comunhão com o Bispo e seu presbitério”.

1589 Diante da grandeza da graça e da missão sacerdotais, os santos doutores sentiram o urgente apelo à conversão, a fim de corresponder através de toda a sua vida Aquele de quem são constituídos ministros pelo sacramento. Neste sentido, São Gregório Nazianzeno, ainda jovem sacerdote, não pôde deixar de exclamar:

É preciso começar a purificar-se antes de purificar os outros, é preciso ser instruído para poder instruir, é preciso tomar-se luz para iluminar, aproximar-se de Deus para aproximar dele os outros, ser santificado para santificar, conduzir pela mão e aconselhar com perspicácia. Sei muito bem de quem somos ministros, em que nível nos encontramos e quem é aquele para o nos dirigimos. Conheço a sublimidade de Deus e a fraqueza homem, mas também sua força. [Quem é, pois, o sacerdote ?] É o defensor da verdade, eleva-se com os anjos, glorifica os com arcanjos, leva ao altar celeste as vítimas do sacrifício, partilha do sacerdócio de Cristo, remodela a criatura, restabelecendo (nela) a imagem (de Deus), recria-a para o mundo do alto e, para dizer o que há de mais sublime, é divinizado e diviniza.

E o Santo Cura d’Ars: “ É o sacerdote que continua a obra de redenção na terra”... “Se soubéssemos o que é o sacerdote terra, morreríamos não de espanto, mas de amor”... “O sacerdócio é o amor do coração de Jesus”.

RESUMINDO

1590 São Paulo disse a seu discípulo Timóteo: “Eu te exorto a reavivar o dom de Deus que há em ti pela imposição de minhas mãos, (2Tm 1,6), e “se alguém aspira ao episcopado, boa obra deseja” (1 Tm 3,1). A Tito dizia ele: “Eu te deixei em Creta para cuidares da organização e ao mesmo tempo para que constituas presbíteros em cada cidade, cada qual devendo ser como te prescrevi” (Tt 1,5).

1591 Toda a Igreja é um povo sacerdotal. Graças ao Batismo, todos os fiéis participam do sacerdócio de Cristo. Esta participação se chama “sacerdócio comum dos fiéis”. Baseado nele e a seu serviço existe outra participação na missão de Cristo, a do ministério conferido pelo sacramento da Ordem, cuja tarefa é servir em nome e na pessoa de Cristo Cabeça no meio da comunidade.

1592 O sacerdócio ministerial difere essencialmente do sacerdócio comum dos fiéis porque confere um poder sagrado para o serviço dos fiéis. Os ministros ordenados exercem seu serviço com o povo de Deus por meio ensinamento (**múnus docendi**: “encargo de ensinar”), do culto divino (**múnus liturgicum**: “encargo litúrgico”) e do governo pastoral (**múnus regendi**: “encargo de governar”).

1593 Desde as origens, o ministério ordenado foi conferido e exercido em três graus: o dos bispos, o dos presbíteros e o dos diáconos. Os ministérios conferidos pela ordenação são insubstituíveis na estrutura orgânica da Igreja. Sem o bispo, os presbíteros e os diáconos, não só pode falar de Igreja.

1594 O Bispo recebe a plenitude do sacramento da ordem que o insere no Colégio episcopal e faz dele o chefe visível da Igreja particular que lhe é confiada. Os Bispos, como

sucessores dos apóstolos e membros do Colégio, participam da responsabilidade apostólica e da missão de toda a Igreja, sob a autoridade do papa, sucessor de São Pedro.

1595 Os presbíteros estão unidos aos bispos na dignidade sacerdotal e ao mesmo tempo dependem deles no exercício de suas junções pastorais; são chamados a ser atentos cooperadores dos Bispos; formam em torno de seu Bispo o “presbitério”, que com ele é responsável pela Igreja particular. Recebem do Bispo o encargo de uma comunidade paroquial ou de uma junção eclesial determinada.

1596 Os diáconos são ministros ordenados para as tarefas de serviço da Igreja; não recebem o sacerdócio ministerial, mas a ordenação lhes confere junções importantes no ministério da Palavra, do culto divino, do governo pastoral e do serviço da caridade, tarefas que devem cumprir sob a autoridade pastoral de seu Bispo.

1597 O sacramento da Ordem é conferido pela imposição das mãos, seguida de uma solene oração consecratória que pede a Deus, para o ordenando, as graças do Espírito Santo, necessárias para exercer seu ministério. A ordenação imprime um caráter sacramental indelével.

1598 A Igreja só confere o sacramento da ordem a homens (viris) batizados, cujas aptidões para o exercício do ministério foram devidamente comprovadas. Cabe à autoridade da Igreja a responsabilidade e o direito de chamar alguém para receber as Sagradas Ordens.

ARTIGO 7

O SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO

1601 “A aliança matrimonial, pela qual o homem e a mulher constituem entre si uma comunhão da vida toda, é ordenada por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, e foi elevada, entre os batizados, à dignidade de sacramento por Cristo Senhor.”

I. O MATRIMÔNIO NO DESÍGNIO DE DEUS

1602 A sagrada Escritura abre-se com a criação do homem e da mulher à imagem e semelhança de Deus se fecha-se com a visão das “núpcias do Cordeiro” (cf. Ap 19,7). De um extremo a outro, a Escritura fala do casamento e de seu “mistério”, de sua instituição e do sentido que lhe foi dado por Deus, de sua origem e de seu fim, de suas diversas realizações ao longo de história da salvação, de suas dificuldades provenientes do pecado e de sua renovação “no Senhor” (1Cor 7,39), na Nova Aliança de Cristo e da Igreja.

O MATRIMÔNIO NA ORDEM DA CRIAÇÃO

1603 “A íntima comunhão de vida e de amor conjugal que o Criador fundou e dotou com suas leis [...] O próprio [...] Deus é o autor do matrimônio. “A vocação para o Matrimônio está inscrita na própria natureza do homem e da mulher, conforme saíram da mão do Criador. O casamento não é uma instituição simplesmente humana, apesar das inúmeras variações que sofreu no curso dos séculos, nas diferentes culturas, estruturas sociais e atitudes espirituais. Essas diversidades não devem fazer esquecer os traços comuns e permanentes. Ainda que a dignidade desta instituição não transpareça em toda parte com a mesma clareza, existe, contudo, em todas as culturas, um certo sentido da grandeza da união matrimonial. “A salvação da pessoa e da sociedade humana está estreitamente ligada ao bem-estar da comunidade conjugal e familiar.”

1604 Deus, que criou o homem por amor, também o chamou para o amor, vocação fundamental e inata de todo ser humano. Pois o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, que é Amor. Tendo-os Deus criado homem e mulher, seu amor mútuo se torna uma

imagem do amor absoluto e indefectível de Deus pelo homem. Esse amor é bom, muito bom, aos olhos do Criador, que “é amor” (1Jo 4,8.16). E esse amor abençoado por Deus é destinado a ser fecundo e a realizar-se na obra comum de preservação da criação: “Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a” (Gn 1,28).

1605 Que o homem e a mulher tenham sido criados um para o outro, a sagrada Escritura o afirma: “Não é bom que O homem esteja só” (Gn 2,18). A mulher, “carne de sua carne”, é, igual a ele, bem próxima dele, lhe foi dada por Deus como um “auxílio”, representando, assim, “Deus, em quem está o nosso socorro”. “Por isso um homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne” (Gn 2,24). Que isto significa uma unidade indefectível de suas duas vidas, o próprio Senhor no-lo mostra lembrando qual foi, ‘na origem’, o desígnio do Criador (Cf Mt 19,4): “De modo que já não são dois, mas uma só carne” (Mt 19,6).

O CASAMENTO SOB O REGIME DO PECADO

1606 Todo homem sofre a experiência do mal, à sua volta e em si mesmo. Esta experiência também se faz sentir nas relações entre o homem e a mulher. Sua união sempre foi ameaçada pela discórdia, pelo espírito de dominação, pela infidelidade, pelo ciúme e por conflitos que podem chegar ao ódio e à ruptura. Essa desordem pode manifestar-se de maneira mais ou menos grave, e pode ser mais ou menos superada, segundo as culturas, as épocas, os indivíduos. Tais dificuldades, no entanto parecem ter um caráter universal.

1607 Segundo a fé, essa desordem que dolorosamente constatamos não vem da natureza do homem e da mulher, nem da natureza de suas relações, mas do pecado. Tendo sido uma ruptura com Deus, o primeiro pecado tem, como primeira consequência a ruptura da comunhão original do homem e da mulher. Sua relações começaram a ser deformadas por acusações recíprocas sua atração mútua, dom do próprio Criador transforma-se relações de dominação e de cobiça[ag19] ; a bela vocação do homem e da mulher para ser fecundos, multiplicar-se e sujeitar a terra é onerada pelas dores de parto e pelo suor do ganha-pão.

1608 Não obstante, a ordem da criação subsiste, apesar de gravemente perturbada. Para curar as feridas do pecado, o homem e a mulher precisam da ajuda da graça que Deus, em sua misericórdia infinita, jamais lhes recusou. Sem esta ajuda, homem e a mulher não podem chegar a realizar a união de suas vidas para a qual foram criados “no princípio”.

O CASAMENTO SOB A PEDAGOGIA DA LEI

1609 Em sua misericórdia, Deus não abandonou o homem pecador. As penas que acompanham o pecado, “as dores da gravidade de dar à luz (Cf Gn 3,16), o trabalho “com o suor de teu rosto” (Gn 3,19) constituem também remédios que atenuam os prejuízos do pecado. Após a queda, o casamento ajuda a vencer a centralização em si mesmo, o egoísmo, a busca do próprio prazer, e a abrir-se ao outro, à ajuda mútua, ao dom de si.

1610 A consciência moral concernente à unidade e à indissolubilidade do Matrimônio desenvolveu-se sob a pedagogia da lei antiga. A poligamia dos patriarcas e dos reis ainda não fora explicitamente rejeitada. Entretanto, a lei dada a Moisés visava proteger a mulher contra o arbítrio é a dominação pelo homem, apesar de também trazer, segundo a palavra do Senhor, os traços da “dureza do coração” do homem, em razão da qual Moisés permitiu o repúdio da mulher.

1611 Examinando a aliança de Deus com Israel sob a imagem de um amor conjugal exclusivo e fiel, os profetas prepararam a consciência do povo eleito para uma compreensão mais profunda da unicidade e indissolubilidade do Matrimônio. Os livros de Rute e de Tobias dão testemunhos comoventes do elevado sentido do casamento, da fidelidade e da ternura dos esposos. A Tradição sempre viu no Cântico dos Cânticos uma expressão única do amor humano, visto que é reflexo do amor de Deus, amor “forte como a morte”, que “as águas da torrente jamais poderão apagar” (Ct 8,6-7).

O CASAMENTO NO SENHOR

1612 A aliança nupcial entre Deus e seu povo Israel havia preparado a nova e eterna aliança na qual o Filho de Deus, encarnando-se e entregando sua vida, uniu-se de certa maneira com toda a humanidade salva por ele, preparando, assim, “as núpcias do Cordeiro (Cf Ap 19,7 e 9).

1613 No limiar de sua vida pública, Jesus opera seu primeiro sinal a pedido de sua Mãe por ocasião de uma festa de casamento. A Igreja atribui grande importância à presença de Jesus nas núpcias de Caná. Vê nela a confirmação de que o casamento é uma realidade boa e o anúncio de que, daí em diante, ser ele um sinal eficaz da presença de Cristo.

1614 A Celebração do Mistério Cristão Os Sete Sacramentos da igreja. Em sua pregação, Jesus ensinou sem equívoco o sentido original da união do homem e da mulher, conforme quis o Criador desde o começo. A permissão de repudiar a própria mulher, concedida por Moisés, era uma concessão devida à dureza do coração; a união matrimonial do homem e da mulher é indissolúvel, pois Deus mesmo a ratificou: “O que Deus uniu, o homem não deve separar” (Mt 19,6).

1615 É provável que esta insistência sem equívoco na indissolubilidade do vínculo matrimonial deixasse as pessoas perplexas e aparecesse como uma exigência irrealizável. Todavia, isso não quer dizer que Jesus tenha imposto um fardo impossível de carregar e pesado demais para os ombros dos esposos, mais pesado que a Lei de Moisés. Como Jesus veio para restabelecer ordem inicial da criação perturbada pelo pecado, ele mesmo dá a força e a graça para viver o casamento na nova dimensão do Reino de Deus. E seguindo a Cristo, renunciando a si mesmos e tomando cada um sua cruz que os esposos poderão “compreender” o sentido original do casamento e vivê-lo com a ajuda de Cristo. Esta graça do Matrimônio cristão é um fruto da Cruz de Cristo, fonte de toda vida cristã.

1616 É justamente isso que o apóstolo Paulo quer fazer entender quando diz: “E vós, maridos, amai vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, a fim de purificá-la” (Ef 5,25-26), acrescentando imediatamente: “Por isso de deixar o homem seu pai e sua mãe e se ligar à sua mulher, e serão ambos uma só carne. E grande este mistério: refiro-me à relação entre Cristo e sua Igreja” (Ef 5,31-32).

1617 Toda [§40] a vida cristã traz a marca do amor esponsal de Cristo e da Igreja. Já o Batismo, entrada no Povo de Deus, é um mistério nupcial: é, por assim dizer, o banho das núpcias que precede o banquete de núpcias, a Eucaristia. O Matrimônio cristão se torna, por sua vez, sinal eficaz, sacramento da aliança de Cristo e da Igreja. O Matrimônio entre batizados é um verdadeiro sacramento da nova aliança, pois significa e comunica a graça.

A VIRGINDADE POR CAUSA DO REINO

1618 Cristo é o centro de toda a vida cristã. O vínculo com Ele está em primeiro lugar, na frente de todos os outros vínculos, familiares ou sociais. Desde o começo da Igreja, houve homens e mulheres que renunciaram ao grande bem do Matrimônio para seguir o Cordeiro onde quer que fosse, para ocupar-se com as coisas do Senhor, para procurar agradar-lhe, para ir ao encontro do Esposo que vem. O próprio Cristo convidou alguns para segui-lo neste modo de vida, cujo modelo continua sendo ele mesmo:

Há eunucos que nasceram assim do ventre materno. E há eunucos que foram feitos eunucos pelos homens. E há eunucos que se fizeram eunucos por causa do Reino dos Céus. Quem tiver capacidade para compreender compreenda! (Mt 19,12).

1619 A virgindade pelo Reino dos Céus é um desdobramento da graça batismal, um poderoso sinal da preeminência do vínculo com Cristo, da ardente expectativa de seu regresso,

um sinal que também lembra que o Matrimônio é uma realidade da figura deste mundo que passa.

1620 Ambos, o sacramento do Matrimônio e a virgindade pelo Reino de Deus, provêm do próprio Senhor. É Ele que lhes dá sentido e concede a graça indispensável para vivê-los em conformidade com sua vontade. A estima da virgindade por causa do Reino e o sentido cristão do casamento são inseparáveis e se ajudam mutuamente:

Denegrir o Matrimônio é ao mesmo tempo minorar a glória da virgindade; elogiá-lo é realçar a admiração que se deve à virgindade... Porque, afinal, o que não parece um bem senão em comparação com um mal não pode ser verdadeiramente um bem, mas o que é ainda melhor que bens incontestáveis é o bem por excelência.

II. A CELEBRAÇÃO DO MATRIMÔNIO

1621 No rito latino, a celebração do Matrimônio entre dois fiéis católicos normalmente ocorre dentro da santa missa, em vista de vínculo de todos os sacramentos com o mistério pascal de Cristo. Na Eucaristia se realiza o memorial da nova aliança, na qual Cristo se uniu para sempre à Igreja, sua esposa bem-amada, pela qual se entregou. Portanto, é conveniente que os esposos selem seu consentimento de entregar-se um ao outro pela oferta de suas próprias vidas, unindo-o à oferta de Cristo por sua Igreja que se toma presente no Sacrifício Eucarístico, e recebendo Eucaristia, a fim de que, comungando no mesmo Corpo e no mesmo Sangue de Cristo, eles “formem um só corpo” nele.

1622 “Como gesto sacramental de santificação, a celebração litúrgica do Matrimônio ... deve ser válida por si mesma, digna e frutuosa.” Convém, pois, que os futuros esposos se disponham à celebração de seu casamento recebendo o sacramento da Penitência.

1623 Segundo a tradição latina, são os esposos que, como ministros da graça de Cristo, se conferem mutuamente o sacramento do Matrimônio, expressando diante da Igreja seu consentimento. Nas tradições das Igrejas Orientais, os sacerdotes, Bispos ou presbíteros, são testemunhas do consentimento recíproco dos esposos, mas também é necessária a bênção deles para a validade do sacramento.

1624 As diversas liturgias são ricas em orações de bênção e de epiclese para pedir a Deus a graça e a bênção sobre o novo casal, especialmente sobre a esposa. Na epiclese deste sacramento, os esposos recebem o Espírito Santo como comunhão de amor de Cristo e da Igreja (Cf Ef 5,32). É Ele o selo de sua aliança, a fonte que incessantemente oferece seu amor, a força em que se renovar a fidelidade dos esposos.

III. O CONSENTIMENTO MATRIMONIAL

1625 Os protagonistas da aliança matrimonial são um homem e uma mulher batizados, livres para contrair o Matrimônio e que expressam livremente seu consentimento. “Ser livre” quer dizer:

- ü não sofrer constrangimento;
- ü não ser impedido por uma lei natural ou eclesiástica.

1626 A Igreja considera a troca de consentimento entre os esposos como elemento indispensável “que produz o matrimônio”. e faltar o consentimento, não há casamento.

1627 O consentimento consiste num “ato humano pelo qual os cônjuges se doam e se recebem mutuamente”: “Eu te recebo por minha mulher” - “Eu te recebo por meu marido. Este consentimento que liga os esposos entre si encontra seu cumprimento no fato de “os dois se tomarem uma só carne”.

1628 O consentimento deve ser um ato da vontade de cada um dos contraentes, livre de violência ou de medo grave externo. Nenhum poder humano pode suprir esse consentimento. Se faltar esta liberdade, o casamento será inválido.

1629 Por esta razão (ou por outras razões que tornam nulo e inexistente o Matrimônio), a Igreja pode, após exame da situação pelo tribunal eclesiástico competente, declarar “a nulidade do casamento”, isto é, que o casamento jamais existiu. Neste caso, os contraentes ficam livres para casar-se, respeitando as obrigações naturais provenientes de uma união anterior.

1630 O sacerdote (ou o diácono) que assiste à celebração do Matrimônio acolhe o consentimento dos esposos em nome da Igreja e dá a bênção da Igreja. A presença do ministro da Igreja (e também das testemunhas) exprime visivelmente que o casamento é uma realidade eclesial.

1631 É por esta razão que a Igreja normalmente exige de seus fiéis a forma eclesiástica da celebração do casamento. Diversas razões concorrem para explicar esta determinação:

- ü casamento-sacramento é um ato litúrgico. Por isso, convém que seja celebrado na liturgia pública da Igreja.

- ü Matrimônio foi introduzido num ordo eclesial, cria direitos e deveres na Igreja, entre os esposos e relativos à prole.

- ü Sendo o Matrimônio um estado de vida na Igreja, é necessário que haja certeza a seu respeito (daí a obrigação de haver testemunhas).

- ü caráter público do consentimento protege o mútuo “Sim” que um dia foi dado e ajuda a permanecer-lhe fiel.

1632 Para que o “sim” dos esposos seja um ato livre e responsável e para que a aliança matrimonial tenha bases humanas e cristãs sólidas e duráveis, a preparação para o casamento é de primeira importância:

O exemplo e o ensinamento dos pais e da família continuam sendo o caminho privilegiado desta preparação.

O papel dos pastores e da comunidade cristã como “família de Deus” é indispensável para a transmissão dos valores humanos e cristãos do Matrimônio e da família, e mais ainda porque em nossa época muitos jovens conhecem a experiência dos lares desfeitos que não garantem mais suficientemente esta iniciação (feita dentro da família):

Os jovens devem ser instruídos convenientemente e a tempo sobre a dignidade, a função e o exercício do amor conjugal, a fim de que, preparados no cultivo da castidade, possam passar, na idade própria, do noivado honesto para as núpcias.

OS CASAMENTOS MISTOS E A DISPARIDADE DE CULTO

1633 Em muitos países, a situação do casamento misto (entre católico e batizado não-católico) se apresenta com muita frequência. Isso exige uma atenção particular dos cônjuges e dos pastores. O caso dos casamentos com disparidade de culto (entre católico e não-batizado) exige uma circunspeção maior ainda.

1634 A diferença de confissão entre os cônjuges não constitui obstáculos insuperável para o casamento, desde que consigam pôr em comum o que cada um deles recebeu em sua comunidade e aprender um do outro o modo de viver sua fidelidade a Cristo. Mas nem por isso devem ser subestimadas as dificuldades dos casamentos mistos. Elas se devem ao fato de que a separação dos cristãos é uma questão ainda não resolvida. Os esposos correm o risco de sentir o drama da desunião dos cristãos no seio do próprio lar. A disparidade de culto pode agravar ainda mais essas dificuldades. As divergências concernentes à fé, à própria concepção do casamento, como também mentalidades religiosas diferentes, podem constituir uma fonte de

tensões no casamento, principalmente no que tange à educação dos filhos. Uma tentação pode então apresentar-se: a indiferença religiosa.

1635 Conforme o direito em vigor na Igreja Latina, um casamento misto exige, para sua liceidade, a permissão expressa da autoridade eclesiástica[ag79] . Em caso de disparidade de culto, requer-se uma dispensa expressa do impedimento para a validade do casamento. Esta permissão ou esta dispensa supõem que as duas partes conheçam e não excluam os fins e as propriedades essenciais do casamento, e também que a parte católica confirme o empenho, com o conhecimento também da parte não-católica, de conservar a própria fé e assegurar o batismo e a educação dos filhos na Igreja católica.

1636 Em muitas regiões, graças ao diálogo ecumênico, as comunidades cristãs envolvidas conseguiram criar uma pastoral comum para os casamentos mistos. Sua tarefa é ajudar esses casais a viver sua situação particular à luz da fé. Deve também ajudá-los a superar as tensões entre as obrigações que um tem para com o outro e suas obrigações para com suas comunidades eclesiais, além de incentivar o desabrochar daquilo que lhes é comum na fé e o respeito por tudo que os separa.

1637 Nos casamentos com disparidade de culto, o cônjuge católico tem uma missão particular: “Pois o marido não-cristão é santificado pela esposa, e a esposa não-cristã é santificada pelo marido cristão” (1Cor 7,14). Ser uma grande alegria para o cônjuge cristão e para a Igreja se esta “santificação” levar o cônjuge à livre conversão à fé cristã. O amor conjugal sincero, a humilde e paciente prática das Virtudes familiares e a oração perseverante podem preparar o cônjuge não-cristão a acolher a graça da conversão.

IV. OS EFEITOS DO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO

1638 “Do Matrimônio válido origina-se entre os cônjuges um vínculo que, por sua natureza, é perpétuo e exclusivo; além disso, no Matrimônio cristão, os cônjuges são robustecidos e como que consagrados por um sacramento especial aos deveres e à dignidade de seu estado.”

O VÍNCULO MATRIMONIAL

1639 O consentimento pelo qual os esposos se entregam e se acolhem mutuamente é selado pelo próprio Deus. De sua aliança “se origina também diante da sociedade uma instituição firmada por uma ordenação divina”. A aliança dos esposos é integrada na aliança de Deus com os homens: “O autêntico amor conjugal é assumido no amor divino”.

1640 O vínculo matrimonial é, pois, estabelecido pelo próprio, Deus, de modo que o casamento realizado e consumado entre batizados jamais pode ser dissolvido. Este vínculo que resultado ato humano livre dos esposos e da consumação do casamento é uma realidade irrevogável e dá origem a uma aliança garantida pela fidelidade de Deus. Não cabe ao poder da Igreja pronunciar-se contra esta disposição da sabedoria divina.

A GRAÇA DO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO

1641 “Em seu estado de vida e função, (os esposos cristãos) têm um dom especial dentro do povo de Deus.” Esta graça própria do sacramento do Matrimônio se destina a aperfeiçoar o amor dos cônjuges, a fortificar sua unidade indissolúvel. Por esta graça “eles se ajudam mutuamente a santificar-se na vida conjugal, como também na aceitação e educação dos filhos”.

1642 Cristo é a fonte desta graça. “Como outrora Deus tomou a iniciativa do pacto de amor e fidelidade com seu povo, assim agora o Salvador dos homens, Esposo da Igreja, vem ao encontro dos cônjuges cristãos pelo sacramento do Matrimônio[ag93] .” Permanece com eles, concede-lhes a força de segui-lo levando sua cruz e de levantar-se depois da queda, perdoar-se mutuamente, carregar o fardo uns dos outros, “submeter-se uns aos outros no temor de Cristo” (Ef

5,21) e amar-se com um amor sobrenatural, delicado e fecundo. Nas alegrias de seu amor e de sua vida familiar, Ele lhes dá, aqui na terra, um antegozo do festim de núpcias do Cordeiro.

Onde poderei haurir a força para descrever satisfatoriamente a felicidade do Matrimônio administrado pela Igreja, confirmado pela doação mútua, selado pela bênção? Os anjos o proclamam, o Pai celeste o ratifica... O casal ideal não é o de dois cristãos unidos por uma única esperança, um único desejo, uma única disciplina, o mesmo serviço? Ambos filhos de um mesmo Pai, servos de um mesmo Senhor. Nada pode separá-los, nem no espírito nem na carne; ao contrário, eles são verdadeiramente dois numa só carne. Onde a carne é uma só, um também é o espírito.

V. OS BENS E AS EXIGÊNCIAS DO AMOR CONJUGAL

1643 “O amor conjugal comporta uma totalidade na qual entram todos os componentes da pessoa apelo do corpo e do instinto, força do sentimento e da afetividade, aspiração do espírito e da vontade; O amor conjugal dirige-se a uma unidade profundamente pessoal, aquela que, para além da união numa só carne, não conduz senão a um só coração e a uma só alma; ele exige a indissolubilidade e a fidelidade da doação recíproca definitiva e abre-se à fecundidade. Numa palavra, trata-se das características normais de todo amor conjugal natural, mas com um significado novo que não só as purifica e as consolida, mas eleva-as, a ponto de torná-las a expressão dos valores propriamente cristãos.”

A UNIDADE E A INDISSOLUBILIDADE DO MATRIMÔNIO

1644 O amor dos esposos exige, por sua própria natureza, a unidade e a indissolubilidade da comunidade de pessoas que engloba toda a sua vida: “De modo que já não são dois, mas uma só carne” (Mt 19,6). “Eles são chamados a crescer continuamente nesta comunhão por meio da fidelidade cotidiana à promessa matrimonial do dom total recíproco.” Esta comunhão humana é confirmada, purificada e aperfeiçoada pela comunhão em Jesus Cristo, concedida pelo sacramento do Matrimônio . E aprofundada pela vida da fé comum e pela Eucaristia recebida pelos dois.

1645 “A unidade do Matrimônio é também claramente confirmada pelo Senhor mediante a igual dignidade do homem e da mulher como pessoas, a qual deve ser reconhecida no amor mútuo e perfeito.” A poligamia é contrária a essa igual dignidade e ao amor conjugal, que é único e exclusivo.

A FIDELIDADE DO AMOR CONJUGAL

1646 O amor conjugal exige dos esposos, por sua própria natureza, uma fidelidade inviolável. Isso é a consequência do dom de si mesmos que os esposos fazem um ao outro. O amor quer ser definitivo. Não pode ser “até nova ordem”. “Esta união íntima, doação recíproca de duas pessoas e o bem dos filhos exigem perfeita fidelidade dos cônjuges e sua indissolúvel unidade.”

1647 O motivo mais profundo se encontra na fidelidade de Deus à sua aliança, de Cristo à sua Igreja. Pelo sacramento do Matrimônio, os esposos se habilitam a representar esta fidelidade e a testemunhá-la. Pelo sacramento, a indissolubilidade de casamento recebe um novo e mais profundo sentido.

1648 Pode parecer difícil e até impossível ligar-se por toda a vida a um ser humano. Por isso é de suma importância anunciar a Boa Nova de que Deus nos ama com um amor definitivo e irrevogável, que os esposos participam deste amor, que Ele os apóia e mantém e que, por meio de sua fidelidade, podem ser testemunhas do amor fiel de Deus. Os esposos que, com a graça de Deus, dão esse testemunho, não raro em condições bem difíceis, merecem a gratidão e o apoio da comunidade eclesial.

1649 Mas existem situações em que a coabitação matrimonial se torna praticamente impossível pelas mais diversas razões. Nestes casos, a Igreja admite a separação física dos esposos e o fim da coabitação. Os esposos não deixam de ser marido e mulher diante de Deus; não são livres para contrair uma nova união. Nesta difícil situação, a melhor solução seria, se possível, a reconciliação. A comunidade cristã é chamada a ajudar essas pessoas a viverem cristãmente sua situação, na fidelidade ao vínculo de seu casamento, que continua indissolúvel.

1650 São numerosos hoje, em muitos países, os católicos que recorrem ao divórcio segundo as leis civis e que contraem civicamente uma nova união. A Igreja, por fidelidade à palavra de Jesus Cristo (“Todo aquele que repudiar sua mulher e desposar outra comete adultério contra a primeira; e se essa repudiar seu marido e desposar outro comete adultério”: Mc 10,11-12), afirma que não pode reconhecer como válida uma nova união, se o primeiro casamento foi válido. Se os divorciados tornam a casar-se no civil, ficam numa situação que contraria objetivamente a lei de Deus. Portanto, não podem ter acesso à comunhão eucarística enquanto perdurar esta situação. Pela mesma razão não podem exercer certas responsabilidades eclesiais. A reconciliação pelo sacramento da Penitência só pode ser concedida aos que se mostram arrependidos por haver violado o sinal da aliança e da fidelidade a Cristo e se comprometem a viver numa continência completa.

1651 A respeito dos cristãos que vivem nesta situação e geralmente conservam a fé e desejam educar cristãmente seus filhos, os sacerdotes e toda a comunidade devem dar prova de uma solicitude atenta, a fim de não se considerarem separados da Igreja, pois, como batizados, podem e devem participar da vida da Igreja:

Sejam exortados a ouvir a Palavra de Deus, a freqüentar o sacrifício da missa, a perseverar na oração, a dar sua contribuição às obras de caridade e às iniciativas da comunidade em favor da justiça, a educar os filhos na fé cristã, a cultivar o espírito e as obras de penitência para assim implorar, dia a dia, a graça de Deus.

A ABERTURA · FECUNDIDADE

1652 O instituto do Matrimônio e o amor dos esposos estão, por sua índole natural, ordenados à procriação e à educação dos filhos, e por causa dessas coisas (a procriação e a educação dos filhos), (o instituto do Matrimônio e o amor dos esposos) são como que coroados de maior glória.

Os filhos são o dom mais excelente do Matrimônio e contribuem grandemente para o bem dos próprios pais. Deus mesmo disse: “Não convém ao homem ficar sozinho” (Gn 2,18), e “criou de início o homem como varão e mulher” (Mt 19,4); querendo conferir ao homem participação especial em sua obra criadora, abençoou o varão e a mulher dizendo: “Crescei e multiplicai-vos” (Gn 1,28). Donde se segue que o cultivo do verdadeiro amor conjugal e toda a estrutura da vida familiar que daí promana, sem desprezar os outros fins do Matrimônio, tendem a dispor os cônjuges a cooperar corajosamente como amor do Criador e do Salvador que, por intermédio dos esposos, quer incessantemente aumentar e enriquecer sua família.

1653 A fecundidade do amor conjugal se estende aos frutos vida moral, espiritual e sobrenatural que os pais transmitem seus filhos pela educação. Os pais são os principais e primeiros educadores de seus filhos. Neste sentido, a tarefa fundamental do Matrimônio e da família é estar a serviço da vida.

1654 Os esposos a quem Deus não concedeu ter filhos podem, no entanto, ter uma vida conjugal cheia de sentido, humana e cristãmente. Seu Matrimônio pode irradiar uma fecundidade de caridade, acolhimento e sacrifício.

VI. A IGREJA DOMÉSTICA

1655 Cristo quis nascer e crescer no seio da Sagrada Família José e Maria. A Igreja não é outra coisa senão a “família de Deus”. Desde suas origens, o núcleo da Igreja era em geral constituído por aqueles que, “com toda a sua casa”, se tomavam cristãos. Quando eles se convertiam, desejavam também que “toda a sua casa” fosse salva. Essas famílias que se tomavam cristãs eram redutos de vida cristã num mundo incrédulo.

1656 Em nossos dias, num mundo que se tornou estranho e até hóstia à fé, as famílias cristãs são de importância primordial, como lares de fé viva e irradiante. Por isso, o Concílio Vaticano II chama a família, usando uma antiga expressão, de “Ecclesia domestica”. E no seio da família que os pais são “para os filhos, pela palavra e pelo exemplo... os primeiros mestres da fé. E favoreçam a vocação própria a cada qual, especialmente a vocação sagrada”.

1657 E na família que se exerce de modo privilegiado o sacerdócio batismal do pai de família, da mãe, dos filhos, de todos os membros da família, “na recepção dos sacramentos, na oração e ação de graças, no testemunho de uma vida santa, na abnegação e na caridade ativa”. O lar é, assim, a primeira escola de vida cristã e “uma escola de enriquecimento humano”. E aí que se aprende a resistência à fadiga e a alegria do trabalho, o amor fraterno, o perdão generoso e mesmo reiterado e, sobretudo, o culto divino pela oração e oferenda de sua vida.

1658 Não podemos esquecer também certas pessoas que, por causa das condições concretas em que precisam viver – muitas vezes contra a sua vontade -, estão particularmente próximas do coração de Jesus e merecem uma atenciosa afeição e solicitude da Igreja e principalmente dos pastores: o grande número de pessoas celibatárias. Muitas dessas pessoas ficam sem família humana, muitas vezes por causa das condições de pobreza. Há entre elas algumas que vivem essa situação no espírito das bem-aventuranças, servindo a Deus e ao próximo de modo exemplar. A todas elas é preciso abrir as portas dos lares, “Igrejas domésticas”, e da grande família que é a Igreja. “Ninguém está privado da família neste mundo: a Igreja é casa e família para todos, especialmente para quantos estão cansados e oprimidos.”

RESUMINDO

1659 São Paulo diz: “Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a igreja... E grande este mistério: refiro-me à relação entre Cristo e sua Igreja” (Ef 5,25.32).

1660 O pacto matrimonial, pelo qual um homem e uma mulher constituem entre si uma íntima comunidade de vida e de amor, foi fundado e dotado de suas leis próprias pelo Criador. - uma natureza, é ordenado ao bem dos cônjuges, como também à geração e educação dos filhos. Entre os batizados, foi elevado, por Cristo Senhor, à dignidade de sacramento.

1661 O sacramento do Matrimônio significa a união de Cristo com igreja. Concede aos esposos a graça de amarem-se com o mesmo amor com que Cristo amou sua Igreja; a graça do sacramento leva à perfeição o amor humano dos esposos, consolida unidade indissolúvel e os santifica no caminho da vida eterna.

1662 O Matrimônio se baseia no consentimento dos contraentes, isto é, na vontade de doar-se mútua e definitivamente para viver uma aliança de amor fiel e fecundo.

1663 Como o Matrimônio estabelece os cônjuges num estado público de vida na Igreja, convém que sua celebração seja pública no quadro de uma celebração litúrgica diante do sacerdote (ou de testemunha qualificada da Igreja), das testemunhas e da assembléia dos fiéis.

1664 A unidade, a indissolubilidade e a abertura à fecundidade essenciais ao Matrimônio. A poligamia é incompatível com unidade do matrimônio; o divórcio separa o que Deus uniu; a recusa da fecundidade desvia a vida conjugal de seu mais excelente”: a prole.

1665 O novo casamento dos divorciados ainda em vida do legítimo cônjuge contraria o desígnio e a lei de Deus que Cristo ensinou. Eles não estão separados da Igreja, mas não têm acesso à comunhão eucarística. Levarão vida cristã principalmente educando seus filhos na fé.

1666 O lar cristão é o lugar em que os filhos recebem o primeiro anúncio da fé. Por isso, o lar é chamado, com toda razão, de “Igreja doméstica”, comunidade de graça e de oração, escola das virtudes humanas e da caridade cristã.